

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Sandi Mumbach

**O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DE SÃO MIGUEL DAS MISSÕES
NA DÉCADA DE 1980: O PATRIMÔNIO EM DISPUTA**

Santa Maria, RS, Brasil
2018

Sandi Mumbach

**O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DE SÃO MIGUEL DAS MISSÕES NA DÉCADA
DE 1980: O PATRIMÔNIO EM DISPUTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em História**.

Orientador: André Luis Ramos Soares

Santa Maria, RS
2018

MUMBACH, Sandi

O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DE SÃO MIGUEL DAS MISSÕES NA DÉCADA DE 1980: O PATRIMÔNIO EM DISPUTA / Sandi MUMBACH.- 2018.

99 p.; 30 cm

Orientador: André Luis Ramos Soares

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2018

1. São Miguel das Missões 2. Patrimônio Histórico 3. Imprensa I. Soares, André Luis Ramos II. Título.

Sandi Mumbach

**O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DE SÃO MIGUEL DAS MISSÕES NA DÉCADA
DE 1980: O PATRIMÔNIO EM DISPUTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em História**.

Aprovada em 29 de março de 2018:

André Luis Ramos Soares, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Roselene Moreira Gomes Pommer, Dra (UFSM)

Ronaldo Bernardino Colvero, Dr. (UNIPAMPA)

Santa Maria, RS
2018

AGRADECIMENTOS

“Los científicos dicen que estamos hechos de átomos, pero a mí un pajarito me contó que estamos hechos de historias” (Eduardo Galeano). Somos constituídos de histórias, de pessoas, de momentos e, principalmente, de sentimentos. E movida pelo sentimento de gratidão, descrevo aqueles que estiveram ao meu lado nestes dois anos de caminhada do curso de mestrado, e construíram comigo histórias de amizade, amadurecimento, crescimento e alegria e, aos quais, deixo o meu agradecimento:

À Marjori e Sabrina, cuja amizade, apesar da distância, sempre se fez presente e, cujos momentos vividos, no período de graduação, guardo com muito carinho.

Ao Ricardo, pelo coleguismo e companheirismo, que nos possibilitou o auxílio mutuo nesta jornada. Como também os demais colegas do NEP/LEPA, pela troca de experiências e pela convivência.

Aos queridos: Édipo, Michele, Rauana, Richard, Dienefer e Carlos, amigadas novas e antigas, obrigada pelos cafés, conversas, viagens, aventuras, companheirismo e pela presença constante no 5231. Suas amigadas são um presente e ajudaram muito em meu crescimento.

À Daniela e Caroline agradeço pela alegria da convivência, seja nos momentos de estudo, de festas, dos cafés e almoços no RU, que tornaram os dias de Casa do Estudante mais leves e felizes e, claro, muito mais divertidos!

À meus pais, Cirlei e Tadeu, e irmão Samoel, que mesmo sem entender as intenções de minha caminhada, estiveram à meu lado, sendo sempre, meus maiores exemplos de força, dedicação e persistência.

Ao meu orientador André Soares e à professora Roselene Pommer, bem como demais professores do PPGH/UFSM e membros da banca de qualificação e defesa, o meu agradecimento por compartilharem experiências, proporcionarem a aprendizagem e meu crescimento profissional, auxiliando em minha caminhada de professora e pesquisadora.

Aos pelotenses Pablo e Tamires, pela amizade construída nesses dois anos, que significou para mim a surpresa mais grata, permitindo que compartilhássemos tantos momentos maravilhosos. Aos dois, por tudo e por tanto, muito obrigada!

Por fim é preciso deixar registrado a importância da assistência estudantil em minha formação, sendo a responsável por minha permanência na Universidade Federal de Santa Maria, da graduação até aqui. Como também, a importância em poder usufruir de Bolsa de Mestrado ofertada pela CAPES.

Sem vocês eu jamais teria chego tão longe! Gratidão!

RESUMO

O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DE SÃO MIGUEL DAS MISSÕES NA DÉCADA DE 1980: O PATRIMÔNIO EM DISPUTA

Autora: Sandi Mumbach

Orientador: Dr. André Luis Ramos Soares

Essa Dissertação de Mestrado é fruto do projeto de pesquisa intitulado “A formação do município de São Miguel das Missões e os usos do patrimônio Histórico nas décadas de 1970 e 1980”, o qual foi desenvolvido na Linha de Pesquisa “Memória e Patrimônio” do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, contando com auxílio de bolsa CAPES/DS. Sendo assim, neste buscamos compreender como o patrimônio histórico do período reducional foi ativado e utilizado na composição de discursos, atendendo a interesses de determinados grupos políticos em São Miguel das Missões e Santo Ângelo na década de 1980. Para isto, utilizamos os periódicos Tribuna Regional e Jornal das Missões, ambos de Santo Ângelo, bem como o processo emancipatório, presente na Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul. As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por um novo olhar ao passado da região, quando lideranças regionais buscaram afirmar os vínculos identitários com o passado do território. Neste processo, o sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo ganhou destaque pelas edificações que abriga, tornando-se um símbolo na construção da memória regional. Mas também, tornou-se instrumento de barganha de grupos políticos, que estavam interessados no desenvolvimento econômico regional através do turismo. Esse processo permeado de seleções, apropriações e esquecimentos, acabou invisibilizando e marginalizando determinados grupos na memória regional, demonstrando que o patrimônio histórico constitui-se em um campo de disputas entre os grupos sociais.

Palavras-chave: São Miguel das Missões; Patrimônio Histórico; Imprensa.

ABSTRACT

THE EMANCIPATION PROCESS OF SÃO MIGUEL DAS MISSÕES IN THE 1980s: THE HERITAGE IN DISPUTE

Author: Sandi Mumbach
Advisor: André Luis Ramos Soares

This Master's Thesis is the result of a Research Project entitled "The formation of the municipality of São Miguel das Missões and the uses of historical patrimony in the 1970s and 1980s", which was developed in the Research Line "Memory and Heritage" of the Program of Post-graduation in History of the Federal University of Santa Maria, with the assistance of a CAPES/DS. Thus, we seek to understand how the historical heritage of the reductional period was used and fired in the composition of speeches, attending to the interests of certain political groups in São Miguel das Missões and Santo Ângelo in the 1980s. For this, we used the periodicals "Tribuna Regional" and "Jornal das Missões", both of Santo Ângelo, as well as the emancipatory process, present in the Legislative Assembly of the state of Rio Grande do Sul. The decades of 1970 and 1980 marked a new look at the past of the region, where regional leaders sought to affirm the links identities with the past of the territory. In this process, the archaeological site of São Miguel Arcanjo gained prominence for the buildings it houses, becoming a symbol in the construction of regional memory. But also, it became a bargaining tool for groups, who were interested in regional economic development through tourism. This process, permeated by selections, appropriations and forgetfulness, made invisible and marginalized certain groups in the regional memory, demonstrating that the historical heritage constitutes a field of disputes between social groups.

Keywords: São Miguel das Missões; Historical Heritage; Press.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Mapa das reduções da Província Jesuítica do Paraguai.....	18
Imagem 2: Mapa da divisão municipal da Província de São Pedro de 1809.....	20
Imagem 3: Mapa da divisão municipal do Estado do Rio Grande do Sul de 1872.....	21
Imagem 4: Mapa da divisão municipal do Estado do Rio Grande do Sul de 1991.....	21
Imagem 5: Mapa da Região das Missões segundo pelo COREDE-Missões.....	24

LISTA DE ABREVIATURAS

ALM	Associação dos Legisladores das Missões
AMM	Associação dos Municípios das Missões
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
CTN	Centro de Tradições Nativistas
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FEE	Federação de Economia e Estatística
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INCR	Inventário Nacional de Referências Culturais
IHGBRS	Instituto do Histórico e Geográfico Brasileiro, Seção do Rio Grande do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTG	Movimento Tradicionalista Gaúcho
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 REGIÃO DAS MISSÕES E REGIÃO MISSIONEIRA	17
1.1 A REGIÃO DAS MISSÕES: O TERRITÓRIO REGIONAL APÓS O FIM DO PROJETO REDUCIONAL.....	17
1.2 REGIÃO DAS MISSÕES E REGIÃO MISSIONEIRA: ALGUMAS DEFINIÇÕES	25
2 SÃO MIGUEL: A REDUÇÃO, O DISTRITO, O MUNICÍPIO, O PATRIMÔNIO	34
2.1 SÃO MIGUEL DAS MISSÕES: O ESPAÇO E O TERRITÓRIO	34
2.2 O PATRIMÔNIO REGIONAL E A TRAJETÓRIA DE PATRIMONIALIZAÇÃO EM SÃO MIGUEL DAS MISSÕES	38
2.3 O CONTEXTO POLÍTICO, ECONÔMICO E SOCIAL DAS DÉCADAS DE 1970 E 1980	44
2.4 OS MEANDROS DO PROCESSO EMANCIPATÓRIO.....	49
3 EMBATES TRAVADOS COM A SUTILEZA DAS PALAVRAS: OS DISCURSOS PRODUZIDOS PELOS JORNAIS “TRIBUNA REGIONAL” E “JORNAL DAS MISSÕES”, EM SANTO ÂNGELO, NA DÉCADA DE 1980	54
3.1 O TERRITÓRIO REGIONAL, OS GRUPOS E OS DISCURSOS	57
3.2 “TRIBUNA REGIONAL” E “JORNAL DAS MISSÕES”: DISCURSOS CONVERGENTES E DIVERGENTES	61
3.3 O REFLEXO DO CONTEXTO POLÍTICO DE SANTO ÂNGELO EM SÃO MIGUEL DAS MISSÕES	66
3.4 “ESTA TERRA TEM DONO”, MAS QUEM É O DONO DESTA TERRA? O CONTEXTO SOCIAL EM SÃO MIGUEL DAS MISSÕES NA DÉCADA DE 1980	70
4 O PASSADO NA VOZ DOS AGENTES DO PROCESSO EMANCIPATÓRIO DE SÃO MIGUEL DAS MISSÕES	76
4.1 “ALMEJAM UM RENASCIMENTO”	76
4.2 IDENTIDADE E NEGOCIAÇÃO EM SÃO MIGUEL DAS MISSÕES	81
CONCLUSÃO	88
REFERÊNCIAS	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	92
FONTES DOCUMENTAIS	97

INTRODUÇÃO

São Miguel das Missões é um município integrante da região das Missões¹, localizada na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul. O mesmo abriga em seu território os remanescentes arqueológicos da antiga redução de São Miguel Arcanjo, detentor do título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, desde o ano de 1983, sendo o único patrimônio cultural da humanidade do Sul do Brasil. Desta forma, constitui-se como atração principal no cenário turístico da região, recebendo milhares de turistas anualmente.

Com uma população de 7421 habitantes, conforme recenseamento do IBGE de 2010, a economia de São Miguel das Missões é movida pela agropecuária, comércio e o turismo. Em 2016 foram 73.055² visitantes no parque do sítio arqueológico, praticamente dez vezes o número de habitantes do lugar. Este último tem sido uma alternativa explorada e incentivada pelo poder público e por empresários locais nas últimas décadas que apostam nos elementos históricos e nos patrimônios edificados como uma oportunidade ao desenvolvimento econômico, assim eles têm promovido ações buscando atrair turistas ao lugar.

A história deste município está diretamente ligada à redução de São Miguel Arcanjo, que fez parte da Província Jesuítica do Paraguai, nos séculos XVII e XVIII. A desagregação do projeto reducional ocorreu no final do século XVIII, devido a rearranjos e acordos entre as coroas ibéricas e suas colônias, bem como à delimitação das fronteiras dos novos estados nacionais que surgiam no século XIX. As sete reduções da segunda faz, localizadas à margem esquerda do rio Uruguai ficaram conhecidas como Sete Povos das Missões, e foram consecutivamente destruídas, tanto por conflitos militares quanto pelos novos povoadores da região. Poucos vestígios restaram do período missioneiro no estado do Rio Grande do Sul. Em São Miguel das Missões encontram-se a maior parte deles, especialmente o mais famoso, a fachada da antiga igreja da redução.

Devido à vivências na região, sempre nos intrigou a relação que a população local tem estabelecido com o passado colonial jesuítico guarani. Frequentando CTGs e instituições culturais, é possível perceber o quanto a cultura missioneira inseriu-se no tradicionalismo gaúcho, de tal forma que na região os indivíduos afirmam a existência do gaúcho missioneiro. Este é relacionado à figura de um indígena com características como valentia e bravura,

¹ Utilizamos o termo região das Missões para designar uma área geográfica localizada na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, na qual encontram-se remanescentes arqueológicos correspondentes ao segundo ciclo reducional jesuítico-guarani no estado.

² Dados fornecidos pelo Parque Histórico Nacional das Missões - IPHAN / RS à autora.

descendente do passado missioneiro, tendo sido o pioneiro da formação do estado e defensor das fronteiras deste.

Sepé Tiaraju é o grande símbolo deste tipo gaúcho missioneiro, que se idealiza na região. Dentro dos CTGs, estes são os valores celebrados e afirmados como formadores da cultura regional. Porém, a indiferença e invisibilidade com que os povos guarani são tratados na região, visível a quem nela reside, ou por quem nela transita, demonstra a fragilidade desta construção identitária. De tempos em tempos, é possível perceber a presença de Mbyás-guarani nas cidades da região, onde transitam, montam acampamentos para vender seu artesanato e realizar comércio por determinado período. As prefeituras, seguindo as determinações da lei, destinam espaços para estes permanecerem, porém, são locais marginais aos núcleos urbanos, o que simboliza e revela o atual lugar atribuído ao indígena na região que se denomina missioneira. O guarani que vemos hoje, em nada se parece com aquele guarani-missioneiro bravo e pelejador idealizado pela cultura e pelo folclore gaúcho. O guarani atual vive à margem da sociedade na região das Missões bem como no restante do estado.

No caso de São Miguel das Missões essa situação acentua-se pela presença dos Mbyás-guarani³ continuamente no território do município através da reserva de terras Tekoá Koenju⁴. Na década de 1990 um grupo Mbyá encontrava-se acampado próximo à fonte missioneira. A precariedade do alojamento mobilizou a comunidade a reivindicar soluções junto às autoridades públicas, culminando com a criação da reserva. Atualmente, cerca de 200 Mbyás residem nas terras da Tekoá Koenju, os mesmos mantêm intenso contato com os turistas ao comercializarem sua produção artesanal nas proximidades e dentro do parque arqueológico.

A sociedade que existe em São Miguel na atualidade é fruto de um processo histórico complexo e conflituoso. Portanto, sua realidade cultural é heterogênea e marcada por conflitos simbólicos, por disputas culturais e econômicas que se expressam através dos usos do patrimônio histórico. Esta contradição na maneira como a cultura gaúcha idealiza o guarani missioneiro, e a maneira como a sociedade atual o trata nos inquietou. Diante disso, buscou-se entender a maneira como o passado colonial é *ativado*⁵ na região das Missões do estado do

³ Os Mbyás-Guarani são um dos subgrupos linguísticos do grande grupo étnico guarani, além destes existem outros subgrupos, como os Kaiwoá, e os Nandeva.

⁴ Tekoá Koenju/Nhacapetum (Aldeia Alvorecer), localiza-se no município de São Miguel das Missões, a 25 quilômetros da sede urbana, foi criada pelo governo estadual na gestão de Olívio Dutra, no ano de 2001, através da desapropriação de terras de grandes proprietários. (DEZORDI, 2016, p.99)

⁵ Conceito abordado por Llorenç Prats (1997).

Rio Grande do Sul. Desse modo, questionou-se com quais intencionalidades e objetivos se ativou este passado em São Miguel das Missões? Quem são os sujeitos que ativaram e fizeram usos deste passado? Como os patrimônios históricos do período reducional foram utilizados e ressignificados por estes sujeitos? Quais são as relações de poder, sociais, econômicas e até mesmo políticas que existiram neste processo? Todos estes questionamentos nos levaram à construção do projeto de pesquisa e nos guiaram no desenvolvimento do trabalho.

Estas inquietações conduziram a construção do projeto de pesquisa de mestrado denominado “A formação do município de São Miguel das Missões e os usos do Patrimônio histórico nas décadas de 1970 e 1980”⁶. Tendo o município de São Miguel das Missões como universo de análise, focamos o olhar sobre o contexto destas duas décadas, período em que lideranças da comunidade mobilizaram-se na busca pela emancipação político-administrativa deste, que constituía-se como um distrito de Santo Ângelo e que, neste processo, utilizaram-se do patrimônio histórico do período reducional contido no território do município de diversas maneiras e com diversas finalidades, produzindo ressignificações e apropriações. O passado reducional e o sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo, declarado Patrimônio da Humanidade pela UNESCO no ano de 1983, foram utilizados de diversas maneiras no âmbito dos discursos produzidos pelos diversos grupos políticos locais e regionais. Mas quem eram estes indivíduos? Como se utilizaram do patrimônio histórico e quais eram seus interesses? Estas perguntas nos orientaram no desenvolvimento da pesquisa e mobilizaram nosso olhar sobre as fontes.

Portanto, o objetivo deste trabalho foi identificar como o patrimônio histórico de São Miguel das Missões foi utilizado por suas lideranças intelectuais e políticas no processo de emancipação político-administrativa, atentando para os interesses envolvidos aí e os discursos produzidos sobre o passado e o patrimônio histórico edificado. Buscamos atentar para os interesses envolvidos nos processos de acionamento e utilização do passado e dos patrimônios históricos locais.

Inicialmente nosso objetivo foi desenvolver uma análise das décadas de 1970 e 1980 em São Miguel das Missões, mas o trabalho com as fontes nos instigou a atentar de maneira especial à esta última. Dessa forma, o trabalho encurtou o período de abordagem sobre a década de 1980, tendo em vista a abundância de fontes e o possível debate que elas poderiam gerar.

⁶ O projeto integra a linha de pesquisa Memória e Patrimônio do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria – PPGH/UFSM, contando com financiamento CAPES/DS.

Utilizamos como fontes históricas para a construção do trabalho o jornal “Tribuna Regional” e o “Jornal das Missões”, ambos do município de Santo Ângelo, bem como documentos oficiais contidos no Memorial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Visto que, no período delimitado por este estudo, as notícias referentes a São Miguel das Missões eram veiculadas nos periódicos de Santo Ângelo, fez-se uso dos mesmos que fornecem uma série de informações que permitiram compreender os discursos produzidos entorno do passado e dos patrimônios históricos pelos grupos políticos locais. Os documentos oficiais, por sua vez, explicitam a ativação e utilização destes mesmos elementos no processo emancipacionista pelas lideranças locais de São Miguel das Missões.

No primeiro capítulo, denominado “Região das Missões e região missioneira: patrimônio memória e identidade regional” buscamos analisar o que convencionou-se chamar de região das Missões, as suas configurações históricas, geográficas e culturais, trazendo os autores que empreenderam esforços na análise do processo de construção identitária regional e que também apontaram as diferentes formas como cada município da região negociou com o passado “reducional jesuítico-guarani, produzindo apropriações e representações diferenciadas entorno deste. Nesse sentido, trazemos as contribuições de Maria Cecília Londres Fonseca (1997) e Ana Lucia Goelzer Meira (2008), que nos apresentam uma análise da trajetória federal e estadual de escolha e preservação de patrimônios históricos pelo IPHAN. Também utilizamos o trabalho de Eleno Ogliari (2000), que buscou compreender a inserção da história da região das Missões na construção da memória sul-rio-grandense no governo de Borges de Medeiros. Por último, apresentamos os principais conceitos e as diferentes abordagens do patrimônio histórico, da memória e da identidade, tendo como referências as obras de Llorenç Prats (1997), François Choay (2001), Joel Candau (2012), Nestor Garcia Canclini (2000), Stuart Hall (2006), Peter Burke (2003) e Denis Cuche (1996).

Diante do estudo e leitura dos trabalhos referenciados, compreende-se que a memória coletiva é uma representação construída por um grupo, baseada em recordações e esquecimentos, buscando elementos comuns que assegurem o processo de identificação do grupo, produzindo uma imagem de si, para diferenciar-se do “outro”. Este processo que implica em escolha, seleção e ativação de elementos do passado toma o patrimônio histórico como legitimador de seus discursos. Estes discursos são criados atendendo a interesses de grupos e são a expressão de seu poder.

No segundo capítulo “São Miguel: a redução, o distrito, o município, o patrimônio”, buscamos compreender o espaço e a trajetória São Miguel das Missões, enquanto redução,

vila, distrito, município, bem como a trajetória de patrimonialização dos remanescentes do período reducional em seu território, além do contexto político, econômico e social do lugar na década de 1980 e, por fim, adentraremos nos meandros do processo emancipatório, o qual problematizaremos nos dois capítulos posteriores. Neste capítulo buscamos compreender o lugar de São Miguel no contexto regional, a sua formação tardia enquanto município, bem como a trajetória de patrimonialização dos remanescentes do período reducional ao longo do século XX. Destaca-se que o sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo foi consagrado como o primeiro patrimônio histórico estadual em 1925, foi tombado como patrimônio federal em 1938 e foi o terceiro patrimônio brasileiro incluso na lista dos patrimônios da humanidade pela UNESCO, em 1983. Portanto, a trajetória de preservação de São Miguel acompanha a criação e o desenvolvimento de instituições de preservação, desde seu início, no Brasil.

No terceiro capítulo, “Embates travados com a sutileza das palavras: os discursos produzidos pelos jornais Tribuna Regional e o Jornal das Missões em Santo Ângelo na década de 1980” buscamos identificar as articulações políticas regionais e locais, bem como a produção de discursos em torno do patrimônio histórico efetuados em meio ao jogo político, tendo em vista que os periódicos citados constituíram-se em instrumentos de produção e reprodução de discursos dos grupos políticos locais. Analisamos as ativações, utilizações e negociações que estes empreenderam com o passado e os patrimônios históricos regionais. Buscamos também elucidar os pontos de convergência e de divergência em ambos os periódicos, compreendendo que alguns elementos são utilizados de maneira similar e outros produzem pontos de discordância. Atentamos também ao contexto social e econômico em São Miguel das Missões e na região, tendo em vista que, a década de 1980 se constituiu em um período extremamente complexo em diversos âmbitos. Desta forma, atentamos às questões que envolvem o contexto social de luta pela terra na década de 1980, e que teve, em São Miguel das Missões e na região, forte expressão.

No quarto e último capítulo, “O passado na voz dos agentes do processo emancipatório de São Miguel das Missões”, buscamos analisar a voz das lideranças políticas de São Miguel das Missões, através do processo emancipacionista, onde os indivíduos utilizaram-se de determinados elementos do passado para justificar a emancipação político-administrativa do distrito. Por fim problematizamos a presença de diversos grupos étnicos em São Miguel e a maneira como estes negociaram com o passado do território.

Do abandono e depredação, ao ponto de patrimônio da humanidade, em meio século, o sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo e o município que surgiu em seu entorno,

explicitam as contradições dos acionamentos que se produzem a partir de elementos do passado na região das Missões do estado do Rio Grande do Sul. Sua trajetória de preservação acompanha a evolução do conceito de patrimônio e das instituições de preservação em nossa sociedade. E mais do que isso, as intenções em sua preservação explicitam que a salvaguarda de elementos do passado se faz por questões ideológicas e atendendo a interesses e discursos de poder. Além dos argumentos pessoais que justificam esta pesquisa historiográfica, apontamos também a escolha da temática tendo em vista que a produção historiográfica acerca do período reducional jesuítico-guarani em território sul rio-grandense é ampla, porém estudos que busquem compreender o processo de patrimonialização e de utilização destes ao longo do século XX ainda são recentes e pontuais. Também são escassos os estudos que abordam o processo de povoamento e formação da região nos séculos XIX e XX.

No ano de 1977 foi criado o espetáculo “Som e Luz” em São Miguel das Missões, conferindo novas dimensões turísticas, sendo que neste mesmo ano se deu início ao processo de emancipação político-administrativa do lugar, com a mobilização de lideranças locais que, dispostas a concretizar seus anseios, encaminharam toda a documentação necessária, arcando financeiramente com os custos desta. O processo teve andamento até o ano de 1982, tendo sido neste ano arquivado, sem motivos explícitos, provavelmente por barreiras burocráticas impostas pela legislação do período, ou ainda por disputas e interesses locais desfavoráveis a esta. Em 1985, encabeçado por novas lideranças locais, ele foi reaberto e culminou na emancipação político-administrativa de São Miguel das Missões em 1988, o que, conforme Ana Lúcia Goelzer Meira (2007), marcou muitas mudanças, principalmente com a criação de um plano diretor da cidade que possibilitou organizar e orientar o desenvolvimento urbano atendendo aos cuidados que necessitava o sítio arqueológico.

Coube à Santo Ângelo criar novos artifícios de rememoração, que atraíssem os turistas e fizessem a população local lembrar o seu passado “missioneiro”. Esse passado é frequentemente ativado e constantemente comemorado em Santo Ângelo, cuja população orgulha-se em ressaltar que sua catedral católica é uma réplica fiel da igreja da redução de São Miguel Arcanjo. Cabe a nós, historiadores, dedicar novos estudos e abordagens à região das Missões, visto que o processo de construção identitária é complexo e contraditório, implica em usos do passado, ressignificações, negociações e também esquecimentos, que se não problematizados, acabam por naturalizar desigualdades.

1 REGIÃO DAS MISSÕES E REGIÃO MISSIONEIRA

Decidimos dedicar o primeiro capítulo deste trabalho para estabelecer algumas definições que se fizeram pertinentes ao longo do desenvolvimento da pesquisa, pois, compreendemos necessário o esclarecimento, bem como o delineamento de algumas questões sobre o uso dos termos “região das Missões” e “região Missioneira”. Desta forma, dividimos este capítulo em duas partes, primeiro procuramos compreender as configurações espaço-territoriais da região das Missões, o qual denominamos: “A região das Missões: o território regional após o fim do projeto reducional”. Em um segundo momento, diferenciaremos os termos região das Missões e região Missioneira, a partir da contribuição de diversos autores, assim, esta segunda parte denominamos de “região das Missões e região Missioneira: as devidas definições”. A partir da bibliografia consultada procuramos delinear as problemáticas que envolvem o uso dos termos e a maneira como nos apropriamos destes para a realização do trabalho, compreendendo que estas distinções são fundamentais, visto que é preciso delimitar o espaço geográfico, histórico e cultural em que o objeto de estudo insere-se. Trazemos também alguns teóricos que nos embasam na compreensão dos conceitos de patrimônio, memória e identidade, fundamentais na construção da pesquisa e do campo teórico.

1.1 A REGIÃO DAS MISSÕES: O TERRITÓRIO REGIONAL APÓS O FIM DO PROJETO REDUCIONAL

A região das Missões⁷ constitui-se área geográfica localizada no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, a qual apresenta na atualidade grande número de sítios arqueológicos e um conjunto de artefatos histórico-culturais relacionados à segunda fase do período reducional jesuítico-guarani, ocorrido nos séculos XVII e XVIII.

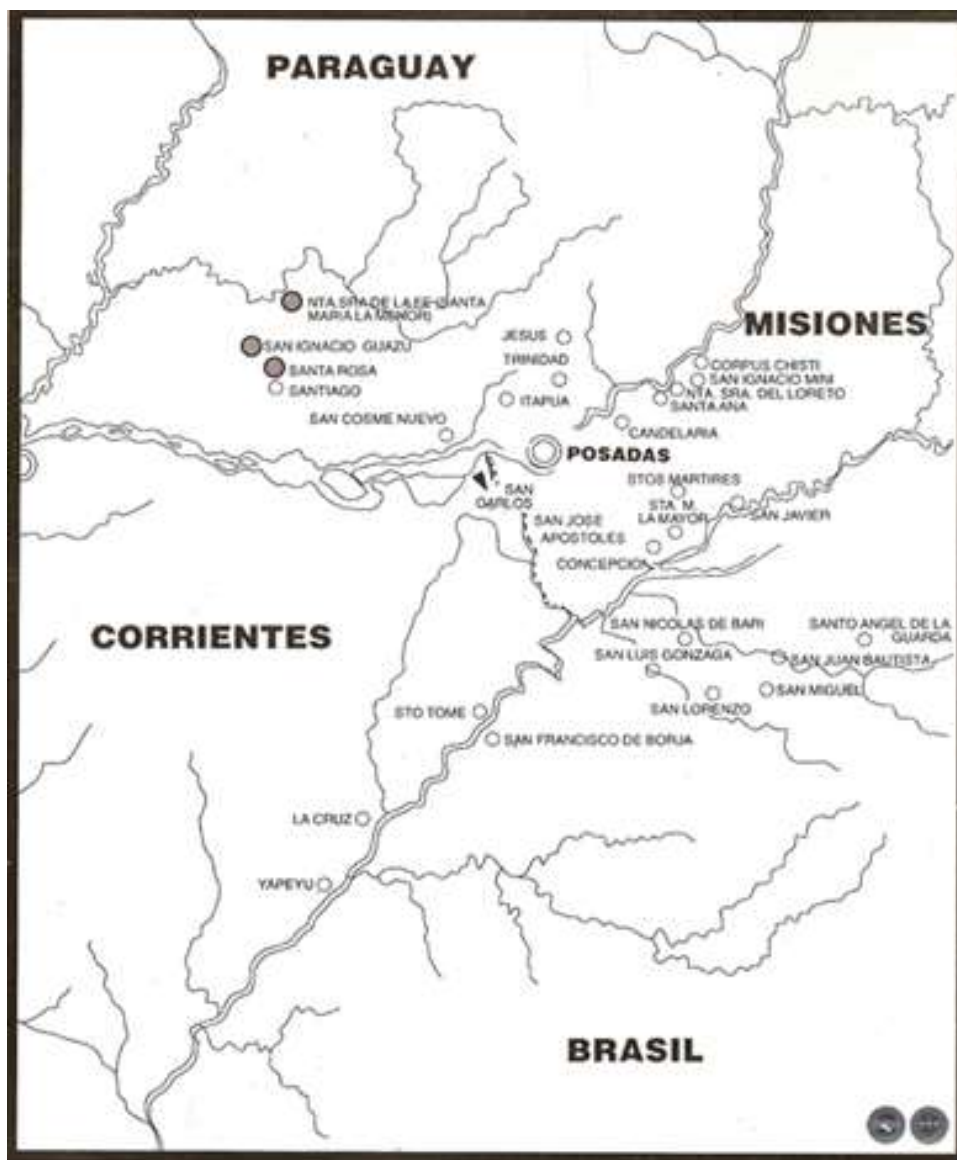
O território que abrangia as reduções integrava a Província Jesuítica do Paraguai⁸ estava subjugado à coroa espanhola, responsável por empreender o processo de catequização aos

⁷ A cultura materializada e os resquícios do período reducional estão representados em maior escala no entorno dos sítios arqueológicos: São João Batista, São Lourenço, São Miguel Arcanjo e São Nicolau, atualmente reconhecidos em seu conjunto como Parque Histórico Nacional das Missões (PINTO, 2012, p.127).

⁸ [...] Os povoados de indígenas missionados, que variam em número entre 1607-1768, constituíam-se em projeto de evangelização e de sociedade propostos pela Companhia de Jesus, efetivado na Província Jesuítica do Paraguai. Nesse período que abarca aproximadamente 150 anos, ocorre uma formidável experiência missioneira na região do Rio da Prata colonial no Vice-Reinado do Peru, experiência bem-sucedida, baseada em sólida organização socioeconômica e política, protagonizada por diferentes parcialidades indígenas com predominância guarani, por jesuítas e pela presença constante de autoridades hispânicas de Buenos Aires, Assunção e Lima. (QUEVEDO, 2016, p. 73)

povos originários da bacia do rio da Prata. Compreendia territórios que hoje pertencem ao Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai, e seus remanescentes arqueológicos ainda se fazem presente em diversos lugares destes. Além da estrutura urbana, os povoados contaram também com estâncias de criação de gado⁹ e de produção agrícola que abrangiam vastos territórios, que iam muito além do espaço que hoje compreende a denominada região das Missões.

Imagem 1: Mapa do território das reduções da Província Jesuítica do Paraguai.



FONTE:http://www.portalguarani.com/757_aldo_trento/5804_reducciones_jesuíticas__el_cristianismo_feliz__por_padre_aldo_trento_.html. Acesso em: 15/01/2018.¹⁰

⁹ As vacarias do Mar e dos Pinhais compreendiam grande parte do atual estado do Rio Grande do Sul, sendo a primeira localizada na região sul, e a segunda no norte. (QUEVEDO, BAIOTO, 2005)

¹⁰REDUCCIONES JESUÍTICAS. Portal Guarani. Disponível em: http://www.portalguarani.com/757_aldo_trento/5804_reducciones_jesuíticas__el_cristianismo_feliz__por_padre_aldo_trento_.html. Acesso em: 15/01/2018.

A desagregação do projeto reducional, no final do século XVIII, foi seguido de intensa instabilidade e conflitos nos territórios que integravam a Província Jesuítica do Paraguai. Estes conflitos que ocorreram na região durante praticamente todo o século XIX, acabaram por levar à ruína o projeto jesuítico, e por delinear as fronteiras dos novos estados nacionais que surgiam. Com as guerras que se seguiram com a assinatura do Tratado de Madri (1750), a região dos povoados missioneiros sofreu com o abandono e a depredação por parte dos novos povoadores que se deslocavam para lá. No início do século XX havia a prática de venda, por parte dos órgãos administrativos locais, do material construtivo das antigas reduções para os novos povoadores da região: “Há registros no Arquivo Histórico de Santo Ângelo, antigo município sede de São Miguel das Missões, da venda, pela prefeitura de materiais construtivos da antiga redução” (RAMOS, 2006, p.94).

Além dos povos nativos que habitavam o território, a região recebeu povoadores espanhóis no período em que pertenceu a esta coroa e passou, a partir do início do século XIX, a ser povoada também por estancieiros-militares luso-brasileiros e grupos de afrodescendentes escravizados nas grandes propriedades da região. Posteriormente, no final do século XIX¹¹ e início do século XX passou a receber também descendentes de imigrantes¹² italianos, alemães, poloneses, dentre outros grupos étnicos. Portanto, a região das Missões foi povoada por diversos grupos étnicos, conferindo-lhe, na atualidade, uma enorme heterogeneidade cultural (SOUZA, 2007, SILVA, 2008).

Em 1807, o atual estado do Rio Grande do Sul foi elevado à categoria de Capitania-geral. Os primeiros municípios criados foram Porto Alegre, Rio Grande, Santo Antônio da Patrulha e Rio Pardo, em 1809, e abrangiam grandes extensões de terras. Nesse período, a região dos antigos povoados missioneiros pertencia ao município de Rio Pardo. Com as emancipações de São Borja (1833) e de Cruz Alta (1834), a região passou a ser administrada em sua parte oeste, por São Borja e, à sua parte leste, por Cruz Alta. Em 1873, Santo Ângelo conquistou a emancipação político-administrativa. Em 1880, São Luiz Gonzaga desmembrou-se de Santo Ângelo (CORTAZZI, 2012).

¹¹Juan Baptista Ambrosetti, naturalista e arqueólogo Argentino, ao percorrer a região fronteiriça das Missões entre Brasil e Argentina, no final do século XIX descreveu o cotidiano destas, a situação econômica, a diversidade da produção agrícola, e ao referir-se aos municípios de Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga e Santa Rosa, descreveu a intensa população de imigrantes europeus que estava chegando, dentre estes, cita a presença de “polacos” e alemães. Segundo ele, a expectativa na região era de que estes grupos trariam desenvolvimento e progresso. O autor destacou também a intensa militarização dos povoados de Uruguaiana e São Borja (AMBROSETTI, 1892).

¹²Dentre os trabalhos que buscaram compreender a povoação da região por diversos grupos étnicos ao longo do século XX destacamos a dissertação de Mauro Marx Wesz (2014), acerca da povoação do município de Caibaté por descendentes de imigrantes alemães (WESZ, 2014).

A partir do final do século XIX a região passou a ser composta por três municípios que, juntos, englobavam praticamente toda a região que anteriormente abarcou os sete povoados missioneiros. Posteriormente, ao longo do século XX, principalmente a partir da segunda metade, diversos municípios foram criados através de desmembramentos, gerando a configuração espaço-territorial que compreende hoje a região noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

Portanto, considerando a povoação do estado do Rio Grande do Sul, pode-se afirmar que o processo de povoamento da região das Missões se intensificou a partir da chegada dos imigrantes europeus, após o final do século XIX e início do século XX. O tardio processo de povoamento da região, se comparada à outras localidades, pode ser explicada pelos frequentes conflitos vivenciados na região fronteiriça, causando instabilidade e afastando possíveis povoadores. Devido a isto, os desmembramentos e descentralizações municipais que ocorreram no estado, de maneira mais intensa a partir do núcleo inicial de povoação, a região de Porto Alegre, ocorreram tardiamente na região das Missões, como demonstram os mapas a seguir:

Imagem 2 - Divisão Municipal da Província de São Pedro no ano de 1809, período em que a região das Missões pertencia ao município de Rio Pardo. Contava a província com 4 grandes municípios, sendo Rio Pardo o maior abarcando a parte oeste, central, e norte desta.



Fonte: <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/evolucao-administrativa-1809-a-2013>.¹³

¹³ EVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA - 1809 a 2013. Atlas Socioeconômico do Rio Grande d Sul. Secretaria de Planejamento, Segurança e Gestão. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/evolucao-administrativa-1809-a-2013>. Acesso em: 18/08/2017.

Imagem 3 - Divisão Municipal do Estado do Rio Grande do Sul no ano de 1872, já com o desmembramento de Cruz Alta e São Borja, onde o estado contava com 28 municípios.



Fonte: <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/evolucao-administrativa-1809-a-2013>.¹⁴

Imagem 4 - Divisão Municipal estadual no ano de 1966, onde o processo de descentralização e criação de municípios, intensificado a partir da década de 1950, já havia se disseminado por todas as regiões. Totalizando 232 municípios.



Fonte: <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/evolucao-administrativa-1809-a-2013>.¹⁵

¹⁴ EVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA - 1809 a 2013. Atlas Socioeconômico do Rio Grande d Sul. Secretaria de Planejamento, Segurança e Gestão. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/evolucao-administrativa-1809-a-2013>. Acesso em: 18/08/2017.

Analisando os processos de emancipações municipais que ocorreram no Rio Grande do Sul, a partir de 1809 até o ano de 1991, Amneris Morshheiser Cortazzi (2002)¹⁶ classificou estas emancipações em três regiões distintas. A primeira região classificada como de “desmembramento moderado”, correspondente às zonas de campo, do sul, sudoeste e oeste do estado. A segunda como de “desmembramento acentuado”, correspondendo às zonas de campos e matas, do norte, leste e centro do estado. A terceira região de “desmembramento acelerado”, corresponde às regiões de matas e com alta densidade demográfica do norte, nordeste e centro leste do estado, cujas emancipações intensificaram-se a partir de 1954. A análise dos desmembramentos municipais permite concluir uma série de elementos sobre as diferenças regionais no estado, cada região concentrou uma forma de povoamento, de uso do solo, de economia, e de crescimento populacional. Dentro desta classificação a região das Missões poderia ser analisada tanto através da perspectiva de desmembramento moderado, como de desmembramento acentuado, tendo de fato intensificado o processo de descentralização e criação de novos municípios a partir da década de 1950.

Desse modo, a região das Missões, como área territorial que foi palco do processo reducional empreendido pela Companhia de Jesus e que posteriormente passou a integrar o estado do Rio Grande do Sul, podemos distinguir três fases de ocupação do território. Conforme Muriel Pinto (2012) e Antônio Dari Ramos (2006) a primeira fase, até o século XVI, quando o território era ocupado pelos grupos étnicos nativos Guarani, Kaingang e Charrua. A segunda, no século XVII, quando se dá início a inserção espanhola e, posteriormente, a portuguesa e afrodescendente. Por último, a terceira fase iniciou-se a partir do final do século XIX e início do século XX, com a chegada de diversos grupos étnicos europeus (alemães, italianos, poloneses).

Diante disso, verifica-se a multiplicidade étnica e cultural que compõem a região, que confere a cada município particularidades culturais resultantes do processo histórico de formação. Portanto, o território que outrora fora palco do projeto reducional jesuítico-guarani, cujas marcas estão impressas na paisagem, através dos remanescentes edificados, possui elementos característicos de diversos grupos étnicos que também povoaram a região. Estas

¹⁵ EVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA - 1809 a 2013. Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Segurança e Gestão. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/evolucao-administrativa-1809-a-2013>. Acesso em: 18/08/2017.

¹⁶ O trabalho de Amneris Morshheiser Cortazzi (2002), apesar de desconsiderar fatores históricos e culturais na formação das regiões do estado, é fundamental para a compreensão das configurações territoriais deste ao longo do século XX, pois apresenta uma riqueza de mapas que permitem visualizar os processos de desmembramentos (CORTAZZI, 2002).

características conferem a região uma complexidade histórico-cultural, que a torna um desafio ao historiador:

No que diz respeito à dinâmica espaço-territorial do patrimônio missioneiro, torna-se pertinente comentar que os sítios arqueológicos regionais são midiaticizados como os lugares onde se concentram e são reproduzidas a grande maioria das práticas culturais regionais. Estas áreas urbanas, das antigas reduções, por manterem uma arquitetura impactante, destacam-se por serem os principais símbolos culturais missioneiros, o que torna os sítios, territórios protegidos e mais fomentados pelos órgãos públicos. Por mais, que os mesmos não apresentem as maiores manifestações culturais missioneiras (PINTO, 2012, p.129).

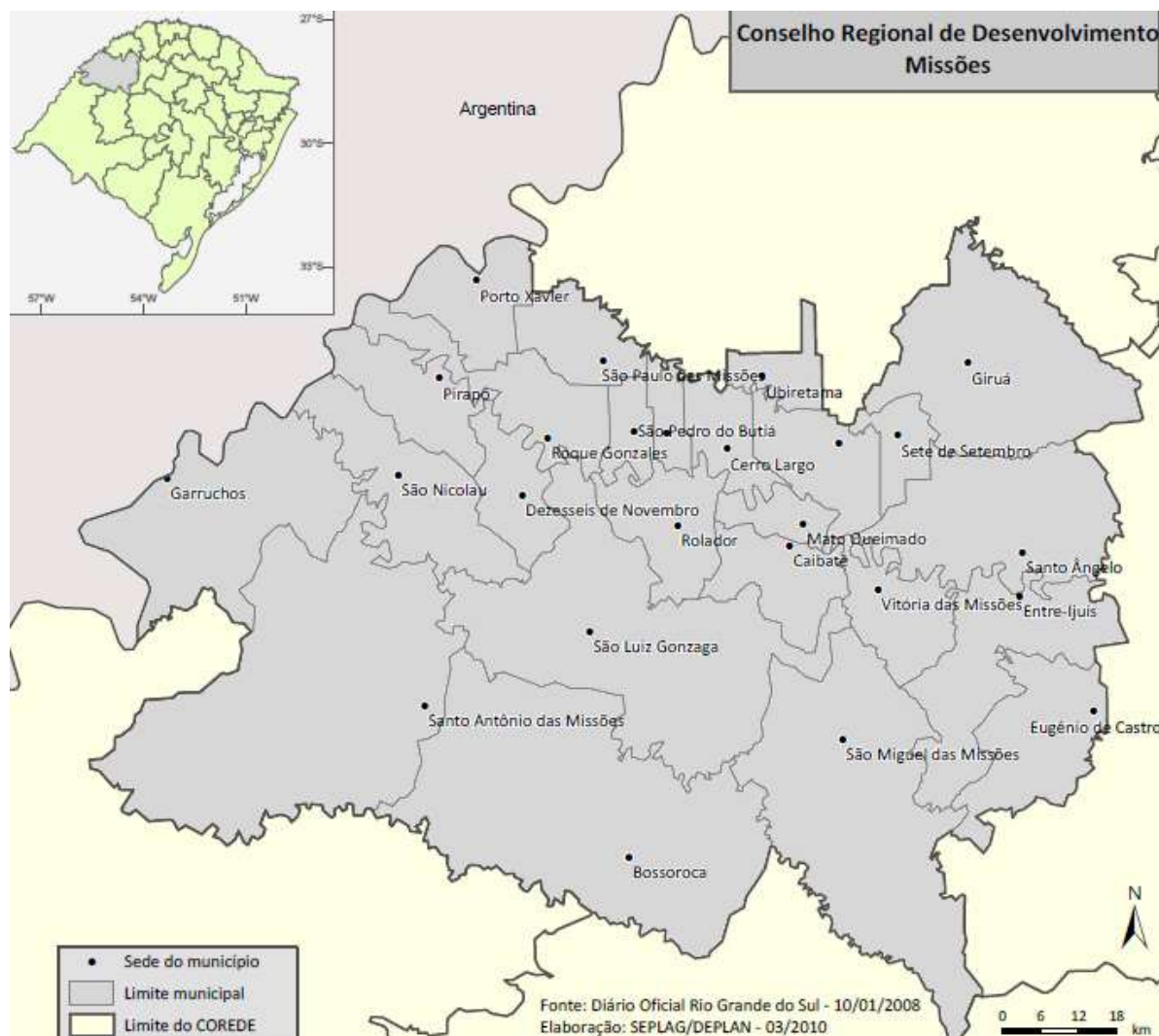
As marcas impressas pelo passado reducional na paisagem regional foram tão expressivas que mesmo após o fim das reduções permaneceu a designação daquela como região das Missões. A mesma distinção tem sido tomada por instituições públicas e privadas para designar o território localizado na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul formada pelo conjunto de municípios conforme o mapa da Imagem 5.

O melhor exemplo disto é a designação de região das Missões através do COREDE¹⁷, a qual tem permeado ações políticas e culturais por parte de instituições, entidades e órgãos públicos e governamentais, buscando promover o desenvolvimento econômico por meio de programas e projetos regionais, a serem executados e monitorados de forma interativa entre a sociedade e o poder público, objetivando também a melhoria das condições de vida da população regional¹⁸. Os municípios abrangidos pelo COREDE – Missões podem ser visualizados no mapa a seguir:

¹⁷ “De acordo com os dados do Projeto Rumos 2015, na parte que trata da Logística de Transportes (2005), a Região das Missões possui densidade rodoviária e acessibilidade acima da média dos Coredes, sendo que dos 25 municípios, 18 têm ligações de acesso asfáltico. As principais vias terrestres de acesso à região são: a BR 285, interligando os municípios da região no sentido leste-oeste e a BR 392 conectando municípios na direção nortesul. As ligações intermunicipais são feitas por meio de rodovias estaduais” (PERFIL SOCIECONOMICO COREDE MISSÕES. Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. Disponível em: <http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201603/28140705-perfis-regionais-2015-missoes.pdf>. Acesso em: 14/01/2018).

¹⁸ O planejamento estratégico realizado pelo COREDE busca promover o desenvolvimento por meio de programas e projetos regionais, a serem executados e monitorados de forma interativa entre a sociedade civil e o poder público, objetivando a melhoria das condições de vida da população regional (Plano Estratégico Regional - COREDE).

Imagem 5 - Região das Missões segundo Conselho Regional de Planejamento Estratégico COREDE-Missões.



Fonte: <http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201603/28140705-perfis-regionais-2015-missoes.pdf>.¹⁹

Além do COREDE, existem outros exemplos de utilização da designação de região das Missões por instituições como a Associação dos Legisladores das Missões (ALM) composta pelos mesmos 25 municípios que integram o COREDE - Missões e a Associação dos Municípios das Missões (AMM) composta igualmente pelos 25 municípios, além do município de São Borja. Ambas as entidades possuem atuação política aspirando impulsionar o desenvolvimento econômico regional.

¹⁹ PERFIL SOCIECONOMICO COREDE MISSÕES. Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. Disponível em: <http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201603/28140705-perfis-regionais-2015-missoes.pdf>. Acesso em: 14/01/2018.

1.2 REGIÃO DAS MISSÕES E REGIÃO MISSIONEIRA: ALGUMAS DEFINIÇÕES

Na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul os termos “região Missioneira” e “região das Missões” estão inseridos em diversos elementos constitutivos da paisagem, seja nomeando ruas, praças, municípios e instituições públicas ou privadas²⁰. Os termos são usuais na região, muitas vezes tomados como sinônimos, mas com o intuito de um melhor entendimento, buscaremos fazer algumas considerações a respeito destes dois conceitos.

Como “região das Missões” compreendemos parte do território da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul que, conforme Muriel Pinto (2011), se caracteriza por ser uma área histórica específica deste, onde foram instaladas as reduções jesuítico-guarani nos séculos XVII e XVIII, apresentando na atualidade grande número de sítios arqueológicos e um conjunto de artefatos histórico-culturais, principalmente os relacionados à segunda fase reducional, onde foram instalados sete povoados. O município de São Miguel das Missões está localizado nesta região, em seu território existiu a redução de São Miguel Arcanjo, cujos remanescentes encontram-se atualmente na sede urbana do município.

Bastante usual também é a denominação “região Missioneira” que, de acordo com a definição de Roselene Pommer (2009), corresponde a região que abarca os municípios cujos territórios foram espaços de edificação dos povoados reducionais da segunda fase, localizados à leste do rio Uruguai e que, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, produziram um processo de afirmação identitária baseada na rememoração de aspectos do passado reducional. A “região Missioneira” como define a autora, é formada pelos municípios de São Luiz Gonzaga, São Nicolau, Santo Ângelo e São Miguel das Missões, além dos distritos de São Lourenço e São João Batista. Portanto, o termo seria correspondente a um espaço de “forte representação cultural” baseado em elementos do passado reducional jesuítico-guarani.

O principal critério de classificação desta região está nas negociações que alguns de seus grupos sociais estabelecem com as referências a um período de domínio da Coroa da Espanha, diferentemente do restante do estado, que se caracteriza pelo uso das referências ao passado colonial lusitano. Dessa forma uma das principais características da região chamada de Missioneira está nas tradições produzidas a partir de determinado sentido dado ao passado colonial no contexto de dominação hispânica dos séculos XVII e XVIII, a leste do rio Uruguai (POMMER, 2009, p.74)

²⁰ Alguns exemplos são: o Bairro Missões, a rua Missioneira, o Café Missioneiro, a Missioneira Comércio de Gás, o Hotel Missões, a Imobiliária Missões, todos em Santo Ângelo.

Observamos que na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul estes termos são utilizados amplamente e de diversas maneiras para afirmar o vínculo com passado o reducional, sem que se façam distinções ou problematizações. Neste trabalho utilizaremos as devidas distinções produzidas por ambos os autores com relação aos termos, tomando, enquanto “região das Missões” a área correspondente à região territorial que apresenta vestígios do período reducional jesuítico-guarani ocorrido nos séculos XVII e XVIII, localizada geograficamente na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Por sua vez, “região Missioneira” enquanto uma área, dentro da região das Missões, cuja população efetuou um processo de negociação com o passado do território, produzindo, em diversos períodos, reivindicações identitárias e culturais.

Seu elemento de diferença identitária e regional está no sentido atribuído ao passado enquanto um passado do “outro”, aquele que está além de suas fronteiras, ou seja, “uma sutura à história”. Essa paisagem é, portanto, consequência da negociação que a comunidade foi estimulada a fazer com um passado apresentado como seu. Em decorrência dessa razão, torna-se necessário diferenciar região Missioneira da região das Missões, com base nos métodos e nos elementos de negociação que promovem classificações e dão sentido ao mundo social (POMMER, 2009, p.67).

Ambos os termos, conforme citamos, são amplamente utilizados, tanto na região como fora dela por instituições, pelo movimento tradicionalista, por órgãos públicos, por empresas, em ações culturais e turísticas. A utilização destes aciona elementos, simbologias e memórias que remetem ao passado reducional e que trazem consigo aspectos culturais socialmente construídos.

De fato, o passado da região vem sendo ativado, em diversos períodos ao longo do século XX, com diversas intencionalidades, buscando atender a interesses do presente. Ceres Karan Brum (2006) buscou compreender como o passado da região vem sendo ativado no presente de diversas maneiras:

[...] a par da pluralidade de estudos realizados sobre a experiência de evangelização ocorrida durante os séculos XVII e XVIII, penso que o passado missioneiro se constitui em um problema antropológico presente, uma vez que a memória do mesmo vem sendo acionada de diversas formas, produzindo imaginários, pertencimentos e identidades que tem o *missioneiro* como referencial histórico construído, cujos olhares importam em tomadas de posições acerca do passado no presente (BRUM, 2006, p.15).

Nas últimas décadas, o passado da região tem sido *ativado*, buscando atender a interesses e demandas do presente, produzindo imaginários e discursos, em processos que implicam lembranças e esquecimentos. Considerando-se herdeiros deste passado, os

indivíduos da região estabeleceram com estas negociações, utilizações, apropriações e interpretações, utilizando-se para isto o símbolo representativo nas edificações remanescentes do período reducional, alegando um elo identitário. *Ativar* o passado implica em produzir ressignificações, pois o olhar ao passado é sempre direcionado pelas demandas do presente. Assim a memória e o imaginário missionário foram construídos a partir de simbologias que remetem ao passado do território, aos quais os indivíduos se apropriaram e negociam, “e seu fascínio está no poder de significar o presente” (BRUM, 2016, p.47).

Por diversos momentos, ao longo do século XX, os sujeitos da região voltaram seu olhar para o passado, estabelecendo com ele apropriações e ressignificações. Este processo foi empreendido principalmente por lideranças e autoridades religiosas, políticas e intelectuais que estimularam, na população, a valorização e a preservação de alguns aspectos do passado. Este olhar seletivo ao passado que permeia os processos de ressignificação nunca é inocente, busca atender aos interesses e demandas do presente. Através de ações de rememoração e esquecimentos, são eleitos elementos do passado que asseguram a construção da memória regional e, conseqüentemente, o processo de identificação do grupo, através do qual este produz uma imagem de si, para diferenciar-se de outros (CANDAUI, 2012).

No processo de construção da memória o grupo seleciona e organiza elementos simbólicos a serem partilhados e constroem narrativas para explicar seu mundo, fornecendo base a um processo de identificação grupal e, ao mesmo tempo, diferenciando-se de outros. Nesse sentido, a memória torna-se elemento essencial nas construções e afirmações identitárias:

Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente. [...] A memória coletiva, como a identidade da qual ela é combustível, não existe se não diferencialmente, em relação sempre mutável com o outro [...] (CANDAUI, 2012. p. 19).

Por sua vez, o patrimônio constitui-se enquanto lugar de memória, espaço de rememoração e instrumento de afirmação da identidade do grupo. Como afirma Llorenç Prats (1997), o patrimônio não existe de forma natural, não é algo dado, muito menos um fenômeno social universal, ele é, acima de tudo, uma construção social, um artifício criado por alguém, ou por um grupo, em algum lugar e momento, para atender a determinados fins. Para o autor, o patrimônio é uma invenção, onde cria-se uma composição, ativando elementos extraídos de uma realidade, onde estes contribuem para a construção de uma nova realidade, com novos

sentidos. Desta forma, Prats (1997), entende o patrimônio como uma invenção e uma construção social:

Los procesos de patrimonialización obedecen a dos construcciones sociales distintas, pero complementarias y sucesivas. La primera consiste en la sacralización de la externalidad cultural. Se trata de un mecanismo universal, intercultural, facilmente reconocible, mediante el cual toda sociedad define un ideal cultural del mundo y de la existencia y todo aquello que no cabe en él, o lo contradice, pasa a formar un más allá, por su sola existencia, delimita y reborda la condición humana, socialmente definida y, por ende, nuestra capacidad de explicar y dominar la realidad. [...] A partir de estos principios compartidos, se produce una segunda construcción social en el proceso de patrimonialización. Se trata de la puesta en valor o activación. [...] La activación, más que con la puesta en valor tiene que ver con los discursos. Toda activación patrimonial, desde una exposición temporal o permanente, hasta un itinerario o un proceso de patrimonialización de un territorio, de inspiración más o menos ecomuseística, incluso una política de espacios bienes culturales protegidos, si se quiere apurar la imagen, comporta un discurso, más o menos explícito, más o menos polisémico, pero absolutamente real. [...] (PRATS, 2005. p.02).²¹

Para Prats (2005) os processos de *ativação* patrimonial dependem fundamentalmente dos poderes políticos e de ações de negociação, pois toda ativação patrimonial comporta um discurso. Este processo perpassa primeiramente por ações de seleção, onde, dentre uma gama de elementos patrimoniais, alguns serão selecionados e ativados, escolhidos de acordo com o discurso que se pretende gerar. Aos elementos que possam contradizer esse discurso, resta o esquecimento, a negligência, o silenciamento. Segundo o autor, o patrimônio é uma invenção, pois contribui para a criação de uma composição, ativando elementos extraídos de uma realidade, que fornecem subsídios para a construção de uma nova realidade, com novos sentidos. Mas, conforme o autor, o patrimônio é também uma construção social, no sentido de que é eleito por organizações que possuem a legitimidade conferida pela sociedade, sendo aceito por esta. Esta nova realidade que os patrimônios passam a ilustrar sobre o passado, é incorporada pela sociedade como verídica e inquestionável. Nesse sentido, se percebe que a memória regional não é discutível, ela está posta (PRATS, 1997).

²¹ Tradução da autora: Os processos de patrimonialização obedecem a duas construções sociais distintas, porém complementárias e sucessivas. A primeira consiste na sacralização da externalidade cultural. Se trata de um mecanismo universal, intercultural, facilmente reconhecível, mediante o qual toda sociedade define um ideal cultural de mundo e de existência, e tudo aquilo que não cabe nele, ou o contradiz, passa a formar um mais além, por sua própria existência, delimita e transborda a condição humana, socialmente definida, e portanto, nossa capacidade de explicar e dominar a realidade. [...] A partir destes princípios compartilhados se produz uma segunda construção social no processo de patrimonialização, se trata de por em valor ou ativar. [...] A ativação mais que com a questão de valor tem a ver com os discursos. Toda ativação patrimonial, desde uma exposição temporal ou permanente, até um itinerário, mais ou menos ecomuseística, inclui uma política de espaços, bens culturais protegidos, ou imagens, comporta um discurso, mais ou menos explícito, mais ou menos polisêmico, porém absolutamente real [...] (PRATS, 2005, p. 01).

A compreensão do conceito de patrimônio enquanto bens edificados anuncia também a compreensão de história e de cultura enquanto representativa de uma camada social que possui a capacidade de legar estes bens, excluindo da história oficial os que não possuem esta capacidade. Nesse sentido, a cultura material reforça e expressa as contradições entre os grupos. “A chamada ‘cultura material’ participa decisivamente na produção e reprodução social. [...] Os artefatos, por exemplo, são não apenas produtos, mas vetores de relações sociais” (MENESES, 1994. p.12).

Nestor Garcia Canclini (2000) problematiza também o patrimônio cultural enquanto um campo de disputa entre os grupos sociais, onde estes se relacionam de maneira diferenciada com o patrimônio, pois os grupos participam de maneira desigual na sua formação e manutenção:

O patrimônio cultural funciona como um recurso para reproduzir as diferenças entre os grupos sociais e a hegemonia dos que conseguem o acesso preferencial à produção e distribuição dos bens. Para configurar o culto tradicional, os setores dominantes não apenas definem que bens são superiores e merecem ser conservados; também dispõem dos meios econômicos e intelectuais, do tempo de trabalho e de ócio, para imprimir bens de maior qualidade e refinamento (CANCLINI, 2000, p.195).

Nesse sentido buscamos compreender o patrimônio edificado remanescente do período colonial em São Miguel das Missões como um campo de disputas entre grupos sociais e políticos, que manipulam e produzem discursos entorno deste patrimônio e, desta forma, evidenciam que a utilização destes bens produz e reproduz desigualdades.

Na região das Missões, a memória foi construída através da exaltação dos remanescentes do passado reducional jesuítico-guarani, e da escolha de elementos e símbolos com capacidade de dar sustentação e coesão a esta memória regional. Nesse sentido, Andreas Huyssen (1942) destaca que: “[...] A memória, por outro lado, é considerada crucial para a coesão social, e cultural da sociedade, todos os tipos de identidade dependem dela. Uma sociedade sem memória é uma anátema” (p. 157). Ao construir um sentimento de união identitária regional eleva-se a autoestima e o sentimento de pertencimento ao lugar na população, fatores que oportunizam a coesão social.

As décadas de 1970 e 1980 foram períodos em que, de maneira geral, voltou-se o olhar para o passado colonial, buscando referenciais para alicerçar a construção das identidades regionais. Nesse processo, houve um aumento substancial na quantidade de bens declarados patrimônios históricos e culturais. A patrimonialização atingiu níveis jamais alcançados, pois, ao buscar afirmação, cada grupo desempenhou um esforço máximo em

salvaguardar os patrimônios que representassem seus elementos identitários, pois estes se constituíam como instrumentos de legitimação. Esse processo ocorreu, de maneira geral, devido à globalização cultural que se intensificava e trazia consigo o sentimento de incertezas e perda de referências. Era preciso estabelecer laços, encontrar raízes e vincular-se a um grupo. “Nossa sociedade não teme mais submergir no passado, mas perdê-lo. [...] É preciso ‘tudo conservar’, correndo o risco de desnaturalizar aquilo que pretendemos salvar” (CANDAUI, 2012, p. 190).

Nesse sentido, eleger bens materiais, enquanto patrimônios histórico-culturais de uma sociedade constitui-se uma tentativa de presentificar o ausente. Conforme Pierre Nora (1993):

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento esperta ainda memória insuficiente para que se possa colocar o problema da sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual nos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória (p.07).

Para Pommer (2009) a afirmação de uma identidade regional missioneira, nas décadas de 1970 e 1980, em São Luiz Gonzaga, foi incentivada por lideranças locais buscando diferenciar-se regionalmente no contexto estadual, como uma região que possui uma identidade distinta, embasada em uma interpretação específica do passado colonial, que foi materializada em eventos como as Mostras de Arte Missioneiras. Como também constituir um roteiro turístico alternativo para o desenvolvimento econômico regional, com o qual fosse possível melhorar a autoestima da população, através da consagração de heróis e mitos fundadores que compunham a memória regional, passando a atribuir aos sujeitos do lugar o *status* de herdeiros de uma saga heroica e guardiões dos patrimônios históricos da região. Este movimento identitário regional ocorreu também nas demais localidades que nos séculos XVI e XVII compuseram os Sete Povoados Missioneiros. Além de buscar referenciais nos patrimônios históricos edificados provenientes do período reducional, neste período, criaram-se também novos artifícios de rememoração.

O espetáculo *Som e Luz*, criado em 1978 em São Miguel, foi um deles. Através de técnicas artísticas e efeitos audiovisuais, buscou-se atrair a atenção do turista e reforçar determinada interpretação sobre o passado reducional jesuítico-guarani, como mito fundador do lugar. Nesse sentido, Nestor Garcia Canclini afirma que “A teatralização do patrimônio é o esforço para simular que há uma origem, uma substância fundadora, em relação à qual

deveríamos atuar hoje” (2000, p. 162). Portanto, quando os artifícios existentes não foram suficientes para acionar a lembrança, alternativas foram criadas, buscando novas formas de rememoração. A memória precisa ser constantemente ativada, vivida, visualizada, comemorada, conforme afirma Canclini:

Entender as relações indispensáveis da modernidade com o passado requer examinar as operações de ritualização cultural. Para que as tradições sirvam hoje de legitimação para aqueles que as construíram ou se apropriaram delas, é necessário colocá-las em cena. O patrimônio existe como força política na medida em que é teatralizado: em comemorações, monumentos, museus (CANCLINI, 2000. p. 162).

Como mencionamos anteriormente, a identidade é construída com base na relação dos sujeitos com o “outro”. O que motiva um grupo a construir uma imagem de si é a preocupação em construir elementos e narrativas que possibilitem a coesão do seu grupo e que o diferencie de outros grupos (CANDAU, 2012, p. 159). Nesse sentido Denys Cuche afirma que: “Não há identidade em si, nem mesmo unicamente para si. A identidade existe sempre em relação a uma outra. Ou seja, identidade e alteridade são ligadas e estão em uma relação dialética. A identificação acompanha a diferenciação” (CUCHE, 1999. p. 183).

Neste processo, em que verificamos o passado sendo utilizado como um elemento legitimador de uma identidade regional, um fato nos chama muito a atenção, a região das Missões recebeu uma intensa colonização, no final do século XIX e início do século XX, de descendentes de imigrantes italianos, alemães e poloneses, dentre outros grupos étnicos. Estes grupos somaram-se às populações luso-brasileira, indígenas e afrodescendentes, que já povoavam o território, constituindo uma população e cultura multiétnica.

Estes novos grupos que passaram a habitar o lugar, trouxeram novos hábitos, costumes e tradições, que foram silenciadas no processo de construção de uma identidade missioneira, pois esta negligenciou os vínculos étnicos da população, ressaltando apenas os elementos referentes ao passado reducional. Este aspecto nos indica que o esforço em erigir uma identidade missioneira na região se deu a partir de processos de negociação. Neste sentido, Huyssen (1942) afirma que a “construção de uma memória só é possível com base no esquecimento”, estes são extremamente necessários para a estruturação e consolidação das memórias (p. 157). Os fatos esquecidos ou negligenciados, se trazidos à tona poderiam por em cheque as memórias bem estruturadas e as construções identitárias.

Nesse aspecto, cabe destacar a importância em compreender os processos de negociação que os grupos empreendem acerca do passado na composição de suas identidades culturais. Peter Burke (2003) afirma que a construção de uma identidade exige negociação.

Negocia-se com o passado buscando selecionar o que deve ser considerado elemento representativo do grupo e também para escolher o que deve ser “esquecido”. Os subsídios do passado são ativados quando servem para afirmar e legitimar a unidade do grupo, para tanto muitos elementos necessitam serem silenciados.

O conceito de negociação em particular se tornou cada vez mais popular em estudos culturais em vários contextos. No nível microcósmino, tem sido usado para analisar as discussões entre pacientes e médicos a respeito das doenças: conversas que levam os dois lados a revisar seus diagnósticos originais. No nível macrocósmino o termo tem sido empregado para analisar o diálogo entre dois sistemas intelectuais, o da elite e o popular, por exemplo. É frequentemente empregado em análises de etnicidade porque expressa consciência da multiplicidade e da fluidez da identidade e o modo como ela pode ser modificada ou pelo menos apresentada de diferentes modos em diferentes situações (BURKE, 2003, p. 48).

Neste processo de identificação com o passado reducional, os indivíduos da região das Missões, oriundos de diversos grupos étnicos, empreenderam um processo de negociação com um passado que não era seu, mas sim do território, produzindo narrativas e discursos sustentados com base no patrimônio histórico edificado e não por experiências vivenciadas por seu grupo, ou por seus antepassados. Na região, como já afirmamos, formada por diversos grupos étnicos, os descendentes de imigrantes europeus passaram a incorporar elementos do passado reducional presentes na região, utilizando-se destes quando lhes convém, mas também negando-os quando há necessidade. Dessa forma, evidencia-se que o processo de afirmação identitária, para muito além da essencialidade e rigidez, é fluído e variável. Retomaremos essa questão no subtítulo “4.1 Almejam um renascimento”, onde analisaremos, a partir da documentação anexada ao processo emancipatório, os indivíduos envolvidos no processo emancipatório, suas origens étnicas e os discursos que produziram.

Procuramos também, ao construir os referenciais teóricos norteadores da pesquisa, trabalhos de diversas áreas do conhecimento, que tenham buscado compreender a região das Missões do estado do Rio Grande do Sul. Autores que abordaram também as questões identitárias e culturais, as maneiras como se *ativa* o passado e as relações que se estabelecem entre a população e o patrimônio histórico na região.

Destes, citamos o trabalho de Rodrigo Miguel de Souza (2013), que analisou a invisibilidade das populações negras dentro da chamada identidade missioneira. Analisando o contexto de São Luiz Gonzaga, o autor destaca que o esforço em afirmar a existência de uma identidade baseada no passado reducional, empreendido por alguns grupos, mascarou a diversidade étnico-cultural que a região vivenciou após o fim do período reducional, e acabou invisibilizando, principalmente, a população afrodescendente que teve sua inserção na região

através da instalação de grandes propriedades baseadas no trabalho escravo. O autor aponta que a representação do negro na cultura missioneira é feita de forma estereotipada, principalmente através da produção musical regional. Seu trabalho evidencia as invisibilizações realizadas pela historiografia tradicional que negou a presença do negro na região das Missões. “Estas outras identidades dialogam com o missionarismo de modo diverso, seja através da hibridização, como no caso dos descendentes de imigrantes europeus, ou da invisibilidade, como no caso dos negros” (SOUZA, 2013, p. 114).

Neste sentido, destacamos também o trabalho de Cosete Nascimento (2012), que buscou compreender como os indivíduos utilizaram-se do passado, de seus símbolos e elementos no município de Bossoroca/RS. A autora analisa o que é considerado como patrimônio cultural no município e discorre acerca das relações de poder em torno destes, bem como o estabelecimento da memória de determinados grupos em detrimento de outros. No caso de Bossoroca, segundo ela, alguns grupos buscaram evidenciar o passado do lugar ligado ao período reducional, negligenciando o passado estancieiro e a presença de afrodescendentes escravizados no município. Apesar de apresentarem vestígios na memória local e materialidades expressas na paisagem, os elementos ligados à escravidão são incômodos e foram, portanto, estimulados por alguns indivíduos, ao esquecimento.

Muriel Pinto (2011) defende que o esforço de afirmação de uma identidade missioneira, que se efetuou na região das Missões e que ainda ocorre por parte de diversas instituições, vem empreendendo um empenho em demonstrar que esta seria homogênea, mascarando a presença de micro-identidades regionais. O autor as separa em três: identidade missioneira-pampeana, identidade missioneira-reducional e identidade missioneira-europeia, evidenciando que cada município empreendeu um processo de negociação com o passado regional de maneira diferenciada, produzindo apropriações e significações distintas.

De fato, este debate acerca da identidade regional, e da maneira como esta foi construída ao longo do século XX, na região das Missões, bem como os indivíduos, instituições e interesses envolvidos neste processo, está bem longe de ser encerrado. Esta construção identitária produziu esquecimentos e silenciamentos que ainda necessitam de problematizações e análise nas diversas áreas de conhecimento, para que as generalizações e silenciamentos decorridos deste processo sejam compreendidas, explicadas e desnaturalizadas.

2 SÃO MIGUEL: A REDUÇÃO, O DISTRITO, O MUNICÍPIO, O PATRIMÔNIO

São Miguel das Missões, cujo território que hoje corresponde a este passou a integrar o município de Santo Ângelo, desde a emancipação deste, no ano de 1873, permanecendo como seu distrito até o ano de 1988. A emancipação político-administrativa de São Miguel, como nosso universo de pesquisa, foi um processo complexo que envolveu a produção de discursos, ativação e utilização dos patrimônios históricos do período colonial. Porém, antes de nos aprofundarmos nos meandros que envolvem o processo emancipacionista e os discursos produzidos pelos grupos políticos entorno do passado e dos patrimônios históricos regionais com todos os seus detalhes, contradições e problemáticas, voltamos nosso olhar à São Miguel das Missões, buscando compreender suas configurações históricas e culturais.

Para isto organizamos este capítulo em quatro partes. Inicialmente em “São Miguel das Missões: o espaço e o território” buscaremos compreender a trajetória do lugar, tendo sido redução, vila, distrito até tornar-se município, evidenciando as diferentes fases de ocupação do território. No segundo subtítulo, denominado, “O patrimônio regional e a trajetória de patrimonialização em São Miguel das Missões”, traçaremos a trajetória de patrimonialização dos remanescentes arqueológicos do período reducional na região das Missões e em São Miguel, a qual se distingue em três níveis: estadual, nacional e internacional. Na terceira parte, “O contexto político, econômico e social das décadas de 1970 e 1980”, buscamos analisar o contexto local nestes três aspectos. Por fim, no último subtítulo “Os meandros do processo emancipatório”, contextualizaremos o processo emancipatório, o qual será problematizado também no terceiro capítulo.

2.1 SÃO MIGUEL DAS MISSÕES: O ESPAÇO E O TERRITÓRIO

Para entendermos as características espaço-territoriais do município de São Miguel das Missões precisamos nos remeter ao período reducional e a trajetória do lugar. A redução de São Miguel Arcanjo foi fundada na primeira fase reducional no hoje estado do Rio Grande do Sul, no ano de 1623, pelos Jesuítas Cristóvão de Mendonça e Paulo Benavides. Acredita-se que localizava em território próximo ao que hoje corresponde ao município de Santa Maria, no centro do estado. Em 1637 os habitantes da redução de São Miguel foram obrigados a abandonar o povoado, devido a ameaça bandeirante, migrando para o outro lado do Rio

Uruguai, tendo se estabelecido e permanecido próximo a redução de Conceição²² até 1687 (SIMON, 1984, BAIOTO e QUEVEDO, 2005).

São Miguel Arcanjo, redução da segunda fase reducional, teria sido refundada no ano de 1687, por Antônio Sepp²³ e descendentes das famílias guarani, oriundas do povoado de São Miguel, da primeira fase. O projeto reducional foi abalado com a redefinição dos territórios, imposto pelas coroas ibéricas através do Tratado de Madri (1750), a destruição dos povoados missioneiros, ocorreu diante da derrota dos indígenas nas batalhas contra tropas hispano-portuguesas após a assinatura deste. Com a desorganização do projeto reducional, São Miguel sofreu a depredação das edificações. Segundo Simon, referindo-se ao século XIX: “O quadro de São Miguel, no final do século passado, era desastroso” (SIMON, 1984, p.55).

Ao longo do século XIX, a situação de São Miguel Arcanjo, assim como dos demais povoados missioneiros era de abandono e depredação. Naquele século, o povoamento da região foi se intensificando, inicialmente com a instalação de estancieiros militares luso-brasileiros e, a partir do final daquele século, recebendo diversos grupos de imigrantes europeus. Assim, pequenos povoados foram se formando nas proximidades dos remanescentes das antigas reduções, como é o caso de São Miguel, São Luiz, São Borja e Santo Ângelo. Destes, Santo Ângelo destacou-se no contexto regional, alcançando desenvolvimento e tornando-se município já em 1873. Assim como São Luiz Gonzaga, que contou com forte presença militar e tornou-se município em 1880.

Os primeiros trabalhos de preservação e estabilização do sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo iniciaram em 1925, com o cercamento do local e cuidados com a estrutura da antiga igreja. No ano seguinte, ocorreu a legalização dos terrenos do povoado, feita pelo intendente de Santo Ângelo, Carlos Krueh. A área do terreno foi dividida em pequenos lotes e em chácaras e postos à venda, impulsionando o crescimento da vila.

No entanto, a limpeza efetiva do local somente teve início por volta de 1938, através das ações do SPHAN²⁴ na região. Diversos nomes tiveram protagonismo no processo de preservação e valorização dos vestígios do período reducional naquela época, dentre eles destacam-se: Lúcio Costa, responsável pela criação do Museu das Missões; Augusto Mayer,

²² Redução de Concepcion, cujos remanescentes arqueológicos localizam-se em Concepcion de la Sierra, Misiones, Argentina.

²³ Missionário da Companhia de Jesus.

²⁴ O SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) criado por decreto presidencial assinado em 30 de novembro de 1937, estava subordinado ao Ministério da Educação. A instituição veio a ser posteriormente Departamento, Instituto, Secretaria e, de novo, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como se chama atualmente. Criado no Estado Novo, o órgão visava proteger os patrimônios históricos e artísticos, que têm nas modernas sociedades a função de representar simbolicamente a identidade e a memória da nação.

representante do SPHAN no Rio Grande do Sul; o engenheiro Lucas Mayerhofer, que dirigiu as obras de recuperação e estabilização da torre, frontaria e parede e João Hugo Machado, que participou das obras de restauração, sendo responsável pela coleta da maioria das imagens que hoje constituem o acervo do Museu das Missões.

Verifica-se que, mesmo com a Lei de Terras de 1850²⁵ facilitando a vinda de imigrantes para repovoar a região das Missões, foi somente no século XX, com o fim dos conflitos fronteiriços, que ocorreu o povoamento mais expressivo na mesma, permitindo a chegada de descendentes de imigrantes italianos, alemães e poloneses, provenientes de outras partes do estado.

Em 1873, com a elevação de Santo Ângelo à categoria de município, São Miguel passou a fazer parte deste, sendo seu 3º distrito. Conforme Salette Silva (2008, p. 15), no final do século XIX o povoamento do lugar era constituído basicamente por grupos de origem luso-brasileira, com a presença de poucos imigrantes alemães. Em São Miguel das Missões, também foi bastante expressivo o povoamento por descendentes de imigrantes italianos, a partir de 1930 (SILVA, 2008).

Em maio de 1881, o povoado de São Miguel foi elevado à posição de Capela Curada, em 1884, à categoria de freguesia, sede do 3º distrito. Em 1926, São Miguel passou a ter planejamento urbano, com a realização de loteamentos que dividiram a área, sendo estes comercializados pela intendência municipal de Santo Ângelo. Contava, na época, com cerca de 22 casas e pouco mais de 100 habitantes em seu núcleo urbano. Ivone Noro (2009), em seu trabalho de Conclusão de Graduação pela Universidade Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, através de um estudo de história local, aborda o povoamento de São Miguel das Missões por descendentes de imigrantes italianos, na década de 1930, vindos da colônia de Jaguari, fundada em 1889:

Os descendentes de italianos que saíram de Jaguari e se estabeleceram na localidade de Campestre, atual distrito do município de São Miguel das Missões, na época distrito de Santo Ângelo, as famílias que chegaram a partir de 1936 foram: João Martini, Pedro Locatelli, Waldir Pedro Frizzo, Vitória Zambelli, Marino Zambelli, José Sadi Munareto, Riquelmo Munareto, Dorotea Junker Munaretto. Eram colonos agricultores e alguns eram comerciantes, entre eles Luiz Martini (NORO, 2009, p. 21).

²⁵ A Lei n.601, de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras, foi a primeira legislação criada no sentido de tentar regularizar a questão fundiária no Brasil. A mesma acabou dificultando o acesso à terra pelas camadas mais pobres da população, pois designou que a aquisição de terras devolutas seria feita apenas a partir de compra do estado. A lei também concedeu à posse para aqueles que já ocupavam propriedades.

A chegada desses imigrantes italianos na década de 1930 culminou com a criação dos diversos estabelecimentos de comércio no povoado (RAMOS, 2006). Conforme Saete Silva (2008), também em trabalho de conclusão de graduação defendida pela URI, desde o início do século XX pessoas deslocavam-se para São Miguel para visitar as ruínas arqueológicas, o que, acabou estimulado também o povoamento da região. Em março de 1938 o povoado de São Miguel foi elevado à categoria de Vila, em 1944 recebeu nova denominação, passando se chamar Vila de São Miguel das Missões.

Intervenções arqueológicas nos sítios missioneiros foram realizadas na década de 1950, pelo padre Luiz Gonzaga Jaeger, como também na década de 1960, tendo como responsável José J. P. Brochado. Na década de 1970 foram realizados também alguns trabalhos e intervenções coordenadas pelo IPHAN. É preciso lembrar que no Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo a presença do instituto é constante desde a sua instalação, quando possuía a denominação de SPHAN.

No final da década de 1970 e início da década de 1980 dois fatos contribuíram para incentivar, ainda mais, a valorização e a manutenção dos vestígios arqueológicos de São Miguel das Missões. O primeiro deles, em outubro de 1978, foi a criação do espetáculo “Som e Luz”²⁶; o segundo, no ano de 1981, quando foram encontrados os vestígios arqueológicos da fonte Missioneira. Estes fatos, publicizados pela mídia local, impulsionaram o turismo e incentivaram a população a mobilizar-se pela emancipação do distrito, fato que teve início no mesmo ano da criação do espetáculo, 1978, e concretizou-se apenas em 1988.

O distrito de São Miguel já recebia visitantes antes das instituições de seleção e preservação do patrimônio atuarem sobre o lugar. No século XIX grupos e famílias já passavam pela região e buscavam conhecer as “ruínas” da antiga redução. Mas a partir da inserção do SPHAN, no final da década de 1930, e da conscientização de patrimonialização empregado por este, aumentaram as ações de divulgação, crescendo, consideravelmente, o fluxo de visitantes. Ao final da década de 1970, com a criação do Espetáculo Som e Luz, ocorreu um impulso significativo no fluxo turístico destinado à São Miguel, pois o mesmo constituía-se em uma atração a mais, destinando-se exclusivamente a atrair o público ao lugar. Atualmente, como já mencionamos, o número anual de visitantes chega a ser quase dez vezes

²⁶ O Som e Luz foi criado pelo governo estadual no ano de 1978. O espetáculo que através de recursos audiovisuais e de vozes de atores consagrados no cenário artístico nacional narra a história missioneira, com ênfase ao papel da redução de São Miguel Arcanjo nesta, foi criado pela Secretaria Estadual de Turismo com a intenção de durar 60 dias, e acabou mantendo-se até a atualidade. Atualmente possui exibição diária, tendo sofrido alterações no ano de 2016.

a população do município²⁷, fato que evidencia a posição obtida pelo município de São Miguel das Missões como atração turística principal da região (MARCHI, 2016).

2.2 O PATRIMÔNIO REGIONAL E A TRAJETÓRIA DE PATRIMONIALIZAÇÃO EM SÃO MIGUEL DAS MISSÕES

Foram diversas as etapas do processo de patrimonialização dos remanescentes arqueológicos do período reducional na região das Missões. No início do século XX, restavam poucas edificações de grande porte na região, entre estas o colégio jesuítico²⁸ da antiga redução de São Luiz Gonzaga, uma casa feita em material proveniente das edificações missioneiras localizada no município de Entre Ijuis, na época pertencente ao município de Santo Ângelo, algumas edificações remanescentes da redução de São Nicolau, localizado em município de mesmo nome e diversas edificações da redução de São Miguel Arcanjo. Em 1925, o sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo foi consagrado o primeiro patrimônio histórico estadual²⁹, passando a receber as primeiras ações de cercamento e proteção, estando, nesse período, sob responsabilidade da Comissão de Terras de Santa Rosa. No início da década de 1930 o colégio jesuítico de São Luiz Gonzaga foi demolido pelo poder público municipal, com a alegação de que havia infestação de morcegos, o que colocava em risco a saúde e higiene públicas. A onda de destruição também afetou a casa construída em material missioneiro³⁰ que, mesmo tombada pelo SPHAN em abril de 1938, foi demolida alguns anos mais tarde (MEIRA, 2008).

Por fim, no início da década de 1940, restavam apenas as edificações de São Miguel Arcanjo, consideradas em melhor estado de conservação, e as ruínas de São Lourenço Mártir, São Nicolau e São João Batista. O processo de patrimonialização dos remanescentes do período reducional, bem como a destruição de muitos deles, foram conferindo centralidade aos vestígios da redução de São Miguel Arcanjo, que passou a receber a maior atenção, tendo

²⁷ Dados fornecidos pelo Parque Histórico Nacional das Missões - IPHAN / RS à autora.

²⁸ Souza (2013) e Meira (2008) trazem informações e imagens acerca deste.

²⁹ O Regulamento de Terras de 1922 estabeleceu o título de Lugares Históricos a lugares notabilizados por fatos assinalados da evolução do estado do Rio Grande do Sul. “Assim, como consequência do Regulamento de Terras, São Miguel passou a ser o primeiro bem patrimonial que recebeu a distinção de lugar histórico no estado - o primeiro patrimônio histórico do Rio Grande do Sul.” (MEIRA, 2008. p.221).

³⁰ Meira (2008) traz maiores informações acerca desta.

sido tombado pelo SPHAN em 1938. Aos outros três sítios, a consagração como patrimônios nacionais veio somente no ano de 1970³¹(MEIRA, 2008).

Durante a década de 1930, houve um grande incentivo por parte do então presidente, Getúlio Vargas, para que fosse criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) que, posteriormente passou a ser chamado de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. O SPHAN foi criado com o objetivo de selecionar os bens que passariam a integrar um conjunto dos patrimônios nacionais e desenvolver ações de proteção sobre estes. A criação deste órgão por expoentes da Semana de Arte Moderna enquadrava-se nas preocupações do governo federal com a construção de uma identidade nacional, baseada no poder de representação dos patrimônios históricos e artísticos. A noção de patrimônio surgiu no momento em que se viu necessária a construção de uma identidade nacional, no processo de consolidação dos Estados-nações modernos, final do século XIX. No Brasil, essa necessidade se fez presente na década de 1930, no governo do Estado Novo. Conforme Fonseca: “[...] A partir do Estado Novo, com a instalação, mais que de um novo governo, de uma nova ordem política, econômica e social, o ideário do patrimônio passou a ser integrado ao projeto de construção da nação pelo Estado” (FONSECA, 1997. p.104). Para os modernistas, o estado de Minas se constituiu em um polo catalisador de ideias, passando a ser considerado o berço da civilização brasileira, e seus monumentos históricos e artísticos ganharam papel central na construção da tradição nacional.

A constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais é uma prática característica dos Estados modernos, que, através de determinados agentes, recrutados entre os intelectuais, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. Pelo valor que lhes é atribuído, enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos da nação, esses bens passam a ser merecedores de proteção, visando a sua transmissão para as gerações futuras. Nesse sentido as políticas de preservação se propõem a atuar, basicamente, no nível simbólico, tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos. Esse é, pelo menos, o discurso que se costuma justificar a constituição destes patrimônios e o desenvolvimento de políticas públicas de preservação (FONSECA, 1997, p.11).

Fonseca (1997) ressalta ainda o alto grau de eficácia simbólica que estas políticas públicas alcançam, raramente ocorrendo contestações quanto a atribuição de valores aos objetos protegidos. Mas a autora ressalta também, a importância em pensarmos o papel

³¹ As edificações da redução de São Nicolau cuja construção data de 1687, foram tombadas pelo IPHAN em 22/01/1970, as edificações de São João Batista, datadas de 1697, localizadas no município de Entre Ijuis foram tombadas em 22/01/1970, e São Lourenço Mártir (1690), distrito de São Luiz Gonzaga, tombadas em 18/03/1970. Todas foram inscritas no Livro Tombo Histórico do IPHAN, conforme Meira (2008).

desempenhado pelos profissionais que atuaram no SPHAN, que eram, em sua maioria, arquitetos, os quais ela denomina de mediadores simbólicos e mentores das políticas públicas executadas. É preciso considerar a importância da atuação destes profissionais, suas formações técnicas, culturais e até mesmo políticas. E além de analisar a ação dos agentes institucionais, a autora nos lembra da importância de pensarmos na apropriação que é feita pela sociedade e pelos diferentes grupos sociais, sobre as ações e as construções realizadas em torno do patrimônio, cabe a esta aceitar ou não as demandas geradas pelas instituições de preservação.

No estado do Rio Grande do Sul, diversos bens foram eleitos e tombados pelo SPHAN no ano de 1938, porém a maioria concentrava-se na região metropolitana e sul do estado. Na região das Missões, o SPHAN, durante seus dois primeiros anos de funcionamento, manteve o foco na preservação dos remanescentes arqueológicos do período reducional e nas edificações relacionadas a personagens da Revolução Farroupilha. Exemplo disso, foram as duas edificações tombadas naquele ano, a casa em material missioneiro, destruída anos mais tarde, e os remanescentes da redução de São Miguel Arcanjo (MEIRA, 2008).

Os intelectuais envolvidos na criação do SPHAN³² tiveram o papel de elencar o que consideravam os elementos representativos da identidade da nação. Desta forma, foram escolhidos os elementos referentes à colonização portuguesa e aos valores europeus e católicos. “Rechaçava-se o Brasil índio, negro, latino-americano, e não católico” (MEIRA, 2008, p.114).

Dentro do processo de construção de uma memória nacional baseado na matriz luso-brasileira, a escolha dos remanescentes das missões jesuíticas, como patrimônios nacionais é contraditória, tendo em vista que esses bens simbolizam a ocupação espanhola de parte do território do estado do Rio Grande do Sul. Entretanto, apesar de não confirmar a matriz lusa, o tombamento do sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo representou a salvaguarda de um patrimônio de origem ibérica e principalmente, católico, responsável por levar os valores e costumes europeus aos povos nativos. Portanto, o projeto jesuítico mereceu um espaço dentre os bens salvaguardados pelo SPHAN e foi, nos primeiros anos de atuação deste, um dos

³² Maria Cecília Londres Fonseca, ao abordar a consolidação das práticas de preservação do IPHAN, divide o histórico do instituto em duas etapas. A primeira seria a “fase heroica”, de 1937 até 1967, quando da substituição de Rodrigo de Andrade por Renato Soeiro. A segunda, referida como “moderna”, teria sido iniciada quando Renato Soeiro assumiu ao cargo de Diretor do DPHAN (FONSECA, 1997, p.121).

espaços de ação da instituição no estado, principalmente por representar um empreendimento católico.

Dentro da compreensão histórica acerca projeto reducional nas décadas de 1930 e 1940, o indígena da região Missioneira possuía valor e espaço na memória nacional enquanto adepto dos valores e costumes europeus e por ser, acima de tudo, católico. Enquanto rechaçava-se o “Brasil Índio”, valorizava-se o guarani-missioneiro, por ser este católico e adepto dos costumes europeus. Sobretudo estes ganharam espaço no âmbito da preservação patrimonial devido à produção artística e cultural que legaram. Nesse sentido, há que se ressaltar a importância dada aos critérios estéticos atribuídos aos remanescentes de São Miguel, já que seu tombamento foi realizado no Livro Tombo de Belas Artes e não no Livro Tombo Histórico. De São Miguel Arcanjo preservava-se ainda a fachada da antiga igreja e boa parte de sua estrutura, o que, de certa forma, constituíam-se nos vestígios materiais que melhor representavam o projeto reducional católico (MEIRA, 2008).

Ana Lúcia Goelzer Meira, em sua tese de doutoramento, do ano de 2008, pela UFRGS, apontou uma questão fundamental na seleção e na preservação de patrimônios: a oscilação entre a busca da imagem e do documento. Segundo a autora, as obras de restauração tiveram por objetivo, em alguns momentos, produzir uma representação/imagem desejada das edificações restauradas, privilegiando os aspectos visuais e, em outros, buscaram a salvaguarda de um documento herdado, procurando preservar os elementos constitutivos autênticos das mesmas. Essa distinção de duas formas de preservação dos patrimônios, enquanto imagem ou enquanto documento, que foram aplicadas pelo IPHAN, é perceptível através da análise das inscrições dos processos de tombamento dos bens, enquanto os inscritos no Livro Tombo Histórico possuíam valor de documento, os bens inscritos no Livro Tombo de Belas Artes eram valorados enquanto imagem/representação.

Segundo Meira (2008), no Rio Grande do Sul os tombamentos realizados pelo SPHAN nas primeiras duas décadas de atuação foram, em maioria, atribuídos a critérios e valores históricos, mais do que artísticos, devido a uma tendência no estado gaúcho em preservar bens históricos herdados da tradição da valorização da história regional e dos feitos históricos. A maioria dos bens tombados, portanto, foram inscritos no Livro Tombo Histórico. A autora destaca que apenas os dois bens tombados na região das Missões foram inscritos no Livro Tombo de Belas Artes, indicando a falta de clareza destes bens na composição da história e da memória regional do estado (MEIRA, 2008).

Neste processo de tombamento realizado no ano de 1938, é preciso destacar a importância de uma liderança regional então a frente da presidência do país, Getúlio Vargas, que destinou verbas e cuidados às edificações de São Miguel Arcanjo. Conforme Meira (2008, p.134), ele já havia contribuído quando ocupou o cargo de governador do estado, em 1928, ao empreender esforços e atenção à preservação dos remanescentes da antiga redução de São Miguel Arcanjo. A explicação para este cuidado, talvez, tenha sido sua origem, pois Vargas era natural da cidade de São Borja, que crescera sobre os vestígios da antiga redução de São Francisco de Borja. Portanto, Vargas conhecia a região e demonstrava grande apreço por São Miguel, que denominava de “ruínas imponentes”, conforme Meira (2008, p.134).

A implantação do IPHAN no final da década de 1930 em São Miguel demarcou mudanças profundas ali, para além da área do sítio arqueológico e que se intensificaram ao longo das décadas seguintes:

A partir de então a intervenção do governo federal foi constante para a manutenção do bem cultural, delimitações do sítio, novas obras de limpeza, conservação, escavações arqueológicas, manutenção e restauração das ruínas foram realizadas. Todas as ações empreendidas pelos órgãos de patrimônio alteraram também a formação da cidade, o rearranjo de pontos públicos e a realocação de imóveis (MARCHI, 2015, p.150).

A partir da incorporação das práticas preservacionistas, o fluxo de visitas ao lugar também se intensificou. O Jornal Tribuna Regional de 21 de dezembro de 1968³³, em matéria sobre São Miguel, expressava preocupação com as condições do sítio arqueológico, que sofria com a ação do tempo e a falta de ações de estabilização e preservação. Nesta mesma edição já noticia a recente presença de especialistas da UNESCO auxiliando nas atividades de estudo e preservação do sítio arqueológico. Além disso, anunciava a construção da primeira etapa de edificação da pousada das Missões e uma perspectiva de melhora para o acesso à região que seria alcançado através da criação da BR-285 Vacaria – São Borja.³⁴

Além destas informações que evidenciam a intensificação, já na década de 1960, da preocupação com a infraestrutura do sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo, verificamos que se intensificava também o interesse das autoridades de Santo Ângelo em promover o turismo ao distrito. Mas essa divulgação era feita destacando que a infraestrutura de acomodação e lazer era encontrada apenas na cidade de Santo Ângelo, não em seu distrito.

³³ Arquivo Histórico de Santo Ângelo, Caixa 89. Turismo. Tribuna Regional, Santo Ângelo/RS. 21 dez. 1968. p.04.

³⁴ Arquivo Histórico de Santo Ângelo, Caixa 89. Turismo. Tribuna Regional, Santo Ângelo/RS. 21 dez. 1968. p.04.

O turista que visita as ruínas de São Miguel e as de outros povos e enche os olhos de santos, muralhas, sinos, pedras, lavradas, fossos, relógios de sol, lendas de tesouros ocultos, história antiga e outras tais, pode refazer-se da canseira da viagem nos hotéis do centro: Maerkll, Brasil, Avenida e Comércio são os recomendados. [...] Santo Ângelo oferece muitas curiosidades ao visitante: a fachada da nova Catedral que copia a de São Miguel e guarda a maravilhosa escultura do senhor morto, levada à rua em procissão durante a paixão: as fontes luminosas da praça da matriz; recantos campestres, piscinas, auditórios, bibliotecas, uma clara e luminosa capela pintada pela equipe de Locatelli; colégios, faculdades, monumentos e belas avenida arborizadas (Tribuna Regional. 21 dez. 1968. p. 04)³⁵.

São Miguel era publicizada como curiosidade, exótica e antiga, enquanto Santo Ângelo era apresentada como moderna, proporcionando conforto e todos os serviços que ao turista pudesse interessar, apresentando, inclusive, a réplica da igreja de São Miguel, a catedral angelopolitana. Na década de 1970, essa publicização ganhou um impulso ainda maior, através da criação do espetáculo Som e Luz, pelo governo estadual, em 1978. O espetáculo conferiu novas dimensões turísticas ao lugar, sendo destinado exclusivamente a atrair o público e divulgar a narrativa histórica da redução de São Miguel Arcanjo.

No ano de 1982, quatro anos após a criação da atração, o Secretário de Cultura do MEC, Marcus Vilaça, em visita a Santo Ângelo, anunciou que entregaria a documentação do sítio arqueológico de São Miguel para sua candidatura ao título de Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. Fato que concretizou-se em dezembro de 1983. Ao receber o título de patrimônio da Humanidade, sendo o terceiro do país, São Miguel era ainda um distrito do município de Santo Ângelo. A comemoração da notícia foi realizada com grande entusiasmo na cidade, com festejos e comemorações (Tribuna Regional. 10 dez. de 1983)³⁶.

Nos anos que se seguiram, o poder público de Santo Ângelo buscou fomentar o desenvolvimento dos serviços oferecidos aos turistas, como a rede hoteleira e de restaurantes, apostando neste setor como alternativa econômica. O distrito, São Miguel, constituía-se na grande atração turística regional, a “menina dos olhos” de Santo Ângelo, o poder público santo-angelense mobilizou esforços para receber da melhor maneira os turistas que chegavam à região para conhecer seu afamado distrito. O turismo apresentava-se como grande saída ao desenvolvimento regional, despertando a euforia e o entusiasmo nas lideranças locais.

Conforme Roselene Pommer (2009), no final da década de 1970 e início da década de 1980 um contexto de crise econômica e de reação ao processo de globalização fez com que lideranças políticas e intelectuais de alguns municípios da região voltassem seu olhar ao

³⁵ Arquivo Histórico de Santo Ângelo, Caixa 89. Turismo. Tribuna Regional, Santo Ângelo/RS. 21 dez. 1968. p.04.

³⁶ Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. “O que era nosso será de todos, o que era passado será eterno”. Tribuna Regional, Ano XVII, Santo Ângelo. Caderno Especial. 10 dez. 1983.

passado reducional e a seus remanescentes e estimulassem a população local a se apropriar e fazer uso deste passado, produzindo apropriações e ressignificações em torno deste. Neste período ocorreram também as comemorações dos 300 anos de criação dos povoados reducionais, além de diversos outros eventos ocorridos nos municípios de São Luiz Gonzaga, Santo Ângelo, Santa Rosa, e no distrito de São Miguel das Missões. Estes eventos coordenados por lideranças políticas, intelectuais e culturais, buscaram estimular a população a ter um novo olhar sobre o passado, a ressignificar os remanescentes do período reducional e se apropriar destes no processo de construção da memória regional.

Em meio a este contexto, as lideranças locais iniciaram a mobilização em busca da emancipação político-administrativa³⁷ e, dispostos a concretizar seus anseios, encaminharam a documentação necessária. Este processo complexo que buscou justificativas no passado e no patrimônio histórico local é o que evidenciamos a seguir.

2.3 O CONTEXTO POLÍTICO, ECONÔMICO E SOCIAL DAS DÉCADAS DE 1970 E 1980

Embora a pesquisa se debruce sobre uma região, não podemos ignorar elementos da conjuntura nacional dos quais as questões locais são reflexo. O período de enfoque da pesquisa foi marcado por grande instabilidade em nível político, tendo em vista o período militar de 1964 a 1985. Alegando a ameaça comunista, os militares, através de um golpe de Estado, tomaram o poder e dominaram as várias instâncias administrativas. Sobre a população abatia-se a restrição de direitos e a censura recaía sobre órgãos de imprensa, restringindo também as manifestações culturais. Esta conjuntura política implicou em uma série de transformações que são notadas nos vários níveis do poder. Estados e municípios mantinham eleições, mas estavam sujeitos a intervenções por parte do governo federal (PADRÓS, MARÇAL, 2009).

Considerando que o período militar teve início em 1964, o processo inicial solicitando a emancipação de São Miguel das Missões, do ano de 1977, ocorreu em meio a este regime, arrastou-se por mais de uma década e só ganhou real impulso no ano de 1985, ano em que este chegou ao fim. Porém, o processo de emancipação concretizou-se apenas em 1988, três

³⁷ Toda a documentação do processo emancipatório de São Miguel das Missões, expedida desde o ano de 1978, encontra-se na Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre o mesmo está dividido em dois volumes, totalizando 431 páginas. Disponíveis também na plataforma digital em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/>.

anos após o final do período militar, ano em que uma nova Constituição foi promulgada. Nestas duas décadas em que o país esteve sob o comando de militares, o direcionamento político administrativo federal foi marcado por particularidades. Durante este período a defesa da fronteira constituiu-se como uma das grandes preocupações, especialmente a fronteira sul, que fazia divisa com países que também enfrentavam regimes autoritários. O estado do Rio grande o Sul, marcado pela dinâmica fronteiriça, recebeu atenção especial e intenso supervisionamento (PADRÓS. MARÇAL, 2009).

A constituição de 1946, acompanhando uma tendência política liberalizante ampliou a autonomia financeira e política dos municípios. “Em sentido oposto, o regime militar instaurado em 1964 foi marcado pela centralização política e administrativa, principalmente pela União” (BRANDT, 2010. p.60). O contexto nacional de regime autoritário implicou em alterações na legislação referente aos desmembramentos municipais, tendo em vista uma maior centralização do poder. Conforme João Carlos Magalhães (2007):

O início do processo de emancipação municipal no Brasil ocorreu por volta da década de 1930. Esse processo se intensificou nas décadas de 1950 e 1960 e foi restringido pelos governos militares entre 1970 e 1980. Após o término do regime militar, as emancipações se intensificaram novamente. Com a Constituição Federal de 1988, os municípios passaram a ser considerados entes federativos e a desempenhar um papel mais relevante na administração pública brasileira. [...] Desde 1985, a intensa criação e instalação de municípios no Brasil têm sido parte de um processo mais geral de descentralização (MAGALHÃES, 2007, p.13).

O cumprimento de uma série de etapas burocráticas para o desmembramento de municípios já havia sido regulamentado no país no ano de 1953, através da Lei nº 2.116 de 24/09/1953³⁸. Dentre estas etapas, coloca-se a necessidade da formação de comissões emancipacionistas e a realização de consultas plebiscitárias. A constituição de 1967 assegurou a autonomia municipal através da eleição de autoridades municipais e administração própria. Já a constituição de 1988³⁹ conferiu maior autonomia aos municípios, tornando-os instâncias políticas federadas. Como entes da federação, os municípios passaram a configurar-se como entidades autônomas com capacidade de governo político próprio, tendo, em sua área de jurisdição territorial, autonomia política e administrativa. “Essa característica da federação brasileira permite às municipalidades, em certa medida, diversificar as formas de prestação de

³⁸ Moacir Bolzan em sua obra “Quarta Colônia: da fragmentação à integração”, analisou o processo de emancipações dos municípios da quarta Colônia de Migração italiana do RS, ocorrido também nas décadas de 1970 e 1980. Em sua obra encontramos uma série de informações referentes à legislação emancipacionista deste período.

³⁹ Consultar: BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

serviços locais, respeitando as características de cada lugar, neutralizando, em parte, os efeitos simétricos das imposições verticais” (CIGOLINI, 2012. p.130).

Os autores Enrique Serra Padrós e Fábio Azambuja Marçal (2009) afirmam que um terço dos municípios brasileiros considerados Área de Segurança Nacional localizavam-se no Rio Grande do Sul. Esse número expressivo indica a importância atribuída pelos militares à proteção das fronteiras, principalmente nos municípios que faziam fronteira com o Uruguai e Argentina. Nestes, o governo federal nomeava interventores para ocuparem os cargos de prefeitos.

Em 1966 ocorreram mudanças importantes na função administrativa do estado gaúcho. Através do Ato Institucional nº 3 (AI- 3), em 5 de fevereiro, a ditadura estabeleceu a eleição indireta de governadores, por maioria absoluta de votos das assembleias legislativas (já expurgadas de quadros nocivos durante a "Operação Limpeza"). Tal medida era fundamental para a manutenção do controle dos maiores e mais importantes estados do Brasil. Por sua vez, os prefeitos das capitais estaduais passaram a ser nomeados pelos governadores, tornando-se interventores. Essa situação foi parcialmente alterada quando, em 1968, promulgou-se a lei que declarava de interesse da segurança nacional vários municípios brasileiros. Nesse primeiro momento, 68 municípios foram declarados área de segurança nacional, sendo quase um terço localizados no Rio Grande do Sul. Os prefeitos desses municípios continuariam sendo indicados pelo governador, porém, neste caso, mediante prévia autorização do presidente, podendo ser exonerados em caso de "decaírem da confiança do Presidente da República ou do Governador do Estado" (PADRÓS, MARÇAL, 2009, p.41).

Conforme documentação⁴⁰ disponível no Arquivo Nacional, algumas ações por parte do exército foram realizadas no ano de 1969, no município de Santo Ângelo. Desconhecemos produção historiográfica que aborde o contexto da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul no período militar. Acreditamos, portanto, que estes documentos são uma fonte de pesquisa ainda inexplorada. O que buscamos salientar, através da citação da existência destes, é o fato de que o governo federal ter interferido diretamente no âmbito regional neste período, desenvolvendo, através das forças armadas, ações localizadas e intensa vigilância. A região das Missões além de ser faixa de fronteira com a Argentina era marcada pela presença de lideranças político partidárias, importantes em nível nacional, tendo, desta forma, vários municípios inclusos na área de segurança nacional.

Importante também para a construção do trabalho é a compreensão do contexto econômico do período, que foi marcado por fases de ascensão e de crises. O processo de modernização da agricultura brasileira teve início entre as décadas de 1950 e 1960, ocorrendo,

⁴⁰ Ofícios 497-D/2 e 580-D/2 - Ministério do Exército, Gabinete do Ministro de 1969. Fonte: Arquivo Nacional /RJ.

inicialmente, a partir de tecnologias importadas do exterior e, posteriormente, com o processo de instalação da indústria de equipamentos e insumos no país. Na década de 1970 políticas de créditos facilitados à agricultura incrementaram o desenvolvimento do setor agrícola. Porém, estas, bem como as novas tecnologias agrícolas, estavam ao alcance apenas do médio e grande proprietário rural, o que culminou no agravamento das desigualdades sociais no campo e provocou o êxodo daqueles que não conseguiram inserir-se nesta nova lógica. Os incentivos públicos foram destinados à agricultores que produziam artigos voltados à exportação, principalmente as monoculturas de soja e milho, em detrimento de outras culturas. Conseqüentemente, os pequenos produtores acabaram endividados, sujeitos à pobreza no campo, ou migrando para as cidades, buscando empregos nas indústrias (GARCIA, 1993).

Desta forma, com o aumento da concentração fundiária, se intensificaram os conflitos sociais no campo e na cidade, aumentando o êxodo rural, o problema da moradia, do desemprego, da miséria e violência. No final da década de 1970, depois de um período de aparente crescimento, a economia apresentava sinais de queda e a inflação aumentava consecutivamente, situação que se acentuou na década de 1980. Além da questão da crise econômica, ao final da década de 1980 efeitos climáticos conferiram secas à região sul, frustrando safras de grãos (GARCIA, 1993).

Para analisar os segmentos produtivos agrícolas e as políticas públicas dirigidas ao setor no Rio Grande do Sul, Álvaro Antônio Garcia (1993) dividiu a agricultura gaúcha nas seguintes categorias: lavoura empresarial, produtores agroindustriais, pequena agricultura familiar e pecuaristas. Na década de 1970 e 1980, a soja era o principal produto agrícola do estado e seus produtores, classificados na lavoura empresarial, foram alvos das políticas públicas de financiamento e obtiveram crescimentos significativos para o setor no período.

[...] Nos anos 70, graças à liquidez do sistema financeiro internacional, a economia brasileira — que se utilizou largamente da poupança externa — pôde crescer a taxas elevadas a par de uma inflação relativamente baixa. Esse contexto viabilizou uma política de crédito rural farto e barato, da qual se aproveitaram alguns segmentos produtivos da agricultura brasileira. No Rio Grande do Sul, utilizou-se largamente do sistema oficial de crédito a lavoura empresarial — arroz, trigo e soja — e, em menor escala e via de regra de forma indireta, os agricultores vinculados à agroindústria. [...] Nos anos 80, a situação inverteu-se. A crise que se abateu sobre a economia brasileira incidiu no volume de crédito e na concessão de subsídios. Na verdade, os subsídios vão diminuindo gradativamente, até serem completamente eliminados em meados da década. [...] No Estado, entre 1971 e 1980, a produção dessa oleaginosa apresentou um crescimento médio de 15% ao ano, e sua área colhida saltou, no mesmo período, de 1,1 para 3,9 milhões de hectares. No decênio seguinte, o crescimento da produção de países concorrentes — como a Argentina — aliado à estabilização do mercado da Comunidade Econômica Europeia, reduziu os preços desse produto. Isso refletiu-se na produção gaúcha de soja, que teve um

decréscimo na área cultivada, estabilizando-se, nos últimos anos, em torno de 3,0 milhões de hectares (GARCIA, 1993. p. 527).

Em São Miguel das Missões, as grandes extensões territoriais e a boa qualidade dos solos permitiu que a atividade agrícola da soja se desenvolvesse com sucesso. A documentação⁴¹ anexada ao processo emancipatório, demonstra que muitas lideranças da comissão emancipacionista se designavam empresários rurais, possuindo médias e grandes propriedades, destacando-se na produção de soja e também na pecuária. Conforme observado ainda na documentação do processo emancipacionista nestas duas décadas surgiram diversas empresas, cooperativas e associações agrícolas do setor de grãos em São Miguel, dentro destas políticas federais de incentivo à produção de soja.

Desta forma, podemos afirmar que o contexto econômico do país e do estado, o qual incentivou o setor agrícola de produção de grãos, fez surgir em São Miguel, ainda distrito de Santo Ângelo, um grupo de indivíduos, cujo progresso econômico alcançado com a produção de soja, os fez ingressar na vida política local, buscando o desenvolvimento do lugar, atentando também para os seus interesses. Mas, além da ascensão econômica de determinados grupos, o processo de mecanização do campo e incentivos agrícolas a determinadas culturas, ocasionou a intensificação do êxodo rural, das desigualdades e de conflitos sociais no campo, e esse movimento não se deu de maneira diferente em São Miguel e na região das Missões.

O movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) surgiu no país em meio a este contexto, no ano de 1985⁴², e teve forte expressão e participação de indivíduos na região noroeste do Rio Grande do Sul. No ano de 1987, criou-se um acampamento do movimento no Santuário do Caaró⁴³, próximo a São Miguel das Missões, reunindo trabalhadores de diversos municípios da região. Este acampamento foi apoiado pela diocese de Santo Ângelo, que concedeu área para que cerca de 1400 acampados permanecessem, enquanto os governos e

⁴¹ A profissão dos membros da comissão emancipacionista é designada no Processo emancipatório de São Miguel das Missões, que encontra-se no Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS.

⁴² Em 29 de outubro de 1985, 1.500 famílias de camponeses, sob a coordenação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ocuparam a Fazenda Annoni, a maior do Rio Grande do Sul, na região de Pontão, município de Sarandi. A ocupação da mesma forçou autoridades estaduais e federais a garantir o assentamento de quase 450 famílias. Cada uma delas recebeu um lote de 15 hectares. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) viu-se também obrigado a encontrar terras em outros locais para assentar as demais famílias. Essa foi a primeira grande ação promovida pelo então recém criado MST. Fonte: INSTITUTO LULA. Famílias ocupam a fazenda Annoni. Memorial da Democracia. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/familias-ocupam-a-fazenda-annoni>. Acesso em: 30/05/2017.

⁴³ O Santuário do Caaró localiza-se no município de Caibaté a 25 km de São Miguel das Missões. O mesmo é reconhecido como local do martírio dos padres Roque Gonzales, Afonso Rodrigues e João de Castilhos, no século XVII, na primeira fase reducional.

autoridades estaduais e federais providenciavam área para o assentamento definitivo (JORNAL DAS MISSÕES, 08 jan. 1988)⁴⁴.

Em 1988, a fazenda Santa Helena⁴⁵, localizada em São Miguel das Missões foi desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, para que os colonos sem-terra fossem destinados para este espaço. Neste período, a Fazenda da Barra, próxima a Santa Helena também foi desapropriada em São Miguel. Do grupo acampado no Santuário do Caaró, boa parte foi destinada ao Assentamento da Barra, já a fazenda Santa Helena recebeu cerca de 70 famílias vindas da Fazenda Annoni⁴⁶ (TRIBUNA REGIONAL, 21 abr. 1988)⁴⁷.

Na década de 1990 foram instalados também assentamentos nos municípios de São Luiz Gonzaga e Santo Antônio das Missões. Desta forma, percebe-se que o contexto social regional expressou as contradições decorrentes das transformações econômicas do período. São Miguel das Missões, em seu período de formação enquanto município, e em seus primeiros anos de autonomia político-administrativa vivenciou intensamente estes conflitos entorno da luta pela terra.

Mais tarde, no ano de 2001 a reserva guarani Tekoá Koenju foi instalada ao lado do Assentamento da Barra e do Assentamento Santa Helena, onde mais um capítulo da luta social pela terra era escrito em São Miguel das Missões.

2.4 OS MEANDROS DO PROCESSO EMANCIPATÓRIO

“O que era nosso será de todos, o que era passado será eterno”: a frase estampava uma das páginas do caderno especial de dez de dezembro de 1983 do jornal Tribuna Regional⁴⁸, o qual demonstrava a euforia por parte das autoridades de Santo Ângelo, e também apresentava nota da RBS TV, parabenizando e comemorando a concretização da inclusão do sítio

⁴⁴ Arquivo particular do Jornal das Missões. A invasão dos colonos foi em São Nicolau e depois Caaró. Jornal das Missões, Ano VI, Santo Ângelo. 08 jan. 1988.

⁴⁵ A Fazenda Santa Helena possuía área de 750 hectares. (Tribuna Regional. Santo Ângelo, 21 abr. 1988. 21/04/1988. Extra)

⁴⁶ A ocupação da Fazenda Annoni ocorreu em 29 de outubro de 1985 por mais de 7 mil trabalhadores rurais sem-terra, e foi a primeira realizada por famílias organizadas no MST, tornou-se um símbolo de resistência do MST e da luta pela terra no estado. Fonte: INSTITUTO LULA. Famílias ocupam a fazenda Annoni. Memorial da Democracia. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/familias-ocupam-a-fazenda-annoni>. Acesso em: 30/05/2017.

⁴⁷ Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. Fazenda Santa Helena desapropriada pelo governo em Santo Ângelo. Tribuna Regional, Ano XXII, Santo Ângelo, 21 abr. 1988. Extra.

⁴⁸ “O QUE ERA NOSSO SERÁ DE TODOS, o que era passado será eterno”. Tribuna Regional. Santo Ângelo. Caderno Especial. 10 dez. 1983.

arqueológico de São Miguel Arcanjo, localizado no distrito de São Miguel, na lista dos patrimônios da Humanidade da UNESCO.

Apesar de Santo Ângelo vivenciar um período de crise econômica e desfalques em seu setor agrícola, suas lideranças políticas e econômicas visualizaram no patrimônio histórico de São Miguel Arcanjo a grande alternativa ao desenvolvimento econômico do município. Nas páginas do jornal Tribuna Regional eram constantes as notas de empresas e lideranças locais manifestando o contentamento com o ocorrido e expressando o interesse no desenvolvimento turístico a partir disso.

Na década de 1970, como já mencionamos anteriormente, São Miguel encontrava-se ainda sobre condição de distrito do município de Santo Ângelo. A urbanização no entorno do sítio arqueológico, que já ocorria desde as décadas de 1930 e 1940, se acentuava, bem como o desenvolvimento do comércio, a criação de escolas, a instalação de serviços de energia elétrica e telefonia. Assim como também se intensificava o número de visitantes que passavam por São Miguel para conhecer o sítio arqueológico. Diante disso, no ano de 1978, alguns indivíduos do lugar iniciaram o processo burocrático de solicitação da emancipação político-administrativa de São Miguel em relação à sede, Santo Ângelo⁴⁹.

A solicitação de criação do município de São Miguel das Missões, conforme Processo nº1806/78-5 de 29/05/1978 tramitado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, possuía como ementa a seguinte designação: “Requerem providências de estilo e previstas em lei, no sentido de que seja concedido diploma legal, para coleta de elementos, visando à criação do município de São Miguel, antiga capital dos Sete Povos das Missões”. Como origem designava-se Pery Gonçalves de Oliveira⁵⁰ e outros. Portanto, no momento de buscar a autonomia político-administrativa local foi ao passado reducional que os indivíduos recorreram para justificar tal pretensão.

Nas páginas iniciais do processo são apresentados os motivos para o pedido de emancipação de São Miguel das Missões. Nestas, através de elementos históricos e culturais locais, os membros da comissão emancipacionista buscavam justificar a necessidade do desmembramento. Os solicitantes apresentavam a necessidade do andamento e conclusão do processo para o “ressurgimento da São Miguel”, afirmando que com a concretização desta

⁴⁹ ASSEMBLÉIA Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Comissão de Constituição Justiça. Cria o Município de São Miguel das Missões. Processo 2258/88-9. 21 de Abril de 1988.

⁵⁰ Pery Gonçalves de Oliveira era presidente da primeira Comissão Emancipacionista formada em São Miguel das Missões, no ano de 1978, Conforme: ASSEMBLÉIA Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Comissão de Constituição Justiça. Cria o Município de São Miguel das Missões. Processo 2258/88-9. 21 de Abril de 1988.

seria possível retornar ao progresso e desenvolvimento que o lugar já tivera em outro tempos, remetendo a memória regional que consolidou os elementos do passado reducional⁵¹.

Conforme Salte Silva (2008), a ânsia por conquistar a emancipação político-administrativa local era tamanha que os sujeitos, ao reunirem-se em torno deste objetivo, chegaram a arcar com as despesas que a tramitação burocrática exigia. Isso indica que estes indivíduos eram sujeitos de posses, e que, por estarem extremamente interessados no progresso econômico do lugar, inseriram-se na vida política local. Após a emancipação, passaram a ocupar cargos públicos, como os de prefeitos e vereadores, entre outros.

O processo emancipatório iniciou-se no ano de 1978, teve uma pausa de três anos, retornando no ano de 1981, sendo neste mesmo ano arquivado, sem motivos explícitos na documentação. No ano de 1985, um novo processo foi iniciado, anexando a este a documentação do processo anterior, sendo também, a comissão emancipacionista composta por novas lideranças. O processo se prolongou até 1988, tendo, neste ano, atendido a todos os pré-requisitos necessários. Em 29 de abril de 1988, através da Lei Estadual nº 8.584, São Miguel das Missões foi declarado município, passando a gerir-se política e administrativamente.

No ano de 1978, a Assembleia Legislativa solicitou documentos que estavam faltando ao processo, mas estes só foram fornecidos pela comissão emancipacionista no ano de 1981. Da documentação de 1981 o processo dá um salto ao ano de 1985, quando uma nova comissão emancipacionista se formou solicitando um novo projeto de lei para a criação do município, e a anexação do antigo.

A COMISSÃO EMANCIPACIONISTA DO FUTURO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL, por seus membros que no fim assinam, pedem vênias para expor e solicitar o seguinte:

- 1.- Encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça dessa Egrégia Assembleia Legislativa, o Processo de Emancipação de São Miguel, desde 29 de maio de 1978;
- 2.- Passados vários anos não diminuiu o ardente desejo de emancipação, ao contrário, mais se avoluma a certeza da necessidade dessa providência, como imperativo até de ordem internacional, pois, como é público, O MUNDO PROCLAMOU SÃO MIGUEL COMO UM DOS SEUS MONUMENTOS CULTURAIS, não faz muito.

Esse fato relevantíssimo, PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE, com justiça e merecimento, carregou sobre todos nós a responsabilidade de responder positivamente a tão nobre e significativo gesto internacional. Não podemos, de modo algum, permitir que a área historicamente vinculada à Redução seja comprometida em seu mínimo necessário visando a nossa Emancipação. Seria extremamente lamentável que outras pretensões emancipacionistas, ainda que

⁵¹ ASSEMBLÉIA Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Comissão de Constituição Justiça. Cria o Município de São Miguel das Missões. Processo 2258/88-9. 21 de Abril de 1988.

merecidas, viessem a frustrar SÃO MIGUEL das suas condições mínimas naturais, que a própria história lhe reservou. [...] ⁵²

Percebe-se no trecho apresentado a intensa negociação com elementos do passado colonial empreendida pelas lideranças da comissão emancipacionista. Primeiro, recorre-se ao fato de São Miguel das Missões abrigar um patrimônio da humanidade em seu território, a emancipação político-administrativa é apresentada como uma resposta a tal aclamação. A autonomia do lugar é exposta como sendo uma consequência “natural”. A história, ou melhor dizendo, a seleção de alguns elementos do passado, era utilizada para justificar esta alegação.

Quanto aos motivos da pausa no processo emancipatório, ocorrido no ano de 1981, inferimos alguns possíveis. Primeiramente, podemos apontar a indefinição na legislação, que no período, poderia ser, a qualquer momento, sucumbida por algum interesse nacional. Em segundo lugar, podemos apontar a própria inserção de indivíduos de São Miguel das Missões em cargos do governo municipal de Santo Ângelo, no início da década de 1980, o que acabou contemplando a ânsia por representatividade que as lideranças locais almejavam. E por último, apontamos também o fato de que, no ano de 1982, iniciou-se o processo de encaminhamento da documentação do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo ao título de Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. São Miguel passou a ganhar uma visibilidade jamais alcançada e a possibilidade de um grande impulso no setor turístico fascinava as lideranças de Santo Ângelo. Naquele momento, perder o distrito e, conseqüentemente, o patrimônio histórico de seu território não lhe era oportuno.

Diversos eventos e festividades foram programados em Santo Ângelo, aguardando a declaração. Lideranças políticas e empresariais aproveitavam a euforia regional para projetarem investimentos no setor turístico e incentivar a criação de toda a infraestrutura necessária para receber os milhares de turistas esperados. O clima na cidade era de euforia e grande aposta no setor turístico (Tribuna Regional, 15 dez. 1983)⁵³.

O título de patrimônio da humanidade concretizado em dezembro de 1983 ao sítio arqueológico localizado no distrito de São Miguel, fez o município de Santo Ângelo abrigar o terceiro patrimônio da humanidade em terras brasileiras, e o primeiro do estado do Rio Grande do Sul. Nesse sentido é perceptível que a este município fosse interessante que São Miguel permanecesse como seu distrito, fato que pode ter contribuído para esta interrupção do

⁵²SOLICITA CREDENCIAMENTO para a emancipação e São Miguel. Processo 4677/85-4, 07/06/1985. Folha 02. IN: ASSEMBLÉIA Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Comissão de Constituição Justiça. Cria o Município de São Miguel das Missões. Processo 2258/88-9. 21 de Abril de 1988.

⁵³ SÃO MIGUEL Patrimônio da Humanidade: Já influi na economia de Santo Ângelo. Tribuna Regional, Santo Ângelo 15 dez. 1983. Caderno especial.

processo emancipatório no ano de 1981. Logo nos primeiros dias, as notícias já davam conta de expor os reflexos do ocorrido na economia do município, como demonstra a edição de 15 de dezembro de 1983 do Jornal Tribuna Regional:

O reconhecimento das Ruínas de São Miguel como Patrimônio da Humanidade, já está tendo reflexos diretos na economia de Santo Ângelo. Acontece que desde a própria semana em que foi anunciada oficialmente a decisão da UNESCO, aumentou de maneira significativa o movimento nos hotéis da cidade. Em toda semana passada e no decorrer desta destacou-se a presença de professores, pesquisadores e jornalistas provenientes das mais diversas regiões do Rio Grande do Sul e também de outros estados, que aqui ocorreram em busca de informações e fotografias sobre história e condições atuais das Ruínas Miguelinas. Infra-estruturalmente preparados para esta situação, os empresários do setor fazem um balanço da realidade (Tribuna Regional, 15 dez. 1983).

O movimento nos hotéis e na cidade era esperado não só para aquele mês, mas também para o ano que adentrava e os próximos. Santo Ângelo experimentava naquele dezembro um fluxo turístico jamais vivenciado, e projetava este como a grande possibilidade de desenvolvimento econômico do município. Emancipar o distrito de São Miguel, não deveria, nesse contexto, fazer parte dos planos de lideranças e autoridades de Santo Ângelo.

Mas enquanto nas páginas do jornal Tribuna Regional, durante o ano de 1983, o clima era de euforia e comemorações sobre a declaração da UNESCO que concretizou-se em dezembro, as páginas do Jornal das Missões desferiam críticas à maneira como o patrimônio histórico de São Miguel vinha sendo tratado pelas lideranças de Santo Ângelo, e a maneira como os investimentos no turismo vinham sendo direcionados:

A secretaria municipal de turismo descuidou-se de São Miguel e isso não vem de agora. [...] Na verdade Santo Ângelo possui hoje uma estrutura suficiente para assegurar turistas que venham a São Miguel: bons restaurantes, bons hotéis, algumas boates e bons locais para compras. Assim, os visitantes olhariam o passado das Missões, mas gastariam alguns tostões na sua capital (Jornal das Missões, 24 ago. 1983)⁵⁴.

O Jornal das Missões, criado no ano de 1983, apresentava um nítido contraponto ao que vinha sendo veiculado pelo jornal Tribuna Regional naquele ano. As farpas trocadas no ano de 1983, entre ambos os periódicos, eram apenas o início de uma longa história de utilização da mídia escrita no jogo político local, no qual o patrimônio histórico de São Miguel teria um lugar de destaque. O embate entre os grupos políticos através dos periódicos é o assunto para o qual dedicamos o próximo capítulo.

⁵⁴ Arquivo particular do Jornal das Missões. Turismo nas missões: um potencial ainda inexplorado. Jornal das Missões, Ano I, Santo Ângelo/RS. 24 ago. 1983.

3 EMBATES TRAVADOS COM A SUTILEZA DAS PALAVRAS: OS DISCURSOS PRODUZIDOS PELOS JORNAIS “TRIBUNA REGIONAL” E “JORNAL DAS MISSÕES”, EM SANTO ÂNGELO, NA DÉCADA DE 1980

As décadas de 1970 e 1980, conforme Pommer (2009), foram marcadas por um novo olhar sobre os elementos do passado reducional jesuítico-guarani na região das Missões, resultando em um movimento de valorização destes, como uma forma de reação à crise econômica e ao processo de globalização cultural. A ressignificação do passado foi empreendida tendo em vista as necessidades de encontrar referenciais, impostas pelo presente. Neste processo, o sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo, incluso na lista dos patrimônios da humanidade da UNESCO, em 1983, ganhou destaque, passando a ser alvo de mobilização e expectativas por parte das lideranças do município de Santo Ângelo, que projetavam o desenvolvimento turístico e, conseqüentemente econômico através dos patrimônios históricos contidos em seu distrito.

Contrapondo-se a isso, as lideranças locais do distrito passaram a buscar a emancipação político-administrativa de São Miguel das Missões, onde, algumas lideranças políticas se sobressaíram, construindo discursos baseados em elementos do passado, principalmente o patrimônio histórico local. Desta forma, se explicitaram as disputas entre os grupos políticos regionais, tendo o patrimônio histórico como instrumento de barganha. Percebe-se que os sujeitos utilizaram-se do passado do lugar, mas se relacionaram com este de maneira seletiva, ativando elementos que convinham, na tentativa que estes dessem credibilidade e legitimidade às suas ações.

Diante disso, buscamos neste capítulo compreender a relação do município de Santo Ângelo e de suas lideranças com o distrito de São Miguel, para entender as configurações dos grupos políticos locais e os discursos por estes construídos. Para isso, tomamos como fonte de pesquisa os jornais “Tribuna Regional” e o “Jornal das Missões”, ambos de Santo Ângelo, sendo estes os principais meios de comunicação escrita do município e que possuíam, inclusive emissoras de rádio. Estes, através dos referidos instrumentos de comunicação, produziram e reproduziram discursos, empreendendo processos de ativação do passado, utilizando amplamente o patrimônio histórico regional nos embates do jogo político e econômico local.

O jornal “Tribuna Regional” foi fundado em 1967, e o “Jornal das Missões”, em 1983. Buscamos analisar o conteúdo e as informações contidas nestes, mas principalmente,

procuramos compreender os discursos produzidos pelos grupos que estas mídias representavam. Justificamos a utilização de mídias de circulação impressa da cidade de Santo Ângelo como fontes de pesquisa, uma vez que no período enfocado, o distrito de São Miguel das Missões não contava com órgão de imprensa. Além disso, ambas possuem discursos que se contrapõem, devido a fatores históricos de sua formação, enriquecendo as possibilidades de usos e análise como fonte historiográfica. Ressaltamos que ambos os arquivos são propriedades particulares cuja equipe diretiva gentilmente disponibilizou-os para a pesquisa.

Ao trabalharmos com jornais como fonte de pesquisa compreendemos a importância em abordá-los dentro de sua historicidade, analisando os elementos essenciais que lhe conferem credibilidade. Os periódicos como instrumentos de produção, reprodução e disseminação de discursos e ideias, possuem a capacidade de manipular e induzir juízos e opiniões na população que alcança. Além disso, são formados e produzidos por grupos socialmente ou economicamente dominantes, com concepções e ideologias próprias. Portanto, os periódicos tornam-se instrumentos de ação sobre o imaginário coletivo. Portanto é necessário extrema atenção no momento de sua análise, e cuidado no uso de seus elementos de fala. Estas fontes adquirem importância ímpar, abrindo inúmeras possibilidades ao desenvolvimento do trabalho historiográfico, visto que, comportam os discursos dos grupos responsáveis por sua criação, e constituem-se em instrumentos de formação e manipulação de opinião pública no período enfocado.

A utilização de jornais na pesquisa histórica se deu com o advento da Nova História Cultural, e com a ampliação de temáticas às quais passou a dedicar-se a pesquisa histórica, possibilitando o alargamento das fontes de pesquisa. Dessa forma, carregado de informações e com amplas possibilidades de análise, os periódicos tornaram-se mais uma ferramenta da qual dispõem o historiador na construção do conhecimento histórico (LUCA, 2008). Em nossa pesquisa, utilizamos estes para compreender a articulação de grupos políticos de Santo Ângelo e de São Miguel das Missões entorno do patrimônio histórico do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo na década de 1980.

Ao trabalharmos com localidades do interior do estado do Rio Grande do Sul, nas décadas de 1970 e 1980, os periódicos adquirem relevância ainda maior, pois nesse período a imprensa televisiva ainda não possuía amplo alcance à população, sendo os periódicos e as emissoras de rádio, os instrumentos de veiculação de informações e de comunicação mais acessíveis ao público. É preciso lembrar que nestas duas décadas os índices de escolaridade da população brasileira ainda eram extremamente baixos, desta forma a cultura letrada adquiria

grau de cientificidade e verdade no imaginário popular. “[...] Baseado em convenções de veracidade, o discurso jornalístico é acreditado como verídico por antecipação mas só se configura em algo a ser publicado se instaurar uma ruptura [...]” (BARBOSA, 2007, p.06). Além disso, a censura imposta pelos militares aos meios de comunicação, restringiu as formas de manifestação política e cultural. Desta forma, acreditamos que o jornal possui uma importância fundamental enquanto formador de opiniões nesta comunidade.

Tania Regina de Luca, em “História dos e nos periódicos” retoma o contexto de inserção dos jornais como objetos de pesquisa na construção do conhecimento histórico, afirmando que estes ganharam espaço a partir dos estudos de Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, nas décadas de 1970 e 1980 (LUCA, 2008). A autora ressalta que, até então, a maioria dos estudos históricos que utilizavam como objeto de investigação a imprensa, tinham-na apenas como fonte confirmadora de opiniões, apoiando-se, muitas vezes, em outras fontes de pesquisa. E nesse sentido, ambas as autoras foram muito além:

[...] A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses na vida social; nega-se pois, aqui aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo” de informações; transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (CAPELATO apud LUCA, 2008, p.118).

Luca (2008) sugere ainda alguns procedimentos para a utilização de periódicos como fontes de investigação histórica no desenvolvimento de um estudo com qualidade, que seriam: organizá-los em série; atentar para as características de ordem material; compreender a organização interna do conteúdo e sua estética; caracterizar o grupo responsável pela sua publicação; identificar os principais colaboradores; identificar o público ao qual se destina; identificar fontes de recursos e identificar com clareza qual a problemática que norteia a análise sobre a fonte (LUCA, 2008).

Desta forma, para trabalhar com os referidos jornais realizamos um recorte enfocando a análise em dois anos, buscando atender dois objetivos. Primeiramente, analisaremos o ano de 1983, ano em que o sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo foi declarado patrimônio da humanidade pela UNESCO, buscamos compreender as maneiras como os jornais apresentaram, noticiaram e construíram discursos sobre o patrimônio histórico de São Miguel das Missões. O segundo recorte refere-se ao ano de 1988, ano em que as lideranças concretizam a emancipação político-administrativa do lugar. Neste período, o contexto político nacional estava agitado, aguardando as eleições que ocorreriam no final daquele ano.

Buscamos identificar as articulações políticas regionais e locais, bem como a produção de discursos efetuados em meio ao jogo político.

Desta forma, este capítulo abordará inicialmente a análise do primeiro período, o ano de 1983, e posteriormente a análise das fontes referentes ao ano de 1988. Nossa análise compreende editoriais, notícias, reportagens e colunas, bem como cadernos e edições especiais. Ao selecionarmos as edições do jornal a serem analisadas, buscamos não somente as que se referem diretamente a São Miguel das Missões, mas também as que, de forma direta e indireta, nos permitiram compreender a atuação de grupos políticos e as ações sobre o patrimônio histórico local.

Dividimos este capítulo em quatro partes. Na primeira delas “O território regional, os grupos e os discursos”, buscamos esclarecer o contexto regional e a articulação dos grupos políticos por meio dos periódicos na cidade de Santo Ângelo. No segundo subtítulo, “Tribuna Regional e Jornal das Missões: discursos convergentes e divergentes”, analisamos as publicações de ambos os jornais durante o ano de 1983, a respeito da consagração do sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo como patrimônio da Humanidade pela UNESCO, identificando os discursos de ambos a respeito da história regional e do patrimônio histórico. No terceiro subtítulo “O contexto político se reproduz em São Miguel das Missões” abordamos rapidamente como o contexto político de Santo Ângelo influenciou o nascimento de disputas partidárias de São Miguel das Missões. Na quarta parte ““Esta terra tem dono”, mas quem é o dono desta terra? O contexto social em São Miguel das Missões na década de 1980”, problematizamos a questão social e o acesso à terra na década de 1980, no lugar .

3.1 O TERRITÓRIO REGIONAL, OS GRUPOS E OS DISCURSOS

A década de 1980 trouxe consigo o processo de redemocratização do país, alterando, ainda que lentamente, o cenário político de quase duas décadas de período militar. A Emenda Constitucional nº 15 de 19 de novembro de 1980 reestabeleceu as eleições para os cargos de governador e vice. Mais tarde, em 1985, foram também reestabelecidas as escolhas para presidente e vice da república. “Em 20 de dezembro de 1979, a lei 6.767 extinguiu a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MBD (Movimento Democrático Brasileiro) e instituiu o multipartidarismo” (JUNIOR, 1993, p. 18). Com o fim do bipartidarismo no cenário político nacional, diversos partidos passaram a se estruturar novamente (JUNIOR, 1993).

O município de Santo Ângelo foi governado entre 1960 a 1983 por políticos da ARENA. Com o fim do bipartidarismo, as disputas se polarizaram entre PDS (Partido Democrático Social) e PDT (Partido Democrático Trabalhista), tendo o primeiro permanecido no poder de 1982 a 1992. As articulações dos grupos políticos que ocorriam no município refletiram-se no distrito de São Miguel e acabaram também influenciando a criação de núcleos partidários e lideranças políticas no lugar. Antes mesmo da emancipação político-administrativa se concretizar, os partidos políticos de Santo Ângelo já buscaram estruturar diretórios nos futuros municípios de São Miguel, Entre Ijuis e Eugênio de Castro. Em janeiro de 1988, PDT e PDS fundaram comissões provisórias em São Miguel e no mês seguinte era a vez do PMDB⁵⁵.

Amilcar Guidolin (2012), ao trabalhar com a criação do memorial da coluna Prestes no município de Santo Ângelo, na década de 1990, já abordava a polarização política do município em dois grandes grupos. O autor problematizou as disputas entre estes no processo de construção do referido memorial, utilizando-se também de ambos os jornais na construção de sua análise. Os periódicos “Tribuna Regional” e “Jornal das Missões” são instrumentos importantes na compreensão do contexto regional da época, pois representam e manifestam a opinião dos dois principais grupos políticos locais:

[...] Muito em função disso, a maioria das representações a favor do memorial Coluna Prestes foram encontradas no Jornal das Missões, que não por acaso, pertence à família do idealizador do Memorial, o então prefeito de Santo Ângelo Adroaldo Loureiro. Em contrapartida no jornal Tribuna Regional, de propriedade de Valdir Andres, adversário Político de Loureiro, foram encontradas poucas manifestações a favor do memorial e algumas contra (GUIDOLIN, 2012. p. 151).

A partir desta colocação, verificamos o quanto é imprescindível a análise de ambos os jornais, pois cada um pertence a uma determinada família de tradicionais políticos da região, que se utilizam dos periódicos para manifestarem suas opiniões e ideias, produzindo discursos que se contrapõem. Os jornais, mais que um meio de comunicação e veiculação de notícias, são instrumentos de propagação de discursos e opiniões de grupos políticos e econômicos no contexto regional. Ambos os grupos se utilizam destes enquanto meio de interlocução e de afirmação frente à comunidade.

⁵⁵ Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. PDS de Santo Ângelo realiza importante seminário. Tribuna Regional, Ano XXII, Santo Ângelo. 16 jan. 1988. Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. PDT elege comissões provisórias nos novos municípios. Tribuna Regional, Ano XXII, Santo Ângelo. 23 jan. 1988. Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. A força do PMDB nos novos municípios. Tribuna Regional, Ano XX, Santo Ângelo 27 fev. 1988.

O jornal “Tribuna Regional” foi criado em 5 de julho de 1967, contou com periodicidade semanal até 1970, quando passou a circular duas vezes na semana. No final desta década, tornou-se trissemanário (INSTITUCIONAL, 2017)⁵⁶.

Criado sob a liderança de Luiz Valdir Andres, tendo como artífices diretos Cláudio Wilmar Schoroeder, Celso Bernardi e Carlos Alberto Bencke. Quatro jovens acadêmicos que a partir de então, passam a escrever a história de Santo Ângelo, fazendo um contraponto saudável e democrático aos outros jornais da época, através das páginas de Tribuna. (INSTITUCIONAL. Jornal Tribuna Regional)⁵⁷.

Verifica-se que no surgimento do jornal Tribuna Regional, em 1967, o grupo responsável por sua criação tinha como pretensão “escrever a história” da cidade de Santo Ângelo. Portanto, o periódico, desde o seu surgimento, foi pensado e articulado para defender e contemplar os interesses de determinado grupo político e econômico. Além do periódico, o grupo responsável por este, fundou a emissora de Rádio Sepé Tiaraju⁵⁸, em setembro de 1977, na cidade. Contando com mídia de circulação impressa e uma emissora de rádio, o grupo poderia afirmar-se na lugar, influenciando no imaginário popular, manifestando suas opiniões, influenciando a opinião pública e defendendo seus interesses.

Em 15 de junho de 1983 entrou em circulação em Santo Ângelo⁵⁹ o “Jornal das Missões”. A partir de então a cidade passava a contar com duas mídias de circulação impressa:

Os anseios dos brasileiros por liberdade de expressão e retorno à democracia era o sentimento que mobilizava o país no início dos anos 80. Em Santo Ângelo, os empreendedores Marcelino Debacco e Adroaldo Mousquer Loureiro sentiam necessidade de alternativa nos meios de comunicação e em abril de 1983 fundaram a gráfica São Miguel (INSTITUCIONAL: História e linha editorial. Jornal das Missões)⁶⁰.

A necessidade de uma alternativa nos meios de comunicação, descrita no trecho acima, apresentava-se pela falta de representatividade do grupo, que não era contemplado pela mídia

⁵⁶INSTITUCIONAL: História e linha editorial. Jornal das Missões. Santo Ângelo/RS. Acesso em: 09/10/2017. Disponível em: <http://www.jornaldasmissoes.com.br/historia>.

⁵⁷INSTITUCIONAL: História e linha editorial. Jornal das Missões. Santo Ângelo/RS. Acesso em: 09/10/2017. Disponível em: <http://www.jornaldasmissoes.com.br/historia>.

⁵⁸ A emissora de rádio Sepé Tiaraju foi criada na cidade de Santo Ângelo no ano de 1977, por um grupo de empresários liderados por Valdir Andres, existindo até a atualidade, conforme informações fornecidas pela própria instituição em seu sítio eletrônico. (Fonte: NOSSA HISTÓRIA. Rádio Sepé. Santo Ângelo/RS. Disponível em: <http://www.radiosepe.com.br/historia>. Acesso em: 25/09/2017).

⁵⁹ Criado no ano de 1947, na cidade de Santo Ângelo, passou a ser administrada na década de 1980 pelo empresário Adroaldo Mousquer Loureiro (FONTE: RÁDIO SANTO ÂNGELO: Uma história construída por muitas mãos. Rádio Santo Ângelo. Santo Angelo/RS. Acesso em: 14/11/2017. Disponível em: <http://www.radiosantoangelo.com.br/noticias/geral/id/3806/radio-santo-angelo-uma-historia-construida-por-mui.html%20>).

⁶⁰ INSTITUCIONAL: História e linha editoria. Jornal das Missões. Santo Angelo/RS. Acesso em: 09/10/2017. Disponível em: <http://www.jornaldasmissoes.com.br/historia>.

do grupo opositor. Assim como o já existente “Tribuna Regional”, o “Jornal das Missões” foi idealizado por empresários e políticos locais. Desta forma, a criação de um novo periódico na cidade se fazia imperativa, para que o grupo também pudesse também se articular e exercer influência. Além da criação do “Jornal das Missões” o grupo adquiriu, no início da década de 1980, a emissora de rádio Santo Ângelo, que havia sido fundada na cidade na década de 1940.

É preciso lembrar que neste período, tanto os jornais, quanto as emissoras de rádio eram as ferramentas mais acessíveis à informação, alcançando a maioria da população, principalmente no que se refere à uma região do interior do estado. Portanto, estes instrumentos adquirem posição central enquanto formadores de opinião pública e na propagação de informações.

Portanto, no ano de 1983 a cidade de Santo Ângelo contava com os dois jornais citados, cada um, representando os anseios de um dos grupos políticos locais. Em suas páginas, os mesmos manifestavam nitidamente a opinião de suas lideranças sobre a política e a economia regional e nacional. Além de manifestarem suas opiniões e buscarem influenciar o imaginário coletivo do lugar, entre entrevistas e matérias os grupos trocavam críticas. Um dos instrumentos para estas, de maneira recorrente, era o patrimônio histórico de São Miguel.

A secretaria municipal de turismo, com efeito, descuidou-se de São Miguel, e isso não vem de agora. [...] Forte centro econômico, Santo Ângelo carece notadamente de iniciativas – sejam do poder público municipal ou da iniciativa privada - que encampem o turismo como fonte econômica bem estruturada (Jornal das Missões, 24 ago. 1983)⁶¹.

Em 1983 o grupo político criador do Jornal das Missões, formado por lideranças do PDT, encontrava-se em oposição ao governo municipal santoangelense, que era liderado pelo PDS, partido das lideranças do jornal “Tribuna Regional”. Naquele ano, enquanto era aguardada a declaração do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo como patrimônio da humanidade pela UNESCO, o jornal “Tribuna Regional” noticiava com muita frequência a empolgação da comunidade e das lideranças políticas e empresariais da cidade, e a perspectiva de desenvolvimento no turismo. Enquanto isso, no Jornal das Missões as notícias sobre o mesmo tema eram mais escassas, e quando ocorriam, vinham acompanhadas de críticas ao governo municipal. As disputas travadas entre os grupos políticos por meio dos jornais, iniciadas no ano de 1983, se intensificaram nos anos seguintes, como demonstraremos a seguir.

⁶¹ Arquivo particular do Jornal das Missões. Turismo nas Missões: um potencial ainda inexplorado. Jornal das Missões, Ano I, Santo Ângelo/RS. 24 ago. 1983.

3.2 “TRIBUNA REGIONAL” E “JORNAL DAS MISSÕES”: DISCURSOS CONVERGENTES E DIVERGENTES

Em outubro de 1982 o Secretário de Cultura do MEC, Marcus Vinicius Vilaça, em visita à cidade de Santo Ângelo, anunciou que em dezembro daquele ano estaria ele entregando a documentação referente ao Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, para a candidatura deste à inscrição na lista dos patrimônios da humanidade da UNESCO. Firmando também um termo de compromisso, pelo qual o MEC, através da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, iniciava as obras de consolidação das edificações no sítio arqueológico em São Miguel (Tribuna Regional, 29 fev. 1983)⁶².

A partir disso, as lideranças políticas e empresariais locais e regionais passaram a aguardar com euforia que o título de Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade chegasse à São Miguel. Autoridades de Santo Ângelo previam que a declaração traria um impulso ao turismo. Nas páginas do jornal “Tribuna Regional” noticiava-se a euforia que disseminando-se entre a população e, principalmente, a empolgação das lideranças políticas e intelectuais locais, que projetavam um grande desenvolvimento do turismo acarretando em progresso econômico na região, e também na destinação de verbas para a preservação dos patrimônios históricos locais. Nas páginas da “Tribuna Regional”, o distrito de São Miguel ganhava destaque continuamente, sempre demonstrando a importância deste no desenvolvimento turístico do município de Santo Ângelo:

O reconhecimento das Ruínas como Patrimônio da Humanidade através da UNESCO, cujo oficialização se aprovada, deverá sair em meados deste ano, certamente vai impulsionar a indústria do turismo aqui. A partir do momento que o patrimônio for divulgado a nível internacional e, de grande importância, merecer destinação de verbas para sua conservação por partes de organismos também internacionais, Santo Ângelo passará a integrar roteiros turísticos oficiais cada vez mais amplos (Tribuna Regional, 29 fev. 1983)⁶³.

Nas páginas de ambos os jornais foram recorrentes as notícias a respeito do sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo, e do distrito de São Miguel, durante todo o ano de 1983. Mas de maneira especial, o jornal “Tribuna Regional” publicou um número muito maior de reportagens e matérias sobre o evento. Nestas, uma palavra soa recorrente, o termo

⁶² Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. Ruínas patrimônio da humanidade: o que isto significa para Santo Ângelo. Tribuna Regional, Ano XVII, Santo Ângelo/RS, 29 fev. 1983.

⁶³ Idem.

“ruínas”⁶⁴, era assim que se reconhecia o conjunto de artefatos e edificações remanescentes do período reducional, no significado estrito do termo, “resto de edifício desmoronado, decadência, destroços” (LUFT, 2000). O uso do termo imprimia o sentido pejorativo que o sítio arqueológico era visto por muitos indivíduos, frente ao desenvolvimento que o lugar já tivera um dia, e como a memória regional consolidou. A possibilidade das “ruínas” poderem projetar novamente alguma forma de benefício à região fascinava as lideranças locais. O que muitos viam como um empecilho ao desenvolvimento urbano, outros viam como um atrativo turístico de potencial interesse internacional.

A inserção do município em roteiros turísticos mais amplos era vislumbrada por lideranças de Santo Ângelo, que projetavam um roteiro turístico integrando os patrimônios do período reducional da Argentina e do Paraguai, trazendo um fluxo turístico constante às regiões. Um grande roteiro turístico internacional traria visibilidade à região, concretizando o turismo como a grande saída ao desenvolvimento econômico regional (Tribuna Regional, 10 dez. 1983)⁶⁵.

Enquanto São Miguel era publicizada como curiosa e exótica, as lideranças de Santo Ângelo buscavam apresentá-la como moderna, oferecendo os demais serviços que ao turista pudesse interessar. Neste período, Santo Ângelo reivindicava o título de Capital Missioneira, indicando a sua vanguarda em uma região que voltava seu olhar ao passado colonial.

Cidade de porte médio bem planejada em termos urbanos, a Capital Missioneira destaca-se também no cenário gaúcho por ter emprestado a serviço o governo, muitos filhos ilustres. [...] A situação de Santo Ângelo como polo regional está condicionada à própria história, quando em 12 de agosto de 1707, era fundada pelo padre Diogo Hase, a Capital dos Sete Povos das Missões. As reminiscências deste período, de grande importância para a história do Rio Grande do Sul e do Brasil, encontram-se no distrito de São Miguel, onde as ruínas, das quais a Catedral é a mais importante, dão o testemunho da luta e da coragem de índios e jesuítas. [...] (Tribuna Regional, 30 abr. 1983)⁶⁶.

A justificativa para tal título, baseava-se no contexto do período e no desenvolvimento comercial e industrial de Santo Ângelo, que a destacava no cenário regional. Mas também no passado, ligando o lugar ao período reducional e, principalmente, por abrigar os remanescentes da igreja da antiga redução de São Miguel Arcanjo em território de seu distrito.

⁶⁴ Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. Ruínas patrimônio da humanidade: o que isto significa para Santo Ângelo. Tribuna Regional, Ano XVII, Santo Ângelo/RS, 29 fev. 1983.

⁶⁵ Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. Prefeito Azeredo acredita em novo fluxo turístico. Tribuna Regional, Ano XVII Santo Ângelo/RS. 10 dez. 1983.

⁶⁶ Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. SANTO ÂNGELO continua polo regional. Tribuna Regional, Ano XVII, Santo Ângelo/RS. 29 abr. 1983.

Compreendemos que nesse discurso, que permeava inferências ao passado e elementos do período em que viviam os sujeitos, buscava-se transmitir sempre uma imagem positiva de Santo Ângelo, tanto no contexto regional, quanto para sua própria população, procurando elevar autoestima desta e a relação dos sujeitos com o lugar. O período reducional era invocado como algo positivo, como um período próspero, por que a memória que se pretendia consolidar era fruto de uma seleção de elementos do passado.

Nesse sentido, observamos também que os discursos construídos não necessariamente necessitavam de embasamento historiográfico. Poderiam ser edificados a partir de induções, suposições e, principalmente, a partir de alguns elementos selecionados. A abordagem da história e da memória missioneira, trazida por ambos os jornais, é sempre apresentada como consenso, a ela não se oferece crítica. Sua composição mistura elementos da história regional, de estudos empreendidos por memorialistas e do folclore local.

No processo de construção de uma memória coerente e bem estruturada, se recorre apenas a alguns elementos do passado, e nessa ação, esquecimentos se fazem necessários, invisibilizando o que não convém. Mas esse processo não é simplesmente um ato de escolher o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, ele é principalmente um processo de negociação, entre passado e presente, entre esquecimento e rememoração, onde ora se ativa um, ora outro. Conforme a necessidade, se dialoga com o presente ou com o passado (CANDAUI, 2012). O processo de construção da memória na região das Missões do estado do Rio Grande do Sul exigiu e exige, a todo o momento, a negociação dos sujeitos com elementos do passado. A memória regional buscou definir o que é o “missioneiro” e o que são os “outros”. (POMMER, 2009). Os jornais enquanto formadores de opiniões incorporaram estes discursos e os reproduziram.

O “Jornal das Missões” estampava matérias a respeito do sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo, buscando evidenciar o descaso que o poder público tinha para com aquele lugar, destacando os problemas na preservação das edificações, buscando imprimir sua crítica à maneira como o governo municipal de Santo Ângelo vinha tratando o patrimônio histórico de seu distrito. Em matéria intitulada “Turismo nas Missões, um potencial ainda inexplorado”⁶⁷, o jornal traçou um panorama do estado de conservação das edificações do sítio arqueológico, bem como estabeleceu duras críticas as autoridades responsáveis do

⁶⁷ Arquivo particular do Jornal das Missões. Turismo nas Missões: um potencial ainda inexplorado. Jornal das Missões, Ano I, Santo Ângelo/RS. 24 ago. 1983.

município de Santo Ângelo, que segundo ele “traçam promessas e não as cumprem” (Jornal das Missões. 24 ago. 1983)⁶⁸.

O Jornal recriminava ainda o fato de as lideranças do município de Santo Ângelo não estarem explorando o imenso potencial turístico do distrito de São Miguel e possuir um total despreparo no trato com o turista. Nesse sentido defendia: “A redenção econômica de Santo Ângelo está no turismo”⁶⁹. A matéria prossegue trazendo também a fala de alguns entrevistados, um deles utiliza a seguinte frase: “A divulgação das Ruínas é feita mais fora do que na região”, e para isso a matéria apresenta a solução dada pelo mesmo entrevistado: “Introduzir uma matéria de História das Missões nos currículos escolares, ao seu ver contribuiria para aproximar a população de suas fontes históricas”⁷⁰.

O fascínio das Reduções, com efeito, ainda hoje atrai levas de turistas dos mais distantes pontos – com predominância do Rio e São Paulo que diariamente desembarcam no pequeno e pacato distrito de São Miguel, a 56 quilômetros de Santo Ângelo, a sede. Em resposta defronta-se com uma estrutura turística incipiente. Contenta-se, por força das circunstâncias, com o Som e Luz, espetáculo iniciado em 1978 e hoje o chamariz único que justifica tal afluxo de pessoas. Sem quaisquer atrações paralelas, as Ruínas de São Miguel, secular capital dos 7 Povos, contam uma história de abandono, ainda não completamente resgatada, levando-se em conta seu rico potencial turístico que, entretanto, até o momento não produziu os frutos práticos desejados (Jornal das Missões, 24 ago. 1983)⁷¹.

Podemos perceber que as críticas empreendidas pelo “Jornal das Missões” eram de ordem política, o patrimônio histórico era apenas um vetor entre as relações dos dois grupos políticos. Nesse sentido se nota que o potencial turístico regional era discurso comum a ambos, mas a maneira como o grupo que se encontrava à frente do governo municipal lidava com ele, tornava-se ferramenta da crítica oposicionista que, apesar de demonstrar preocupação com a situação do patrimônio histórico, estava mais interessada em utilizá-lo como instrumento de desmoralização do grupo a que se opunha. Desta forma, o patrimônio, mais do que um interesse comum a ambos os grupos, torna-se um objeto de barganha no jogo político, possível de ser utilizado pelos grupos conforme seus interesses, como também demonstra o trecho a seguir, onde novamente o Jornal das Missões desfere críticas ao grupo opositor e à maneira como este vem tratando o setor turístico:

⁶⁸ Arquivo particular do Jornal das Missões. Turismo nas Missões: um potencial ainda inexplorado. Jornal das Missões, Ano I, Santo Ângelo/RS. 24 ago. 1983.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Idem.

Foi certamente percebendo que faltava melhor tempero no prato oferecido aos turistas que nasceu o espetáculo Som e Luz. Hoje responsável por um feito até invejável: atrair os visitantes ao menos vinte quatro horas no local, viabilizando-se aí o pouso em algum hotel da região. Ijuí e Santo Ângelo – A Capital das Missões, cobiçam esses visitantes. A verdade corresponde ao que se propala Santo Ângelo, por exemplo, rotula-se Capital da região missioneira. De fato o é, pelo indiscutível desenvolvimento econômico mas até o momento pouco ou nada tem sido feito em termos turísticos, como se o turismo não demandasse investimento e estrutura. Santo Ângelo sequer hospeda os visitantes que chegam a São Miguel – e a mobilidade local em relação à indústria do turismo é anárquica e mal direcionada (Jornal das Missões, 24 ago. 1983)⁷².

Como demonstra o trecho acima, as críticas, em certos momentos, se faziam explícitas. O potencial turístico regional de São Miguel das Missões era também de interesse do grupo oposicionista, mas a maneira como as ações vinham sendo executadas pelo governo municipal não lhes agradavam. Verifica-se que os grupos possuíam opiniões e propostas diferentes para desenvolver o turismo regional, mas o interesse sobre o patrimônio histórico seguia sendo com a finalidade econômica.

Constata-se também que as notícias a respeito do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo, já sendo Patrimônio da Humanidade, em ambos os periódicos, durante o ano de 1988, foram em número bem inferior que as veiculadas no ano de 1983. Confirmando que, passado o entusiasmo e a euforia, em relação à declaração da UNESCO, novamente o patrimônio histórico ganhou papel secundário no jogo político. No dia 30 de abril de 1988, o “Jornal das Missões” noticiou a primeira vez em que a UNESCO destinou recursos financeiros à preservação do patrimônio em São Miguel das Missões:

Esta é a primeira vez que a UNESCO aplica recursos nas Ruínas de São Miguel e este fato é de suma importância, por que outras liberações podem ocorrer daqui pra frente, afirmou Azeredo. Se isto acontecer, acrescentou o Prefeito, São Miguel poderá se tornar uma atração turística conhecida em todo país e até mesmo na América Latina (Jornal das Missões. 30 Abr. 1988)⁷³.

A partir disto, percebemos que a euforia das lideranças locais, no ano de 1983, que esperavam que o Sítio Arqueológico se transformasse em um grande atrativo turístico capaz de movimentar a economia local, não se efetivou da maneira pretendida. No ano de 1988, o turismo ainda era, para as lideranças políticas e autoridades locais, uma alternativa vislumbrada ao desenvolvimento econômico, que tudo tinha para se concretizar, mas nunca

⁷² Arquivo particular do Jornal das Missões. Turismo nas missões: um potencial ainda inexplorado. Jornal das Missões, Ano I, Santo Ângelo/RS. 24 ago. 1983.

⁷³ Arquivo particular do Jornal das Missões. UNESCO libera 6,5 milhões para São Miguel. Jornal das Missões, Ano VI, Santo Ângelo/RS. 30 Abr. 1988. Extra.

acabava efetivando-se. O patrimônio histórico seguia sendo um potencial a ser explorado e uma possibilidade ao desenvolvimento econômico, nunca uma realidade a este.

3.3 O REFLEXO DO CONTEXTO POLÍTICO DE SANTO ÂNGELO EM SÃO MIGUEL DAS MISSÕES

No que se refere ao ano de 1988, as disputas travadas por esses grupos tornaram-se explícitas nas páginas dos jornais, onde cada grupo buscou ressaltar os nomes de seus pré-candidatos a cargos públicos nas eleições que se aproximavam. As articulações entre os partidos e as críticas aos opositores preenchiam as páginas de ambos os periódicos. O Jornal “Tribuna Regional”⁷⁴ dava destaque à candidatura de Valdir Andres (PDS) que sucederia Mauro Azeredo, do mesmo partido, na prefeitura de Santo Ângelo. O periódico fazia claramente campanha a um de seus proprietários, buscando destacar seu trabalho no cargo de vice-prefeito na gestão de Mauro Azeredo e buscando publicizar suas promessas de campanha.

Além disso, nas páginas da Tribuna Regional era possível acompanhar o transcorrer do pleito eleitoral em São Miguel das Missões, e os meandros da disputa local entre os candidatos Pedro Everling (PDS) e João Costa (PDT)⁷⁵. As disputas eleitorais no município recém-criado sofreram influência do cenário político de Santo Ângelo.

“Andres é o melhor, sem dúvida”⁷⁶ exibida como título a reportagem da “Tribuna Regional” de 11 de novembro de 1988, alguns dias antes da eleição municipal. Essa e muitas outras publicações demonstravam, explicitamente, a posição deste frente ao pleito eleitoral, e a maneira como o mesmo era utilizado como veículo de propaganda do candidato Andres e dos demais candidatos do PDS, pouco abordando a movimentação realizada pelos partidos de oposição. Constantemente, se buscava exaltar o trabalho desenvolvido por Mauro Azeredo⁷⁷ e Valdir Andres, durante os cinco anos de mandato, exaltando o trabalho de ambos nas áreas de saúde, educação, transporte, preparando a população para a candidatura de Andres, que ocorreria meses mais tarde. Isto deixa claro, a maneira como os indivíduos se utilizaram dos

⁷⁴ Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. Os cinco anos das administração Mauro-Andres. Tribuna Regional, Ano XII, Santo Ângelo, 13 fev. 1988.

⁷⁵ Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. Pedro Everling e José Marciano concorrem pelo PDS à prefeitura de São Miguel. Tribuna Regional, Ano XXII, Santo Ângelo, 13 ago. 1988. p. 13.

⁷⁶ Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. Marchesan: Andres é o melhor, sem dúvida. Tribuna Regional, Ano XXII, Santo Ângelo. 11 nov. 1988.

⁷⁷ Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. Os cinco anos das administração Mauro-Andres. Tribuna Regional, Ano XII, Santo Ângelo, 13 fev. 1988.

jornais enquanto instrumentos de manipulação da opinião pública e de propagação de seus discursos, em Santo Ângelo e na região. Além disso, o periódico também abordava o posicionamento deste grupo político frente ao cenário político estadual e federal.

O ano de 1988 foi de preparação para eleições federais, estaduais e municipais. Os jornais noticiavam as convenções dos partidos, especulavam e lançavam pré-candidatos. Diversas foram as emancipações municipais ocorridas naquele ano, devido às mudanças oportunas na legislação emancipacionista, alcançadas após o fim do período militar. Santo Ângelo perdera boa parte de seu território neste ano, com a emancipação dos territórios de Eugênio de Castro, São Miguel das Missões e Entre Ijuis:

A Assembleia Legislativa tem facilitado extremamente o surgimento de novos municípios. A restritiva lei federal complementar número 1 foi substituída por uma interpretação estadual. As facilidades começaram no que se refere à arrecadação de impostos. Enquanto a lei federal exige a comprovação mínima de “cinco milésimos” do total arrecadado pelo Estado, a lei estadual sugere que a receita seja “suficiente para a manutenção dos serviços da nova localidade. Pela legislação de 1967 o novo município precisaria ter um mínimo de 10 mil habitantes. Mas os plebiscitos têm sido autorizados desde que comprovado um eleitorado mínimo de mil habitantes [...] (Tribuna Regional 10 maio 1988).⁷⁸

O trecho acima refere-se à matéria veiculada em 10 de maio de 1988, na qual foi traçado um panorama das legislações sobre emancipações municipais no país e no estado do Rio Grande do Sul, naquele contexto. Na mesma, fica clara a oposição do grupo político a que o periódico representa frente às recentes emancipações de seus distritos, dentre eles São Miguel das Missões. Ressalta-se ainda as expectativas e euforias que as emancipações traziam às novas comunidades em formação no estado, e que, conforme a publicação, dificilmente se concretizariam de imediato e acabariam por gerar decepções. Abordava também, a infraestrutura que os novos municípios perdiam de seus municípios sedes no momento dos desmembramentos, como hospitais, escolas de ensino médio e as próprias sedes administrativas, elementos que os novos municípios passariam a arcar e que eram ressaltados como o ônus das emancipações.

As dificuldades que enfrentariam os novos municípios foram, também, tema de outra reportagem, intitulada “Novos municípios e os encargos das emancipações”, onde o jornal novamente demonstrava a insatisfação na perda de parte de seu território, como demonstra o trecho a seguir:

⁷⁸ Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. RGS já tem 322 Municípios. Tribuna Regional, Ano XXII, Santo Ângelo, 10 maio 1988. p. 08.

[...] São Miguel deverá receber 34 escolas, 57 professores e dois servidores da subprefeitura. [...] Os funcionários não podem ser mais transferidos, nem, demitidos e não poderá haver redução de salários. Este é o ônus da emancipação falou o prefeito Mauro Azeredo, observando que Santo Ângelo perdeu muito, já que 74 % de seu território passou aos três novos municípios [...] (Tribuna Regional, 26 jul. 1988)⁷⁹.

Ao perder 74% de seu território, Santo Ângelo perdia somas enormes em suas arrecadações, tendo em vista a grande produção agrícola desenvolvida nestas áreas. E para além do setor agrícola, o município perdia seu afamado distrito, São Miguel.

Em edição publicada em 20 de outubro de 1988, o “Jornal Tribuna Regional” noticiava o debate dos candidatos à prefeitura, realizado no dia anterior, afirmando que os candidatos Andres (PDS) e Loureiro (PDT) saíram fortalecidos, polarizando a disputa ao pleito municipal. Ao mesmo tempo, o periódico desvelou inúmeras críticas ao candidato da coligação PMDB/PFL, e ao candidato do PT. Esta polarização política entre PDS e PDT instituída em Santo Ângelo refletiu-se no cenário político de São Miguel das Missões. Antes mesmo da concretização de sua emancipação, os núcleos partidários já iniciavam a sua organização, fomentados pelas lideranças políticas de Santo Ângelo, como demonstra edição do Jornal das Missões de 23 de janeiro de 1988⁸⁰, que retrata a criação de diretório do PDT em São Miguel, meses antes da oficialização de sua emancipação. Em fevereiro do mesmo ano, o PMDB fundou núcleo em São Miguel.

Naquele 23 de janeiro, ao noticiar a fundação do núcleo do partido PDT em São Miguel, tendo como título da reportagem “São Miguel: Nova Capital das Missões”, o jornal das Missões destacava:

Em São Miguel das Missões, mais de cem pessoas estiveram presentes no Clube União, quando debateram a organização do Partido Democrático Trabalhista, apresentando idéias dos trabalhos que deverão desenvolver, visando a estruturação do partido dentro da filosofia organizacional moderna e dinâmica. O presidente do PDT, Dr. Adroaldo Loureiro, coordenou os trabalhos iniciais, dizendo da importância histórica do momento, pois estava sendo lançadas as bases para que os trabalhistas formassem um grande partido naquela terra, berço da civilização gaúcha (Jornal das Missões, 23, jan. 1988)⁸¹.

⁷⁹ Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. Novos municípios e os encargos das emancipações. Tribuna Regional, Ano XXII, Santo Ângelo, 26 jul. 1988. p. 03.

⁸⁰ Arquivo particular do Jornal das Missões. São Miguel: Nova Capital das Missões. Jornal das Missões, Ano VI, Santo Ângelo. 23 de nov. de 1988. Especial.

⁸¹ Arquivo particular do Jornal das Missões. São Miguel: Nova Capital das Missões, Jornal das Missões, Ano VI, Santo Ângelo. 23 jan. 1988. Especial.

Percebe-se que o Partido Democrático Trabalhista apostava na criação do novo município e na consolidação do desenvolvimento deste, nomeando-a de “nova capital” regional. E já antevendo as eleições que se aproximavam, buscava reforçar suas alianças no lugar.

Na edição de 11 de agosto de 1988 a Tribuna noticiava a candidatura de João Costa à prefeitura de São Miguel das Missões tendo Valdir Pedro Frizzo como seu vice, pelo PDT⁸². Dois dias depois, em 13 de agosto de 1988, o mesmo periódico noticiava Pedro Everling e José Marciano como candidatos ao pleito eleitoral pelo PDS em São Miguel das Missões. Pedro Everling era apresentado como agropecuarista⁸³ e líder comunitário, tendo sido ex-Presidente de entidade tradicionalista. Seu vice, assim como Pedro, foi descrito como agropecuarista, frisando sua participação como proeminente líder comunitário tendo auxiliado a fundar o hospital em São Miguel das Missões.

Através das publicações do jornal “Tribuna Regional” percebemos que apesar de nos demais municípios da região o pleito eleitoral de 1988 ter polarizado as disputas entre PMDB e PDS, em São Miguel das Missões e Santo Ângelo esta polarização se deu entre PDT e PDS. As disputas políticas entre estes dois partidos se estendeu à São Miguel das Missões, refletindo o cenário de polarização. Nesta disputa entre os grupos políticos, tanto em Santo Ângelo, quanto em São Miguel das Missões, o PDS saiu vitorioso, passando a assumir ambas as prefeituras.

Mas além do contexto político regional extremamente agitado, o contexto social também demonstrava a amplitude da crise econômica do país e seus efeitos diretos na região. Além de focar o cenário político regional, as matérias e reportagens publicadas no ano de 1988, por ambos os periódicos, noticiavam os diversos desdobramentos que tomou um acampamento⁸⁴ do Movimento Sem Terra localizado no Santuário do Caaró, a poucos quilômetros de São Miguel:

Os colonos de Caaró estão dispostos a ir para a Fazenda Santa Helena, onde, segundo eles, a área é própria para agricultura e pode ser a solução de todas as famílias. Eles exibiram ontem um telex do delegado MIRAD, no qual Mário Bertani

⁸² Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. Joao Costa concorre pelo PDT em São Miguel. Tribuna Regional, Ano XXII, Santo Ângelo, 11 ago. 1988. p. 02.

⁸³ Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. Pedro Everling e José Marciano concorrem pelo PDS à prefeitura de São Miguel. Tribuna Regional, Ano XXII, Santo Ângelo, 13 ago. 1988. p. 13.

⁸⁴ No ano de 1987 criou-se um acampamento do movimento no Santuário do Caaró⁸⁴, próximo a São Miguel das Missões, reunindo trabalhadores de Caibaté, São Miguel das Missões, Cerro Largo e demais municípios da região. Este acampamento foi apoiado pela diocese de Santo Ângelo que concedeu área para que cerca de 1400 acampados permanecessem enquanto o governo estadual e federal providenciavam área para o assentamento. (ACAMPADOS DE CAARÓ aceitam assentamento. Jornal das Missões, Santo Ângelo/RS. 04 maio, 1988)

afirma que a Fazenda Santa Helena foi (sic) desapropriada justamente para assentamento de parte dos colonos da Fazenda Anonni, de Palmeiras das Missões e Caaró (Jornal das Missões, 23 abr. 1988)⁸⁵.

O acampamento no Santuário recebera autorização da diocese de Santo Ângelo, principalmente através da figura do Bispo Dom Estanislau Kreutz e contava com cerca de 463 famílias⁸⁶. O mesmo mobilizou autoridades, lideranças e a população local a refletir a questão econômica e social regional e suas eminentes desigualdades⁸⁷. Assim como o cenário político era de oposição entre os grupos, o contexto social se mostrava complexo e divergente entre estes, os periódicos foram, mais uma vez, o espaço onde estes manifestaram suas opiniões.

A fazenda Santa Helena localizava-se em São Miguel das Missões, o lugar, além do contexto político agitado que marcava o processo de criação do novo município naquele ano de 1988, teve também que lidar com um agitado contexto social. Na década de 1980 um importante capítulo da história da luta social pela terra foi escrita no estado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Na região das Missões, especialmente em São Miguel das Missões, o movimento teve profundos reflexos, como abordaremos a seguir.

3.4 “ESTA TERRA TEM DONO”, MAS QUEM É O DONO DESTA TERRA? O CONTEXTO SOCIAL EM SÃO MIGUEL DAS MISSÕES NA DÉCADA DE 1980

Ceres Karan Brum (2006) problematizou a pluralidade de relações que se estabelece, na atualidade, com o passado colonial missioneiro, ressaltando que o mesmo vem sendo ativado, de diversas formas, gerando imaginários, pertencimentos e identidades. A autora analisou a maneira como se representa Sepé Tiarajú na região e como a representação deste tem sido utilizada por diversos grupos sociais. “Desta disputa, a literatura regionalista, a historiografia e a memória popular ressaltam a atuação da figura mitológica de Sepé Tiarajú, comandante das tropas missioneiras e morto na batalha de Caiboaté, a quem se atribui a expressão “Esta terra tem dono” [...] (BRUM, 2006, p.11).

A figura de Sepé é amplamente utilizada na região, principalmente pelas entidades tradicionalistas, representado de forma mítica e heroica, carregado de simbolismos, estando

⁸⁵ Arquivo particular do Jornal das Missões. Termina o prazo dos acampados de Caaró. Jornal das Missões, Ano VI, Santo Ângelo. 27 abr. 1988. p.06.

⁸⁶ Arquivo particular do Jornal das Missões. A campados do Caaró, prazo termina dia 27. Jornal das Missões, Ano VI, Santo Ângelo, 12 fev. 1988. Geral, p.03.

⁸⁷ Arquivo particular do Jornal das Missões. A campados do Caaró, prazo termina dia 27. Jornal das Missões, Ano VI, Santo Ângelo, 12 fev. 1988. Geral, p.03. / Arquivo particular do Jornal das Missões. Acampados ficam mais 60 dias no Caaró. Jornal das Missões, Ano VI, Santo Ângelo. 02 mar. 1988. p.09.

sempre ligada à questão da terra e da luta por esta (BRUM, 2006). Mas a região que mitificou Sepé e sua célebre frase, ainda vivenciava, na década de 1980 diversos conflitos entorno da terra e da propriedade. Buscamos entender o contexto social da região das Missões neste período, principalmente em São Miguel das Missões, os jornais foram fundamentais, pois não encontramos nenhum trabalho acadêmico com esta temática. Os mesmos nos revelaram que, além de uma conjuntura política agitada, o plano social também se fazia bastante conflituoso.

A conjuntura econômica do período foi marcada por momentos de ascensão e de crises, e, sobretudo, de transformações. Como já mencionamos, o processo de modernização da agricultura e subsídios à produção beneficiou médios e grandes proprietários, acentuando a pobreza no campo, o êxodo rural e o desemprego. O processo de mecanização do campo e o contexto econômico de aumento da concentração fundiária, intensificou a miséria, a violência e os conflitos sociais no campo e cidade, fazendo surgir o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, em 1985⁸⁸. Este teve forte expressão e participação de indivíduos na região noroeste do Rio Grande do Sul no final dos anos 1980 (CALDART, 2001).

Em novembro de 1987 criou-se um acampamento do movimento no Santuário do Caaró⁸⁹, próximo ao então distrito de São Miguel. Inicialmente um grupo de pequenos agricultores, liderados pelo MST e com apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central Pastoral da Terra e sindicato dos trabalhadores rurais, invadiu a Fazenda Itatin⁹⁰, localizada em São Nicolau/RS. O grupo permaneceu no lugar por cinco dias, e posteriormente foi obrigado a se retirar, tendo então seguido para o Santuário do Caaró, onde montaram acampamento (Jornal da Missões, 08 jan. 1988)⁹¹.

⁸⁸ “O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, também conhecido como Movimento dos Sem Terra ou MST, é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Hoje o MST está organizado em 22 estados, e segue com os mesmos objetivos definidos neste Encontro de 84 e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, em 1985, também no Paraná: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores (CARDART, 2001, p.207)”.

⁸⁹ O Santuário do Caaró localiza-se no município de Caibaté a 25 km de São Miguel das Missões. O mesmo é reconhecido como local do martírio dos padres Roque Gonzales, Afonso Rodrigues e João de Castilhos, no século XVII, no primeiro ciclo reducional.

⁹⁰ Conforme a edição do Jornal das Missões a fazenda era de propriedade de um ex-deputado Aldo Pinto, vinculado ao MDB, e posteriormente ao PDT. (Arquivo particular do Jornal das Missões. Acampados ficam mais 60 dias no Caaró. Jornal das Missões, Ano VI, Santo Ângelo. 02 mar. 1988. p.09.) (Arquivo particular do Jornal das Missões. A invasão dos colonos foi em São Nicolau e depois Caaró. Jornal das Missões, Ano VI, Santo Ângelo. 08 jan. 1988.)

⁹¹ Arquivo particular do Jornal das Missões. Surto de conjuntivite e desarranjo no acampamento de Caaró. Jornal das Missões, Ano VI, Santo Ângelo/RS. Geral, p 03. 08 jan. 1988.

O acampamento, com cerca de 1400 pessoas, conforme abordam ambos os periódicos, reuniu trabalhadores de diversos municípios da região e foi apoiado pela diocese de Santo Ângelo, que concedeu a área do santuário para que os acampados permanecessem enquanto os governos estadual e federal providenciavam a área para o assentamento. A diocese de Santo Ângelo, proprietária do santuário, permitiu a permanência dos acampados, mas buscou isentar-se do apoio a estes:

– Respeitamos, desde o primeiro dia da ocupação da Fazenda Itatin, em São Nicolau, o movimento dos sem-terra, mas jamais assumimos este movimento”. A manifestação foi feita pelo Bispo Dom Estanislau Amadeu Kreutz, esclarecendo que, como cristão, “prestamos um assessoramento e apoio às iniciativas e reivindicações que são justas, baseados nos princípios da Justiça Social”, ressaltou o Bispo (Jornal das Missões, 12 fev. 1988)⁹².

A mesma edição traz ainda um reforço a afirmativa fala de Dom Estanislau Amadeu Kreutz, ao desmentir boatos de que a igreja estaria tomando partido frente aos conflitos, e afirmando que o seu dever é com os que necessitam:

Segundo o Bispo muitas pessoas não entendem o correto relacionamento que a Igreja mantém com os colonos. Dom Estanislau frisou que muitos políticos, antes das eleições falavam abertamente que estavam favoráveis à reforma agrária, que também pregou a igreja, “porém, alguns políticos se esqueceram das promessas, mas a igreja continua coerente com seus princípios e em suas afirmações, apoiando aqueles que sofrem”, observou o Bispo (Jornal das Missões, 12 fev. 1988)⁹³.

Por outro lado, os acampados persistiam no acampamento de Caaró, tentando estabelecer diálogo com as autoridades estaduais e federais e buscando ações destes órgãos na solução do impasse:

Nossa Profissão é trabalhar e tirar nosso sustento da terra. Estamos cansados de em todos os anos de vida de agricultor ser explorado como peão, parceiro ou meeiro, entregando o nosso produto de forma injusta para os patrões e sermos enrolados nas promessas das autoridades de distribuírem a terra que esta sendo mal aproveitada nas mãos de pouco. No Rio Grande do Sul tem terra suficiente para distribuir entre todos os sem terra, principalmente, em primeiro lugar, aqueles que como nós estão por necessidade acampados na Fazenda Annoni, Palmeiras das Missões, Pelotas e Canoas anda ainda assentando o numero previsto no Plano Nacional de Reforma agrária (Jornal das Missões, 02 mar. 1988)⁹⁴.

⁹² Arquivo particular do Jornal das Missões. A campados do Caaró, prazo termina dia 27. Jornal das Missões, Ano VI, Santo Ângelo, 12 fev. 1988. Geral, p.03.

⁹³ Arquivo particular do Jornal das Missões. A campados do Caaró, prazo termina dia 27. Jornal das Missões, Ano VI, Santo Ângelo, 12 fev. 1988. Geral, p.03.

⁹⁴ Arquivo particular do Jornal das Missões. Acampados ficam mais 60 dias no Caaró. Jornal das Missões, Ano VI, Santo Ângelo. 02 mar. 1988. p.09.

Em abril de 1988 a fazenda Santa Helena⁹⁵, (com área de 750 hectares) foi desapropriada pelo INCRA, para onde parte dos acampados de Caaró foram destinados, localizada em São Miguel das Missões. Meses mais tarde, em 27 de julho de 1988, a fazenda Buriti⁹⁶, também localizada em São Miguel das Missões foi ocupada por um grupo do MST. Este processo de desapropriações acabou formando três assentamentos da reforma agrária⁹⁷ em São Miguel das Missões naquele período, alocando famílias do acampamento do Caaró e provenientes da Fazenda Anonni (Plano territorial de desenvolvimento sustentável PTDRS - Território das Missões)⁹⁸.

Portanto, este contexto nacional de governo militar, regional de crise econômica, desafios no setor agrícola e conflitos sociais, conferiu às décadas de 1970 e 1980 particularidades na região das Missões. A crise econômica que atingiu especialmente a agricultura, principal setor econômico da região, gerou um contexto social de exclusão, fazendo surgir movimentos de luta pela terra nesta. Mais tarde, no ano de 2001, foi instalada, ao lado do Assentamento da Barra e do Assentamento Santa Helena, a reserva guarani Tekoá Koenju, para abrigar um grupo Mbyá-guarani que estava acampado na área urbana de São Miguel das Missões. Na década de 1990 foram instalados também assentamentos em outros municípios da região, que na atualidade chegam ao número de dezenove (Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável PTDRS - Território das Missões)⁹⁹.

Desta forma, compreendemos que a luta pela posse da terra sempre esteve presente na região das Missões, seja durante os processos de definição de fronteiras dos Estados-

⁹⁵ Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. Fazenda Santa Helena desapropriada pelo governo em Santo Ângelo. Tribuna Regional, Ano XXII, Santo Ângelo, 21 abr. 1988. Extra.

⁹⁶ 700 FAMÍLIAS invadiram a fazenda Buriti. Tribuna Regional, Santo Ângelo. 28 jul. 1988. A notícia ainda relata que as famílias seriam provenientes da fazenda da Barra e também de um acampamento de Palmeira das Missões.

⁹⁷ Os Assentamentos do Processo de Reforma Agrária, que conforme dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2005), são dezenove na região noroeste, perfazendo 6,5% de Assentamentos no Rio Grande do Sul, totalizando 584 famílias, atingindo 5,2% do total do Estado. O município com maior número de assentamentos é São Luiz Gonzaga, com sete, sendo cinco de responsabilidade do Governo Federal e dois do Governo Estadual. Em segundo lugar constam Giruá e São Miguel das Missões, com três assentamentos cada um. (Plano territorial de desenvolvimento sustentável PTDRS - Território das Missões. Colegiado de desenvolvimento territorial CODETER/MISSÕES, Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA. Santo Ângelo, agosto de 2006. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio060.pdf. Acesso em: 27/11/2017.).

⁹⁸ Plano territorial de desenvolvimento sustentável PTDRS - Território das Missões. Colegiado de desenvolvimento territorial CODETER/MISSÕES, Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA. Santo Ângelo, agosto de 2006. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio060.pdf. Acesso em: 27/11/2017.

⁹⁹ Plano territorial de desenvolvimento sustentável PTDRS - Território das Missões. Colegiado de desenvolvimento territorial CODETER/MISSÕES, Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA. Santo Ângelo, agosto de 2006. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio060.pdf. Acesso em: 27/11/2017.

Nacionais, nos séculos XVIII e XIX, seja protagonizada por diversos grupos sociais ao longo do século XX. Estes grupos apresentam diferentes maneiras de pensar o passado do lugar, de estabelecer com estes significações e também nos modos de representá-lo.

A compreensão da origem do Movimento Sem Terra – MST e sua articulação no Estado do Rio Grande do Sul nas décadas de 1970 e 1980 são fundamentais para a compreensão do contexto social da época, porém este é um tema ainda pouco abordado pela historiografia. Os jornais nos forneceram importante subsídio para a compreensão desta questão na região noroeste do estado, mas ainda há muito a ser explorado. Nesse sentido destacamos a existência de documentação¹⁰⁰ sobre o tema no Arquivo Nacional com sede no Rio de Janeiro, e a possibilidade de construção de novos trabalhos a partir desta, ampliando a abordagem sobre a temática, tendo em vista que a luta pela terra, empreendida pelo movimento camponês, tem raízes históricas profundas no país e é essencial na compreensão das questões sociais no país.

Para compreendermos a organização do MST, a formação dos acampamentos e dos assentamentos em São Miguel das Missões e região, o “Jornal das Missões” foi fundamental, nele encontramos diversas reportagens e matérias sobre o assunto, como demonstram os trechos citados. Por outro lado, na “Tribuna Regional” as publicações sobre estes acontecimentos foram em número bem inferior.

Em 1988, o órgão responsável pelas questões agrárias no país era o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), o qual foi extinto em 1989, e suas funções incorporadas pelo Ministério da Agricultura em 1990. Os secretários do órgão tentavam mediar os conflitos e encontrar alternativas para os acampados na região e no restante do país, como demonstra a edição da “Tribuna Regional” de janeiro de 1988:

Em visita à “Tribuna Regional”, acompanhado do secretário da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul FETAG, Geraldo Pegoraro, e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Ângelo, Osvaldino José Lucca o delegado do MIRAD, Mario Bertani disse que existem áreas disponíveis aqui no município, cujos proprietários pretendem vende-las ao governo federal. O delegado do MIRAD esteve reunido com lideranças do PMDB no diretório municipal, onde foram tratados assuntos relacionados com a questão dos acampados do Caaró e a situação agrária em Santo Ângelo e região (Tribuna Regional, 16 jan. 1988)¹⁰¹.

¹⁰⁰ Questão fundiária no Rio Grande do Sul. Meio digital, salvaguardado em Arquivo Nacional, Rio de Janeiro/RJ. Fundo: BR DFANBSB N8. Série: 0.PSN, Sub-série: EST, Dossiê 404.

¹⁰¹ Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. Delegado do MIRAD veio conhecer acampamento de Caaró. Tribuna Regional, Ano XXII, Santo Ângelo. 16 jan. 1988.

No trecho acima se percebe que havia a intenção das lideranças de Santo Ângelo em encontrar alternativas para solucionar os problemas dos acampados. Naquele período, janeiro de 1988, São Miguel era ainda distrito de Santo Ângelo, portanto, as questões agrárias eram problemas aos quais a administração municipal deveria procurar soluções. Mas com o desmembramento de São Miguel, em abril daquele ano, Santo Ângelo livrava-se destes problemas, que recairiam sobre as lideranças do novo município.

Perder o distrito de São Miguel, com seu patrimônio da humanidade, não foi agradável às lideranças políticas e empresariais de Santo Ângelo, que tiveram que reestruturar as estratégias para o setor turístico, mas livrar-se da resolução dos conflitos agrários, naquele momento foi bastante oportuno.

As questões agrárias em São Miguel das Missões se arrastaram na década de 1990, quando o lugar viu consolidar a criação de três assentamentos do MST¹⁰². Mesmo com a criação dos referidos assentamentos, dinamizando a estrutura fundiária local, ainda assim, São Miguel das Missões permanece na atualidade entre os municípios com maior concentração fundiária da região das Missões (Plano territorial de desenvolvimento sustentável PTDRS - Território das Missões, 2006, p.18).

Nos anos 2000 foi consolidada também, no município de São Miguel das Missões a reserva indígena Tekoá Koenju/Inhacapetum¹⁰³, para onde as diversas famílias acampadas no parque da fonte missioneira foram destinadas. A mesma foi criada em território localizado ao lado dos assentamentos do Movimento Sem-terra em São Miguel das Missões. A presença e mobilidade dos Mbyás-guarani na região das Missões e a origem e criação da Tekoá Koenju é abordada por Estelamaris Dezordi (2016) e Carlos Eduardo Neves de Moraes (2010).

¹⁰² Plano territorial de desenvolvimento sustentável PTDRS - Território das Missões. Colegiado de desenvolvimento territorial CODETER/MISSÕES, Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA. Santo Ângelo, agosto de 2006. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio060.pdf. Acesso em: 27/11/2017.

¹⁰³ Reserva Indígena Tekoá Koenju, localizada à 30 km da sede urbana do município, a mesma possui um território de 213 hectares, onde abriga, atualmente, cerca de 37 famílias, sua criação ocorreu no ano de 2000. O território da região das Missões é um meio caminho para a migração Mbyá, que ocorre entre os territórios do Paraguai e Argentina (principalmente da região de Misiones) até o litoral do RS. Estes fazem parte da cultura destes povos desde tempos remotos (MORAES, 2010).

4 O PASSADO NA VOZ DOS AGENTES DO PROCESSO EMANCIPATÓRIO DE SÃO MIGUEL DAS MISSÕES

O processo emancipatório de São Miguel das Missões transcorreu em meio a conflitos políticos, reveses econômicos e agitações sociais, elementos que evidenciaram as relações entre os grupos políticos e o patrimônio histórico daquela região. Já demonstramos o uso que os grupos políticos de Santo Ângelo fizeram de elementos do passado e dos patrimônios históricos edificados na composição de discursos, e como as disputas políticas deste influenciaram o cenário político do novo município. Mas a emancipação de São Miguel das Missões fez também com que os grupos políticos do lugar pudessem ter mais autonomia sobre as ações culturais e o patrimônio histórico local, passando também a produzir discursos e apropriações sobre este.

Neste capítulo, portanto, buscamos identificar, na documentação do processo emancipatório, como as lideranças políticas de São Miguel das Missões construíram uma versão de passado para o lugar, selecionando determinados elementos e construindo discursos. Pra isso dividimos o capítulo em duas partes, procurando primeiramente identificar, através do processo emancipatório, como as lideranças locais buscaram no passado a legitimação e justificação de suas ações, atribuindo sentidos e ativando determinados elementos. Por último buscamos problematizar as negociações empreendidas na intenção em reforçar a união identitária entorno de elementos do passado.

4.1 “ALMEJAM UM RENASCIMENTO”

Como já destacamos, o início do processo¹⁰⁴ solicitando a emancipação do distrito de São Miguel ocorreu no ano de 1977, o qual pode ser acessado no Memorial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul¹⁰⁵. Através desta documentação identificamos as lideranças envolvidas no processo, bem como uma série de detalhes e informações acerca destes indivíduos e do lugar. Dentre estas informações, nos interessou, principalmente, analisar a maneira como as lideranças embasaram e justificaram a necessidade de emancipar o lugar, construindo um discurso sobre o passado e os patrimônios históricos.

¹⁰⁴ ASSEMBLÉIA Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Comissão de Constituição Justiça. Cria o Município de São Miguel das Missões. Processo 2258/88-9. 21 de Abril de 1988.

¹⁰⁵ <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/>

Para além dos meandros burocráticos de um processo emancipatório, com informações e detalhes (mapas, acordos, declarações, fotografias), atentamos a maneira como os grupos construíram uma retórica sobre o passado e como se utilizaram deste, e do patrimônio histórico local, buscando concretizar seus anseios políticos e econômicos. Transparecem elementos acerca da realidade destes indivíduos, sendo possível perceber que os mesmos eram pessoas de posses, constituindo um grupo de influência econômica, sendo, a maioria destes, comerciantes, agropecuaristas, médios e grandes proprietários rurais.

Este grupo buscou, em suas narrativas, justificar a importância da emancipação do lugar, remetendo-se ao passado e ao patrimônio histórico. Para referirem-se a São Miguel, utilizavam a designação de Capital das Missões, ou Capital dos Sete Povos. O título, baseado no imaginário popular que edificou São Miguel Arcanjo como a mais pujante dos Sete Povoados reducionistas, buscava fundamentar o argumento da necessidade da emancipação político-administrativa local, cuja ementa assim designa-se: “Requerem providências de estilo e previstas em lei, no sentido de que seja concedido diploma legal, para coleta de elementos, visando a criação do município de São Miguel, antiga capital dos Sete Povos das Missões” (ASSEMBLÉIA Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. 21 de Abril de 1988)¹⁰⁶.

Na visão destes indivíduos, o passado do lugar, por si só, já fornecia elementos suficientes para embasar a necessidade da autonomia político-administrativa. Um lugar que no imaginário popular, já ostentou o título de capital dos povoados missioneiros. Tal posto, na visão destes indivíduos, merecia a autonomia político-administrativa municipal. O emprego do termo “capital das missões” é recorrente em diversos documentos inclusos no processo emancipacionista, como demonstra o trecho:

ISTO POSTO, REQUEREM, a Vossas Excelências se dignem a conceder-lhe o Credenciamento e ordenar todas as providências de estilo e previstas em Lei aplicáveis a matéria, a fim de que tenha lugar a coleta dos elementos precisos, a oportuna consulta plebiscitária e o DIPLOMA LEGAL que haja por bem proclamar a existência do MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL, **antiga Capital dos Sete Povos das Missões**, tendo como sede a área urbanística que circundam a majestosa Redução Miguelina (ASSEMBLÉIA Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, vol.2, pag. 179)¹⁰⁷.

Tal pretensão era apresentada como consenso na comunidade miguelina¹⁰⁸, e como um anseio, não apenas dos grupos políticos, conforme menciona:

¹⁰⁶ ASSEMBLÉIA Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Comissão de Constituição Justiça. Cria o Município de São Miguel das Missões. Processo 2258/88-9. 21 de Abril de 1988.

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ Gentílico de São Miguel das Missões.

INVOCAM OS DOUTOS SUPLEMENTOS DE VOSSAS EXCELENCIAS EM FAVOR DA EMANCIPAÇÃO DE SÃO MIGUEL – PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE, por ser uma iniciativa genuína da Comunidade, não se tratando de interesses meramente políticos (ASSEMBLÉIA Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, vol. 2, pag. 180)¹⁰⁹.

Constatamos que, apesar da aspiração à emancipação municipal ter sido narrada como uma vontade de toda comunidade local, na realidade não havia unanimidade, pois na consulta plebiscitária constatou-se que 638 votaram contra a emancipação político-administrativa, enquanto 2.480 votaram a favor da emancipação, 33 votaram branco, 27 anularam seu voto e 1.110 eleitores não compareceram¹¹⁰. Portanto, a pretensão emancipacionista era anseio de grande parte da população, mas estava bem longe de ser um consenso na comunidade.

As lideranças do distrito, aspirando à autonomia do lugar, embasaram seus discursos no passado e no patrimônio histórico como se a relação dos indivíduos da comunidade com este fosse consenso. Narraram o passado ressaltando a grandiosidade e o dinamismo que o lugar possuía em tempos remotos. O patrimônio histórico edificado era usado como testemunha deste e, a emancipação político-administrativa foi posta como a única saída possível para o “renascimento” do lugar, o qual traria “de volta” a prosperidade e o progresso do passado, como demonstra o trecho a seguir:

Os Rio-grandenses, signatários desta petição, desejam e aspiram ardentemente que tenha lugar, ao amparo da Lei e do Direito, o surgimento de um novo município no cenário rio-grandense, o MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL, formado, que se deseja, pela área que outrora – constituiu, em parte, os domínios da fabulosa redução de São Miguel das Missões. É desnecessário assentar maiores informações a respeito da significação dessa redução, por que disto já cuidou suficientemente a história o “mapa mundi” registra um ponto inconfundível na América do Sul, dentre tantas outras relevâncias, representado pelas RUINAS DE SÃO MIGUEL, famosas pelo que representam e pelo que significam aos povos civilizados. Os atuais habitantes dessa região, inclusive os signatários deste petitório **almejam um renascimento**, isto é, replantar na já existente planificação urbanística de São Miguel, as bases da sede do município que se pretende criar, se vierem a contar, o que esperam, com o beneplácito de Vossas Excelências (ASSEMBLÉIA Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, pag. 64, Grifo nosso)¹¹¹.

Através da ativação de elementos do passado, da história e dos patrimônios históricos, construiu-se um discurso onde estes, selecionados e ressignificados, dariam legitimidade à

¹⁰⁹ ASSEMBLÉIA Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Comissão de Constituição Justiça. Cria o Município de São Miguel das Missões. Processo 2258/88-9. 21 de Abril de 1988.

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ ASSEMBLÉIA Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Comissão de Constituição Justiça. Cria o Município de São Miguel das Missões. Processo 2258/88-9. 21 de Abril de 1988.

criação do novo município. Processo esse que era apresentado como natural, tendo em vista sua trajetória apresentada como gloriosa. Esta forma de compor o discurso, apelativo ao desmembramento, mascarou as disputas entre os grupos políticos e os interesses econômicos que estavam por trás da solicitação.

[...] É justo lembrar que São Miguel já existiu com todos os serviços e organizações anunciados pela história, não sendo, pois, a rigor, um ato de simples e modesta criação de um município, mas a proclamação de um ressurgimento valoroso e concreto, que está a merecer o reconhecimento da legislador, a fim de que renasça no palio da lei, com toda a sua pujança e dinamismo, a comunidade organizada, agora sob a forma de município, em tudo e por tudo alinhado aos anseios e diretrizes da Nação Brasileira (ASSEMBLÉIA Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, pag. 63)¹¹².

Como poderia haver um renascimento de uma comunidade que existiu há 300 anos, tendo sido formada por outros sujeitos, em uma sociedade profundamente distinta? Quando se clama um renascimento, é o renascimento de quais elementos que se pretende? Quando se refere a renascimento é, sobretudo, ao progresso econômico e ao desenvolvimento cultural, que foi atribuído ao passado reducional, a que os sujeitos se referem. Em tempos de crises e incertezas, o progresso e o desenvolvimento que o lugar teria experimentado outrora tornavam-se anseio.

Devido à crise econômica e as incertezas do período, o turismo apresentava-se com a via de desenvolvimento econômico do lugar e, após a emancipação, poderiam as lideranças de São Miguel das Missões administrar as ações sobre esse setor, não precisando mais sujeitarem-se às atuações das lideranças políticas e econômicas de Santo Ângelo.

O futuro município de São Miguel, conhecido mundialmente após a decretação pela UNESCO de PATRIMÔNIO HISTÓRICO/CULTURAL DA HUMANIDADE, sendo esta a principal indústria da região missioneira, pois possui um fluxo turístico de mais de 70.000 (setenta mil) visitantes anuais, que atraídos pela importância histórica e cultural das reduções jesuíticas, berço da civilização rio-grandense, encontram nestas relíquias/fonte de pesquisa e inspiração didática (ASSEMBLÉIA Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, p.16)¹¹³.

Enquanto nas décadas de 1970 e 1980, de maneira geral, na região das Missões, se voltou o olhar ao passado com apelo identitário, em São Miguel das Missões isto ocorreu de maneira diferenciada (POMMER, 2009). Enquanto as lideranças e a população de São Luiz Gonzaga, São Borja e São Nicolau produziam comemorações e significações em torno do

¹¹² ASSEMBLÉIA Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Comissão de Constituição Justiça. Cria o Município de São Miguel das Missões. Processo 2258/88-9. 21 de Abril de 1988

¹¹³ Idem.

passado, São Miguel, enquanto distrito, esteve sujeito às ações das lideranças de Santo Ângelo. O patrimônio do distrito era pensado, ressignificado e publicizado por lideranças políticas e intelectuais de Santo Ângelo (POMMER, 2009)¹¹⁴.

Portanto o processo emancipatório de São Miguel, além de marcar a autonomia política e administrativa do lugar, implicou também em uma nova relação das lideranças locais com o patrimônio histórico edificado, pois estes passaram também a gerir, pensar, organizar e produzir significações com o patrimônio histórico local. As ações culturais e turísticas passaram a ser organizadas pelo poder público local.

Estes grupos políticos de São Miguel das Missões, que com a emancipação do lugar passaram a monopolizar os cargos da administração pública local eram formados por sujeitos advindos de diversos grupos étnicos, nesse sentido, são perceptíveis diversas contradições. Liane Maria Nagel (2001), ao tentar explicar esse processo de negociação, empreendido pelos sujeitos do lugar, no município de Santo Ângelo, problematiza algumas contradições deste:

Assim, utilizam-se referências do passado histórico regional, inclusive “arquetipos” da história, que fixam imagens e discursos o tipo primitivo dos homens que estiveram presentes na remota formação histórica do Rio Grande do Sul, em lutas que se fizeram recuar ao avanço das fronteiras, especialmente nas disputas pelo gado e pela terra na região missioneira. Por outro lado também se fazem presentes referências aos imigrantes como construtores e promotores do Desenvolvimento regional (p.16).

Os descendentes de imigrantes de diversos grupos étnicos, por vezes, incorporam como seu o passado jesuítico guarani, cujas marcas se imprimem na paisagem do território regional. Em outras vezes, procuram a afirmação dos referenciais dos grupos étnicos que integram, buscando consolidar a imagem destes como pioneiros e responsáveis pelo progresso da região. Nesse sentido, percebe-se que o processo de negociação que empreende a construção da memória regional, ora valoriza determinado discurso, ora outro. Os processos de rememoração e esquecimento, que são ativados através da negociação com o passado, constituem-se em estratégias as quais os grupos recorrem e utilizam quando convém, para entender melhor estas estratégias dedicamos o subtítulo a seguir.

¹¹⁴ “Afirmava-se que poucas cidades poderiam fazer uso de uma referência como a de 300 anos de fundação. São Borja havia se utilizado deste passado cinco anos antes (1982). Em 1987, além de São Luiz, também São Nicolau e São Miguel poderiam estar comemorando 300 anos. Porém São Miguel das Missões, onde se localiza o sítio considerado Patrimônio Histórico da Humanidade desde 1983, na época era distrito de Santo Ângelo – a emancipação aconteceu em janeiro de 1988, e em São Nicolau o sítio arqueológico carecia de limpezas e pesquisas, que começavam a serem feitas pelo IPHAN” (POMMER, 2009, p.231).

4.2 IDENTIDADE E NEGOCIAÇÃO EM SÃO MIGUEL DAS MISSÕES

O discurso construído por lideranças políticas e intelectuais nas décadas de 1970 e 1980, na região das Missões, ressignificou o passado e atribuiu à redução de São Miguel Arcanjo o papel central na construção da memória regional, devido a sua importância no contexto reducional e ao fato de apresentar diversas edificações do período, ainda preservadas.

Érico Loyola (2015, p.33) ao utilizar documentação referente à São Miguel das Missões, problematizou uma correspondência de 1969, encontrada nos arquivos do IPHAN, trocada entre duas mulheres, onde a remetente, que atuava na gestão do sítio arqueológico de São Miguel, relata à amiga uma conversa com o prefeito de Santo Ângelo, onde este afirmou que as ruínas da antiga redução eram um estorvo ao crescimento urbano:

Mas, p/não pensares que tudo são rosas em São Miguel, as coisas continuam muito mal por lá. Eu quase diria que o teu esforço, nestes últimos meses, foi em vão. O prefeito e o secretário de obras estiveram aqui e declararam que as ruínas são um estorvo para a população e que o melhor seria que não estivessem aqui (chegamos à conclusão de que eles querem removê-la e reconstruí-la em outro lugar). Mas o melhor é que a Prefeitura está construindo a caixa d'água atrás da igreja. Eu fotografei e vou fazer uma denúncia, mas o Custódio não quer entrar com nenhuma ação judicial. Vamos ver! – Carta de Ana (LOYOLA, 2016, p.33).

A correspondência de 1969, evidencia que o patrimônio histórico em São Miguel das Missões só passou a ser valorado pelas lideranças de Santo Ângelo, no momento em que ofereceu a esperança de algum retorno econômico ao município. Sem esta possibilidade, o patrimônio histórico era apenas mais um empecilho ao progresso e ao crescimento urbano.

Portanto, o contexto econômico estimulou os indivíduos de São Miguel das Missões a utilizarem os valores do passado e do território. Esse novo olhar sobre o passado procurou elementos para a sustentação de uma união identitária regional, tomando os patrimônios históricos como legitimadores deste processo. Mas não nos enganemos. Para as lideranças políticas regionais, o patrimônio histórico foi útil enquanto apresentava-se como a grande aposta ao desenvolvimento do turismo e conseqüentemente ao progresso econômico regional. Passada a euforia do reconhecimento como patrimônio da humanidade e, percebendo que a efetivação do desenvolvimento econômico local através do turismo não seria alcançada tão facilmente, novamente o patrimônio passou a um segundo plano para as autoridades locais, o qual exigia, constantemente, ações e recursos por parte do poder público.

O retorno econômico pretendido com a publicização do patrimônio histórico local sempre foi, de fato, a maior preocupação das autoridades e lideranças, como demonstra as páginas do jornal “Tribuna Regional”:

Santo Ângelo de hoje tem como um presente do passado as maravilhosas Ruínas de São Miguel, ponto turístico de primeira grandeza. É preciso fazê-las render turisticamente em proveito a comunidade. Como? Criando condições de infraestrutura turística, construindo hotéis confortáveis e outros serviços, no mínimo. Caberá ao governo, a construção de aeroporto seguro, de estradas asfaltadas e outras básicas. [...] Este é um desafio para Santo Ângelo, para o governo e para a iniciativa privada. Todos podem beneficiar-se, mas é preciso meter mãos a obra (Tribuna Regional, 21 abr. 1968)¹¹⁵.

Enquanto o distrito de São Miguel era apresentado, pelos periódicos santo-angelenses, como a capital regional do passado, a cidade de Santo Ângelo era apresentada como a capital missioneira da atualidade, sendo a mais moderna, industrializada e populosa, contando com excelente infraestrutura e serviços. As lideranças de Santo Ângelo utilizaram-se do patrimônio histórico de São Miguel enquanto puderam, buscando promover o desenvolvimento econômico local através do atrativo turístico de seu distrito (Tribuna Regional, 29 abr. 1983)¹¹⁶.

Portanto, Santo Ângelo, além de ser afetado pela perda de grandes extensões territoriais, com as emancipações ocorridas no ano de 1988, acabou sofrendo forte impacto com a perda do território do distrito de São Miguel, pois o patrimônio histórico local fora, por muito tempo, uma aposta por parte de autoridades e lideranças políticas e intelectuais. O município teve que repensar o seu setor turístico e articular novas estratégias para este.

Nesse sentido, ao pensarmos a região das Missões no século XX, entendendo que esta é composta por diversos grupos étnicos, é preciso perceber que estes empreenderam um processo de apropriação do passado de maneiras diversas. Estes grupos, em determinados momentos, buscaram a afirmação de seus vínculos com o passado missionário em outros, procuram a identificação enquanto pertencente a determinado grupo étnico.

Nagel (2001), ao analisar a relação que os habitantes de Santo Ângelo têm estabelecido com o passado reducional, descreveu a sociedade santoangelense pela sua multiplicidade étnica e que esta, num processo de perda das raízes de seus referenciais históricos, buscou solidificar uma identidade baseada em diversos elementos do passado da região, passando a

¹¹⁵ Arquivo Histórico de Santo Ângelo, Caixa 89. Turismo. Tribuna Regional, Santo Ângelo/RS. 21 dez. 1968. p.04.

¹¹⁶ Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. SANTO ÂNGELO continua polo regional. Tribuna Regional, Ano XVII, Santo Ângelo/RS. 29 abr. 1983.

construir um imaginário que compõem diversos discursos. A autora destaca que as referências ao passado reducional fixaram imagens e discursos que apontam o pioneirismo regional na formação do estado, na defesa das fronteiras e na disputa pela terra. Mas por outro lado, as referências históricas aos povoadores imigrantes os colocam como promotores do desenvolvimento regional:

Nessa linha de raciocínio pode-se dizer que a utilização de referências à história das Missões nos apelos publicitários que visam atrair o turismo, revela o desejo de criar uma imagem de união dos cidadãos santo-angelenses em torno dos mesmos ideais em busca de um crescimento socioeconômico e cultural (NAGEL, 2001, p. 16).

Enquanto São Miguel era apresentada como a “Capital dos Sete Povos”, com base no passado colonial, atribuindo a esta um papel de destaque no contexto reducional, tendo este passado sido protagonizado pelos guarani-missioneiros, Santo Ângelo, era apresentada como a “Capital Missioneira” da atualidade e, seu dinamismo e progresso era atribuído aos povoadores imigrantes.

Pommer (2009) também aborda rapidamente a questão dos grupos descendentes de imigrantes alemães e italianos terem assumido uma identidade missioneira, tomando o passado reducional como seu, em São Luiz Gonzaga. Em outros municípios da região isto não aconteceu, como é o caso de Cerro Largo e Dezesseis de Novembro, onde a memória coletiva elegeu os elementos do passado vinculados à história do grupo étnico predominante no município, como representativos. Nesse sentido, a autora reforça que nem todas as comunidades optaram pela escolha do passado reducional como representativo do grupo, alguns grupos possuíam outros interesses e buscaram erigir outras tradições (p.241).

José Catafesto de Souza (2007) problematizou também as questões vinculadas à identidade étnica em Santo Ângelo, classificando os sujeitos em autóctones e alóctones. Os autóctones são os povos nativos, e os alóctones os grupos descendentes de imigrantes europeus auto reconhecidos (alemães, poloneses, suecos, italianos, dentre outros). Entender a composição cultural da região, as relações sociais que se estabelecem, exige exercício de análise das configurações históricas destes:

Hoje vivemos um novo momento, em que os missioneiros contemporâneos cultivam orgulhosamente um ativismo nativista e reivindicam uma origem indígena vaga e distante. Ao contrário do que se poderia pensar, inicialmente, entretanto, esse ativismo não supera o “eurocentrismo nativizado” das elites locais, apenas camufla ainda mais. O ativismo missioneiro confunde e esconde as verdadeiras contradições interculturais, impedindo que os dilemas abordados sejam superados (SOUZA, 2007, p.51).

Por muito tempo a população regional, que segundo Souza (2007), seria composta em sua maioria pelos sujeitos alóctones, não estabelecia com o passado grandes significações, tendo com este uma relação de indiferença. Para o autor, não fosse o poder público estadual e federal atuarem em São Miguel das Missões, a partir das décadas de 1920 e 1930, não restariam vestígios materiais desta.

Os poderes públicos municipais, que hoje vangloriam o patrimônio missioneiro, não despenderam sobre este, em outras épocas, as preocupações necessárias. O patrimônio histórico só recebeu atenção por parte dos grupos políticos locais a partir do momento em que foi percebido como um atrativo turístico e quando a realidade impulsionou um novo olhar sobre o passado, nas décadas de 1970 e 1980.

A partir da valoração destes como patrimônios históricos estaduais, federais e da sua declaração como patrimônio da humanidade, houve um esforço em buscar uma identificação com estes e afirmarem-se como missioneiros. E, apesar de não possuírem ligação sanguínea com as populações autóctones da região, os indivíduos passaram a incorporar elementos do passado do território como seus, afirmando-se herdeiros dos patrimônios históricos da região.

Descendentes de imigrantes alemães, italianos e de outras etnias de gênese europeia hoje habitantes da região das Missões, contribuem e jogam dentro desse “horizonte hermenêutico”, glorificam os frutos do seu labor, ressaltam continuamente o espírito empreendedor e a capacidade industriosa de sua gente, ao mesmo tempo em que bradam contra a natureza indômita dos índios, contra o joio, as ervas daninhas e as pragas naturais. Mato nativo é chamado de sujeira, que deve ser limpa “pra não criar bicho”, rapidamente substituído por comportados bosques de poucas árvores com troncos impermeabilizados de cal branca, ao lado de geométricos jardins. As pessoas autóctones são chamadas de “bugre”, selvagem, como na original acepção do termo francês. Surpreendentemente o termo “brasileiro” é utilizado enquanto sinônimo de indolente, preguiçoso, relapso, imprudente e imprevidente (SOUZA, 2007. p.44.).

Letícia Nedel (2004), ao analisar a *payada* intitulada “Defeito” de Noel Guarany, identifica as maneiras como o compositor reivindica uma identidade missioneira, enquanto elemento de pertencimento ao grupo, afirmando que, “seja o missioneiro agricultor, peão, imigrante, ou qualquer outro, ele participa do “grupo” na medida em que herda o passado regional” (p. 378).

Dessa forma, se percebe que, independente da origem étnica, os indivíduos apropriam-se do passado do território enquanto herdeiros deste, através de estratégias específicas. Pois, apesar das diferenças internas regionais, o processo de diferenciação com os “outros” grupos

ou regiões se sobressai. E dada esta vinculação ao passado, os indivíduos se colocam na posição de herdeiros deste, tendo a tarefa de transmitir uma “herança de pertencimento”.

Dessa forma, percebemos que as relações com o passado e com a memória regional é diversa, e que a identidade regional missioneira que muitos buscam afirmação, não exclui a presença de outros referenciais identitários. O que ocorre de fato é o processo de negociação, onde os indivíduos ativam, conforme as necessidades e estratégias de identificação, determinados elementos e referenciais. “Na verdade, a presentificação do passado depende de um trabalho ativo de rememoração que, além de inventivo e seletivo, é político porque regido pela interação entre atores e grupos situados em posições frequentemente desiguais na escala social.” (NEDEL, 2004, p.32).

As lideranças de São Miguel das Missões, envolvidas no processo emancipatório, como já demonstramos, constituíam-se em uma elite política local. Enquanto grupo, produziram representações e discursos em torno do passado, e neste processo apropriaram-se de elementos deste, selecionaram alguns, invisibilizando outros. Em um processo negociado apropriaram-se de referenciais históricos do território, mas sem abandonar os referenciais dos grupos étnicos de origem, os quais poderiam ativar em outros momentos e com outros interesses.

Analisando os sobrenomes mais recorrentes na documentação do processo emancipatório, podemos perceber claramente a preponderância de alguns sobrenomes na comunidade e através deles, identificar a presença dos diversos grupos étnicos. Entre os sobrenomes de origem luso-brasileiros encontramos em grande número como: Almeida, Antunes, Braga, Brasil, Brum, Cavaleiro, Costa, Dias, Dutra, Gonçalves, Machado, Marciano, Martins, Moraes, Moura, Nascimento, Silva, Terra, Oliveira, Ribas, Santos e Vieira. Para os sobrenomes de descendentes de imigrantes italianos, temos: Busato, Carloto, Dalenogare, Dalpiaz, Debattes, Frizzo, Martini, Meneghetti, Munareto, Perlin, Rolim, Sartori e Zambeli. Por fim, para os descendentes de imigrantes alemães, temos: Beck, Dortelmann Junker, Kruel e Steinke (ASSEMBLÉIA Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. 21 de Abril de 1988)¹¹⁷.

As lideranças políticas de São Miguel das Missões estabeleceram o processo de negociação com o passado reducional jesuítico-guarani na construção da identificação como missionários. Foi preciso, por vezes, invisibilizar os vínculos culturais com os grupos étnicos

¹¹⁷ ASSEMBLÉIA Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Comissão de Constituição Justiça. Cria o Município de São Miguel das Missões. Processo 2258/88-9. 21 de Abril de 1988.

de origem, mascarando a diversidade étnica e cultural local. Mas estes referenciais não foram de todo esquecidos, e são também ativados em outros momentos oportunos.

Este processo de negociação entre elementos do passado reducional e referenciais do grupo étnico que evidenciamos é constante, e se faz desde a década de 1980 até a atualidade. Prova disto, são as chamadas FESTNIAS - Festa das Etnias¹¹⁸, que foram criadas a partir de 2010, ocorrendo anualmente no município. A festa, que no ano de 2017 contou com a 5ª edição, tem como objetivo celebrar os diversos grupos étnicos que compõem a população local. Nela é possível visualizar indivíduos trajando roupas de grupos folclóricos e a realização de danças vinculadas a grupos étnicos. Percebemos o intento em demonstrar a pluralidade cultural da população local através das festividades. Este evento explicita as contradições que envolvem o processo de construção da identidade missioneira em São Miguel das Missões.

Nesse sentido, é pertinente citarmos a questão da identidade cultural para Stuart Hall (2006), o qual destaca que não existem identidades fixas e estáveis, mas sim, identificações, às quais os sujeitos acionam, dependendo do contexto e da necessidade em que se inserem.

[...] Assim, em vez de falar em identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento a identidade não tanto na plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas como uma inteireza que é “preenchida” a partir do nosso exterior e pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros [...] (HALL, 2006, p.38).

O processo de identificação é fluído e dinâmico, onde os indivíduos ora se alinham a determinados grupos, utilizando determinados referenciais, ora a outros, sem que uma identificação anule outras. Os sujeitos podem se afirmar missioneiros e estabelecer vínculos com o passado reducional, porém, sem que seja necessário perder de vista o passado e as raízes que os ligam a um grupo étnico. Os vínculos são estabelecidos conforme a conveniência e a necessidade dos sujeitos e grupos.

Cada identidade ativa sentimentos de pertencimento a um grupo, bem como memórias e discursos, que não se excluem mutuamente. Assim, é possível que em cada município da região suas populações lidem com o passado de determinada maneira, acionando diversas identificações. Identidade e diferença, como afirma Tomaz Tadeu Silva (2014), são resultados de um processo de produção simbólica e discursiva, sujeitos às relações de força e de poder

¹¹⁸ CALENDÁRIO DE EVENTOS 2015 de São Miguel das Missões. **Prefeitura Municipal de São Miguel das Missões**. Acesso em: 12/12/2017. Disponível em: <https://www.saomiguel-rs.com.br/site/noticias/turismo/11055-calendario-de-eventos-novembro>.

que se estabelecem na sociedade. Podem ser fruto de imposição ou de disputas, incluem/excluem, classificam, normalizam e demarcam fronteiras entre nós e eles:

Assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis. Em geral, consideramos a diferença como um produto derivado da identidade. Nesta perspectiva, a identidade é a referência, é o ponto original relativamente ao qual se define a diferença. Isto reflete a tendência a tomar aquilo que somos como sendo a norma pela qual descrevemos ou avaliamos aquilo que não somos. Por sua vez, na perspectiva que venho tentando desenvolver, identidade e diferença são vistas como mutuamente determinadas (SILVA, 2014, p.02).

Na década de 1980, através do processo emancipatório os grupos políticos de São Miguel utilizaram-se de determinados referenciais, buscando a diferenciação local, para justificar a emancipação municipal. Naquele momento era preciso buscar referenciais que reforçassem o local e permitissem o afastamento de Santo Ângelo. Mais tarde outros referenciais foram acionados, tendo em vista novas necessidades. As disputas que abrangem o processo de construção identitária são produzidas no contexto das relações sociais e culturais. “O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes” (SILVA, 2014, p. 03).

Ao mesmo tempo em que podemos afirmar a existência de um grupo de indivíduos que procurou afirmar a identificação coletiva regional, através dos elementos do passado colonial, podemos afirmar que dentro desta região coexistiam grupos, produzindo discursos e usos deste passado de maneiras diferenciadas e com diferentes intencionalidades. Estes grupos agiam e remetiam ao passado em prol de interesses ora coletivos, ora individuais.

Portanto, em São Miguel das Missões, na década de 1980, um grupo de indivíduos, cujas condições financeiras proporcionava-lhe o acesso ao poder de determinar algumas situações culturais, decidiu estabelecer os vínculos identitários da população local com o passado remoto do território. Através de um processo de negociação, optaram por determinados elementos do passado, invisibilizando outros. Produziram entorno deste passado ressignificações, discursos e representações e, acima de tudo, utilizaram-se deste, acreditando que o mesmo poderia trazer ao lugar o progresso econômico desejado ao lugar. Mais tarde novos processos de negociação seriam ativados, tendo em vista novas necessidades.

CONCLUSÃO

Acreditamos que com este trabalho, contribuímos para a compreensão das formas de como o patrimônio histórico do período colonial foi ativado e utilizado por grupos políticos e econômicos na região das Missões, do estado do Rio Grande do Sul. Esses grupos foram os responsáveis por empreender processos de negociação com representações da história do período reducional e imprimir discursos na formação da memória regional. Estes discursos, ao produzirem e reproduzirem o interesse das classes políticas e economicamente dominantes, acabaram por gerar invisibilizações.

Nosso esforço consistiu em demonstrar que, na década de 1980, a consagração do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo como patrimônio da humanidade pela UNESCO (1983) despertou o interesse de grupos políticos de Santo Ângelo e de um de seus distritos, o de São Miguel. O patrimônio histórico edificado foi ativado e utilizado por estes grupos políticos na década de 1980, que o consideravam a grande saída para o desenvolvimento econômico regional, através do turismo.

Portanto, os processos de ativação e utilização dos patrimônios históricos foram efetuados por grupos que ascenderam economicamente, inserindo-se na política local e regional. Ao disporem de recursos econômicos e de cargos públicos, demonstraram preocupações com o patrimônio histórico, o qual passou a ser valorado apenas quando foi apresentado como uma potencialidade turística e econômica ao lugar. Com o intuito de consolidar o patrimônio histórico presente no território de São Miguel das Missões como o grande atrativo turístico regional, capaz de fomentar o desenvolvimento econômico, os grupos construíram determinados discursos sobre o passado. No decurso destas ações, muitos grupos sociais foram silenciados ou tiveram suas memórias negligenciadas, evidenciando as relações de poder que envolvem os processos de construção mnemônica regional e de ativação dos patrimônios históricos representativos deste.

De fato, as décadas de 1970 e 1980 marcaram um novo olhar acerca do passado colonial da região. Naquelas décadas, os processos de seleção e ativação buscaram ressignificar referenciais capazes de dar sustentação à construção da memória regional e possibilitar uma esperança ao desenvolvimento econômico, tendo em vista o cenário de crise da época, conforme problematizamos no primeiro capítulo desta Dissertação.

Neste processo, os jornais “Tribuna Regional” e “Jornal das Missões” foram instrumentos essenciais para a produção e reprodução dos discursos dos grupos políticos, bem

como de interlocução destes com a comunidade. Neles o patrimônio era retratado pelo viés de cada grupo e conforme a estes convinha. No embate entre os dois grupos que polarizavam o cenário político de Santo Ângelo, expressos nas páginas dos periódicos, o patrimônio servia como ferramenta de disputa ao ser considerado bem ou mal administrado por parte dos gestores públicos, como demonstramos no capítulo 3. A polarização política entre PDS e PDT que existia em Santo Ângelo expandiu-se para o distrito e tornou-se, também, central na vida política de São Miguel das Missões, como demonstramos no subtítulo 3 do terceiro capítulo.

Também foi possível percebermos através dos documentos oficiais do processo emancipacionista – mantidos no Memorial da Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul – os espaços de manifestação e interlocução dos grupos políticos, onde o patrimônio histórico era constantemente ativado e utilizado como justificativa ao desmembramento, como demonstramos no capítulo 4.

De maneira geral, a todos os grupos interessava ativar, do passado, apenas os elementos positivos capazes de embasarem seus discursos de progresso e desenvolvimento. Ao produzir representações culturais específicas, autodenominando-se missionários, os grupos vincularam seus referenciais ao passado do lugar. A estes grupos sociais que se consolidaram no poder público dos municípios, interessava buscar o desenvolvimento econômico através do setor turístico, mas para o atendimento de seus próprios interesses. Esse fato não impediu que, mais tarde, estes mesmos grupos buscassem conexões com os grupos étnicos imigrantes, evidenciando o uso de elementos do passado e do patrimônio histórico local como elemento de barganha. Negociar, nesse sentido, torna-se estratégia, permitindo a inserção dos indivíduos em vários contextos.

Observamos a ocultação do grupo Mbyá-guarani na historiografia, que não dedicou ainda trabalhos que busquem compreender a presença do grupo e sua mobilidade no território regional das Missões o longo do século XX. A invisibilização Mbyá-guarani ocorreu também por parte dos grupos políticos locais de São Miguel das Missões e Santo Ângelo, que se utilizaram de referenciais culturais do grupo, sem preocuparem-se com a realidade dos mesmos durante as décadas de 1970 e 1980. Isso pode ser identificado através do silenciamento deste grupo por parte dos periódicos analisados e do referido processo emancipatório, que em nenhum momento fez referência a presença Mbyá-guarani no território regional, fato que é evidenciado por Moraes (2010)¹¹⁹.

¹¹⁹ Moraes (2010) cita que, durante conversas com os Mbyá na ocasião da realização do INRC, foi possível identificar em seus relatos que a presença de indivíduos Mbyás na região é constante desde a década de 1950, sendo que a presença de uma Tekoá próxima a São Lourenço nesse período foi a mais antiga informação obtida

Constatou-se que, de fato, o patrimônio histórico de São Miguel das Missões despertou o interesse das lideranças de Santo Ângelo no momento em que foi vislumbrado como uma possibilidade ao desenvolvimento turístico e econômico. A partir disso foi ativado, utilizado e negociado nos processos discursivos dos grupos políticos que acreditavam que o turismo entorno destes traria o almejado desenvolvimento econômico local. Em São Miguel das Missões, da mesma forma, o patrimônio histórico edificado foi utilizado como justificativa para a emancipação municipal, onde se acreditou também, que este traria desenvolvimento ao lugar. O período reducional era invocado como um período próspero, e o retorno dessa prosperidade era usado como justificativa para a emancipação pelos sujeitos políticos envolvidos.

Portanto, afirmamos que o patrimônio histórico de São Miguel das Missões passou por diversos processos de ativação, apropriação, ressignificação, negociação e principalmente utilização. Esta utilização foi feita com diversas finalidades, a primeira delas e a que melhor se evidencia, é como alternativa ao desenvolvimento econômico local, a partir do entendimento das lideranças locais de que o patrimônio histórico consiste em um potencial turístico a ser explorado.

Ao buscar entender as maneiras como o patrimônio histórico em São Miguel das Missões foi utilizado pelos sujeitos, evidenciamos as diferenças sociais entre os grupos locais. Pois, este processo foi protagonizado por uma elite econômica e política que geriu e criou discursos sobre o patrimônio histórico, excluindo deste processo, outros coletivos, revelando as relações de poder que envolveram os processos de ativação do patrimônio histórico. E a partir destas relações desiguais, mantiveram-se as desigualdades e invisibilizações existentes na região.

Nesse sentido, apontamos a necessidade de democratização dos processos e ações culturais presentes na região, de forma que o patrimônio histórico seja instrumento de conhecimento e de acesso à cultura, permitindo que os diversos grupos façam uso de maneira igual de seu espaço e possam estar presentes nas decisões que o envolvam e nas ações culturais que o abordem. É apenas com a participação popular nas tomadas de decisões, no

pelo autor junto ao grupo. O autor coletou ainda relatos sobre a existência, na década de 1970, de um restaurante ao lado do parque arqueológico de São Miguel, onde hoje localiza-se a superintendência do IPHAN, e que na época era administrado pela família Maicá, do cantor nativista Cenair Maicá, onde se realizavam eventos com outros cantores nativistas regionais, como Noel Guarany, Jayme Caetano Braun e Pedro Ortaça. Estes cantores teriam erguido um rancho para abrigarem os Mbyás que circulavam no parque arqueológico, através do qual buscavam manter contatos e trocas culturais (MORAES 2010, p.103).

planejamento e na construção de ações sobre o patrimônio histórico e sobre a cultura local, que os silenciamentos deixarão de ocorrer.

Os processos de ativação patrimonial perpassam por procedimentos de negociação entorno de referenciais do passado e do presente. Nesse sentido, acreditamos que o patrimônio histórico de uma comunidade possa sim ser utilizado como um recurso ao desenvolvimento regional, como um atrativo turístico, como um elemento de pertença e de alteridade. Porém, é preciso que esses processos de ativação ocorram de maneira que as diferenças possam ser diminuídas e não aprofundadas. Uma das possíveis soluções poderá estar na participação popular e democrática de gestão do patrimônio da comunidade. É preciso entender as contradições sociais produzidas neste processo complexo para, então, desnaturalizá-las.

As vivências na região nos fizeram chegar até o tema de pesquisa e buscar a compreensão de como os patrimônios históricos do passado colonial foram e vêm sendo ativados e utilizados na região das Missões, especialmente em São Miguel das Missões. Mas estas vivências nos fizeram também, ao longo do trabalho, suscitar novas questões, às quais, trabalhos futuros poderão abranger. Dentre estas novas questões, apontamos os processos de negociação que ainda ocorrem na região, que ativam, por vezes, os referenciais culturais dos grupos imigrantes. Verificou-se que, a partir dos anos 2000, tem ocorrido um esforço, por parte das lideranças de São Miguel das Missões, para evidenciar elementos da cultura dos grupos étnicos descendentes de imigrantes europeus, com a realização de uma festa comemorativa, a FESTNIAS, o que evidencia que o processo de identificação dos sujeitos é, de fato, dinâmico e fluido.

Portanto, acreditamos ser necessário que novos trabalhos enfoquem as complexidades histórico-culturais da região, desconstruindo as generalizações edificadas pela historiografia tradicional, que por muito tempo, invisibilizou a presença dos Mbyá-Guarani na região e negligenciou, de forma explícita, a cultura afrodescendente. Estas invisibilizações como já fora colocado, decorrem das relações de poder travadas entre os grupos sociais dominantes envolvidos nos processos de patrimonialização e somente a partir de uma democratização dos usos deste patrimônio, é que podem surgir renovados olhares acerca do mesmo, viabilizando assim, novos debates e novas nuances sobre a sua utilização.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMBROSETTI, Juan Batista. **Misiones Argentinas y Brasileras por el Alto Uruguay**. La Plata: Talleres de Publicaciones del Museo, 1892.

BAIOTO, Rafael. QUEVEDO, Júlio. **São Miguel: A saga do Povo Missioneiro**. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro. 2005.

BARBOSA, Marialva. **Comunicação e História: elos visíveis e invisíveis**. Anais V Congresso Nacional de História da Mídia – São Paulo – 31 maio a 02 de junho de 2007.

BOLZAN, Moacir. **Quarta Colônia: da fragmentação à integração**. Tese. UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2011.

BRANDT, Cristina Thedim. **A criação de municípios após a Constituição de 1988: O impacto sobre a repartição do FPM e a Emenda Constitucional nº 15, de 1996**. Revista de Informação Legislativa. Brasília a. 47 n. 187 jul./set. 2010.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRUM, Ceres Karan. **Identidade Missioneira?** IN: QUEVEDO, Júlio. **Missões: Reflexões e Questionamentos**. Editora e gráfica Caxias, Santa Maria/RS. 2016.

BRUM, Ceres Karan. **“Esta terra tem dono”: representações do passado missioneiro no Rio Grande do Sul**. Santa Maria. Editora da UFSM. 2006.

BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. EDITORA UNISINOS. São Leopoldo/RS. 2003.

CALENDÁRIO DE EVENTOS 2015 de São Miguel das Missões. **Prefeitura Municipal de São Miguel das Missões**. Acesso em: 12/12/2017. Disponível em: <https://www.saomiguel-rs.com.br/site/noticias/turismo/11055-calendario-de-eventos-novembro>.

CALDART, Roseli Salete. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**. Estudos Avançados, 15 (43), São Paulo –USP. 2001.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo. 2000.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo. Editora Contexto. 2012.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Sepé Tiaraju: herói guarani, missioneiro, rio-grandense e, agora, herói brasileiro**. – Brasília: Edições Câmara, 2010. 51 p. – (Série obras comemorativas. Personalidades; n. 1.

CHARTIER, Roger. **O Mundo como Representação**. Estudos Avançados, vol. 5, 1991. Nº. 11, jan/abr. 1991.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2001.

CORTAZZI, Amneris Morshheiser. **Evolução municipal**: Rio Grande do Sul, 1809 – 1996. Estado do Rio Grande do Sul. Assembleia Legislativa. Comissão de Assuntos Municipais. 2012.

CTN Sinos de São Miguel. **Portal das Missões**. Disponível em: <http://www.portaldasmissoes.com.br/site/view/id/1652/ctn-sinos-de-sao-miguel.html>. Acesso em: 05/12/2017.

CUCHE, Denis. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru. EDUSC. 1999.

DEZORDI, Estelamaris. **“Aqui plantamos uma semente”**: o surgimento da Tekoá Pyaú em uma comunidade Mbyá estabelecida no município de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado – UFPEL. Pelotas. 2016.

EVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA - 1809 a 2013. Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Segurança e Gestão. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/evolucao-administrativa-1809-a-2013>. Acesso em: 18/08/2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro. UFRJ. IPHAN. 1997.

GARCIA, Álvaro Antônio. **Desenvolvimento e crise da agricultura gaúcha: 1970-90**. Ensaio FEE, Porto Alegre, (14)2: 514-540. 1993.

GUIDOLIN, Amilcar. **A coluna Prestes em Santo Angelo/RS**: Recorrendo-se ao passado para erigir um patrimônio. Dissertação de Mestrado/PPGPPC. Santa Maria. 2012.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomas Tadeu da Silva. Rio de Janeiro. DP&A. 2006.

HISTÓRIA de credibilidade. **Rádio Santo Ângelo**. Disponível em: <http://www.radiosantoangelo.com.br/institucional>. Acesso em: 25/09/2017.

HISTÓRIA e linha editorial. **Jornal das Missões**. Disponível em: <http://www.jornaldasmissoes.com.br/historia>. Acesso em: 25/09/2017.

HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente**: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro. Editora Contraponto. 2014.

INSTITUTO LULA. **Famílias ocupam a fazenda Annoni**. Memorial da Democracia. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/familias-ocupam-a-fazenda-annoni>. Acesso em: 30/05/2017.

INSTITUCIONAL: História e linha editoria. **Jornal das Missões**. Santo Ângelo/RS. Acesso em: 09/10/2017. Disponível em: <http://www.jornaldasmissoes.com.br/historia>.

INSTITUCIONAL. **Jornal Tribuna.** Disponível em:
<http://www.atribunaonline.com/institucional>. Acesso em: 25/09/2017.

JUNIOR, Olavo de Lima. **Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos anos 80.** Edições Loyola. São Paulo, Brasil, 1993.

LOYOLA, Érico Teixeira. **As Missões Jesuítico-Guaranis: o Patrimônio Histórico-Cultural e a Integração Regional (1979-1987).** Dissertação UFRGS. 2016

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** IN: PINSKY, Carla Bassanesi (org). Fontes Históricas. São Paulo. Contexto. 2008.

LUFT, Celso Pedro. **Minidicionário Luft.** São Paulo, Ática, 2000.

MAGALHÃES, João Carlos. **Emancipações Político-administrativa de municípios no Brasil.** In: CARVALHO, Alexandre Xavier Ywata. [et. Al]. Dinâmica dos municípios. Brasília: IPEA. 2007.

MARCHI, Darlan de Mamann. SILVA, Juliani Borchardt. DEZORDI, Estelamaris. **Patrimônio, turismo, práticas culturais e identidades na região das Missões no Rio Grande do Sul.** Rev. Arqueologia Pública, Campinas, SP v.9 No.(11) p.147-156.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção.** Porto Alegre/RS. Tese. UFRGS. 2008.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. A trajetória do IPHAN nas Missões. In: GOELZER, Ana Lucia. **Fronteiras do mundo Ibérico: patrimônio, território e memória das Missões.** Porto Alegre/RS. Editora UFRGS. 2007.

MENESES, Ulpiano Bezerra. **Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico.** Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. v.2 p.9-42 jan./dez. 1994.

MORAES, Carlos Eduardo Neves de. **A refiguração da Tava Miri São Miguel na Memória coletiva dos Mbyá-guarani nas Missões/RS, Brasil.** UFRGS. 2010.

NAGEL, Liane Maria. A história das Missões e a questão da identidade missioneira em Santo Ângelo. IN: GONÇALVES, Ana Beatriz. BOFF, Claudete. **Turismo e Cultura - História Regional.** V.2. Gráfica Venâncio Aires, Santo Ângelo, RS, 2001.

NASCIMENTO, Cosete. **Um olhar sobre o patrimônio cultural de Bossoroca-RS.** Dissertação-UFSM, Santa Maria/RS. 2012.

NEDEL, Letícia Borges. **Regionalismo, historiografia e memória: Sepé Tiaraju em dois tempos.** Anos 90. Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.347-389, jan./dez. 2004.

NOSSA HISTÓRIA. **Rádio Sepé.** Santo Ângelo/RS. Disponível em:
<http://www.radiosepe.com.br/historia>. Acesso em: 25/09/2017.

NORA, Pierre. **Entre a Memória e a História:** A problemática dos lugares. In: Les lieux de mémoire. I La République. Paris, Gallimard, 1984, ppXVIII-XLII. Tradução de Yara Aun Khoury.

NORO, Ivone Simeone. **São Miguel e os descendentes de imigrantes italianos de 1936 aos dias atuais.** Santo Ângelo/RSTCC (História) URI – Santo Ângelo. 2009.

OGLIARI, ELENO. **Missões jesuítico guaranis:** Patrimônio e Memória. Santa Maria/RS. Dissertação de Mestrado. Mestrado em integração Latino Americana. MIHLA/UFSM. 2000.

O REGISTRO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. **Ministério da Cultura.** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional de Arte. Brasília, 2006.

PADRÓS, Enrique Serra. MARÇAL, Fábio Azambuja. O Rio Grande do Sul no cenário da coordenação repressiva de Segurança Nacional. IN: PADRÓS, Enrique Serra. BARBOSA, Vânia M. LOPEZ, Vanessa Albertinence. FERNANDES, Ananda Simões. **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985):** história e memória. Porto Alegre, Corag. 2009.

PERFIL SOCIECONOMICO COREDE MISSÕES. Estado do Rio Grande do Sul. **Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional.** Disponível em: <http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201603/28140705-perfis-regionais-2015-missoes.pdf>. Acesso em: 14/01/2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. GOELZER, Ana Lucia. **Fronteiras do mundo Ibérico:** patrimônio, território e memória das Missões. Porto Alegre/RS. UFRGS. 2007.

PINTO, Muriel. **A construção da identidade missioneira no Rio Grande do Sul e as políticas culturais no sul do Brasil.** Santa Cruz do Sul/RS. Dissertação-UNISC. 2011.

PINTO. Muriel. **As micro-identidades da Região das Missões Jesuítica-Guarani através da interpretação das paisagens culturais:** uma dialética com as reflexões de Guy Di Méo. Revista do Departamento de Geografia – USP, Volume 24 (2012), p. 124-150.

PLANO estratégico regional. **Conselho Regional de Desenvolvimento das Missões – COREDE Missões.** Governo do estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/forumdemocratico/LinkClick.aspx?fileticket=9Urkjjeva2g%3D&tabid=5363&mid=7972> . Acesso em: 19/12/2017.

Plano territorial de desenvolvimento sustentável PTDRS - Território das Missões. Colegiado de desenvolvimento territorial CODETER/MISSÕES, Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT. Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA. Santo Ângelo, agosto de 2006. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio060.pdf. Acesso em: 27/11/2017.

PORTO, Aurélio. **História das Missões Orientais do Uruguai.** Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. 1943.

POMMER, Roselene Moreira Gomes.. **Missionarismo: história da produção de uma identidade regional**. Porto Alegre/RS. Martins Livreiro. 2009.

PRATS, Llorenç. **El concepto de patrimônio cultural**. Madrid. Universidad de Barcelona. Política y sociedade. 27. 1998

PRATS, Llorenç. **Concepto y gestión del patrimônio local**. Universidade de Buenos Aires. Cadernos de Antropologia Social. Nº 21. 2005.

PRATS. Llorenç. **Antropologia y Patrimonio**. Editorial Ariel S.A. Barcelona. 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DAS MISSÕES. 3ª Festnias. Disponível em: [https://www.saomiguel-rs.com.br/site/noticias/administracao/11134-3-festa-das-etnias#fotos\[0\]/0/](https://www.saomiguel-rs.com.br/site/noticias/administracao/11134-3-festa-das-etnias#fotos[0]/0/). Acesso em: 11/12/2017.

QUEVEDO, Júlio. **O mito fundador das Missões jesuíticas do Paraguai**. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Org.). Sepé Tiaraju: muito além da lenda. Porto Alegre: Comunicação Impressa, 2006. 88p.

QUEVEDO, Júlio. **Vivências e experiências indígenas nas Missões Orientais do Uruguai**. IN: QUEVEDO, Júlio. Missões: reflexões e questionamentos. Editora e Gráfica Caxias. Santa Maria, 2016.

RABUSKE, Artur. **A cruz Missioneira**. Cadernos FUNDAMES. Ano I, nº2 jun. Santo Ângelo. 1984.

RÁDIO SANTO ÂNGELO: Uma história construída por muitas mãos. **Rádio Santo Ângelo**. Santo Angelo/RS. Acesso em: 14/11/2017. Disponível em: <http://www.radiosantoangelo.com.br/noticias/geral/id/3806/radio-santo-angelo-uma-historia-construida-por-mui.html%20>.

RAMOS, António Dari. **A formação histórica dos municípios da Região das Missões do Brasil**. Santo Ângelo. 2006. Disponível em: <http://www.urisan.tcche.br/~iphan/upload/downloads/file1.pdf>. Acesso em: 30/03/2017.

REDUCCIONES JESUÍTICAS. **Portal Guarani**. Disponível em: http://www.portalguarani.com/757_aldo_trento/5804_reducciones_jesuíticas__el_cristianismo_feliz__por_padre_aldo_trento_.html. Acesso em: 15/01/2018.

SÃO MIGUEL das Missões. **URI Santo Ângelo**. Disponível em: <http://www.urisan.tcche.br/~iphan/upload/downloads/file183>. Acesso em: 10/08/2017

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO GOVERNANÇA E GESTÃO RS. **Evolução Administrativa - 1809 a 2013**. Atlas socioeconômico do RS. Disponível em: <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/evolucao-administrativa-1809-a-2013>. Acesso em: 23/05/2017.

SILVA, Salete. **20 anos de emancipação de São Miguel das Missões**. Santo Angelo/RS. TCC (História). URI – Santo Ângelo. 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 14ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2014.

SIMON, Mário, 1939. **Os sete povos das Missões – Trágica Experiência**. Santo Angelo – RS. Editora Santo Antonio. 1984.

SOUZA, José Catafesto. **Santo Ângelo: Custódia do “patrimônio missioneiro” conflitos de identidade étnica na capital dos sete povos**. In: PIPPI, Gládis Maria MÜLLER, Nelci. 300 anos da Redução Jesuítica de Santo Ângelo Custódio. Santo Angelo. EDIURI. 2007.

SOUZA, Rodrigo Miguel. **Missioneiros, morenos e negros: identidades, representações e invisibilidade na região das Missões, RS**. Dissertação UNIJUI – IJUI. 2013.

WESZ, Mauro Marx. **Caibaté: imigração e construção de identidades na Região das Missões do Rio Grande do Sul**. Monografia – UFSM. 2014.

ZAMIN, Frinéia. **Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul: A atribuição de valores a uma memória coletiva edificada para o estado**. Porto Alegre/RS. Dissertação de Mestrado. UFRGS. 2006.

FONTES DOCUMENTAIS

ASSEMBLÉIA Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Comissão de Constituição Justiça. Cria o Município de São Miguel das Missões. Processo 2258/88-9. 21 de Abril de 1988.

Arquivo Histórico de Santo Ângelo, Caixa 89. Turismo. Tribuna Regional, Santo Ângelo/RS. 21 dez. 1968. p.04.

Arquivo particular do Jornal das Missões. Acampados suspendem caminhada e aceitam ir para a Fazenda Santa Helena. Jornal das Missões, Ano VI, Santo Ângelo/RS. 23 abr. 1988.

Arquivo particular do Jornal das Missões. A campados do Caaró, prazo termina dia 27. Jornal das Missões, Ano VI, Santo Ângelo, 12 fev. 1988. Geral, p.03.

Arquivo particular do Jornal das Missões. A invasão dos colonos foi em São Nicolau e depois Caaró. Jornal das Missões, Ano VI, Santo Ângelo. 08 jan. 1988.

Arquivo particular do Jornal das Missões. Acampados de Caaró aceitam assentamento. Jornal das Missões, Ano VI, Santo Ângelo. 04 maio 1988. p.16.

Arquivo particular do Jornal das Missões. Acampados ficam mais 60 dias no Caaró. Jornal das Missões, Ano VI, Santo Ângelo. 02 mar. 1988. p.09.

Arquivo particular do Jornal das Missões. São Miguel, Eugênio de Castro e Entre-Ijuis: PDT elege comissões provisórias nos novos municípios. Jornal das Missões, Ano VI, 23 de nov. de 1988. Especial.

Arquivo particular do Jornal das Missões. São Miguel: Nova Capital das Missões. Jornal das Missões, Ano VI, Santo Ângelo. 23 de nov. de 1988. Especial.

Arquivo particular do Jornal das Missões. Surto de conjuntivite e desarranjo no acampamento de Caaró. Jornal das Missões, Ano VI, Santo Ângelo/RS. Geral, p 03. 08 jan. 1988.

Arquivo particular do Jornal das Missões. Termina o prazo dos acampados de Caaró. Jornal das Missões, Ano VI, Santo Ângelo. 27 abr. 1988. p.06.

Arquivo particular do Jornal das Missões. Turismo nas Missões: um potencial ainda inexplorado. Jornal das Missões, Ano I, Santo Ângelo/RS. 24 ago. 1983.

Arquivo particular do Jornal das Missões. UNESCO libera 6,5 milhões para São Miguel. Jornal das Missões, Ano VI, Santo Ângelo/RS. 30 Abr. 1988. Extra.

Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. “O que era nosso será de todos, o que era passado será eterno”. Tribuna Regional, Ano XVII, Santo Ângelo. Caderno Especial. 10 dez. 1983.

Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. 700 Famílias invadiram a fazenda Buriti. Tribuna Regional, Ano XX, Santo Ângelo/RS. 28 jul. 1988.

Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. A força do PMDB nos novos municípios. Tribuna Regional, Ano XX, Santo Ângelo 27 fev. 1988.

Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. Andres e Loureiro saem bem e polarizam eleição. Tribuna Regional, Ano XXII, Santo Ângelo. 20 out. 1988.

Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. Delegado do MIRAD veio conhecer acampamento de Caaró. Tribuna Regional, Ano XXII, Santo Ângelo. 16 jan. 1988.

Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. “Esta terra tem dono”. Tribuna Regional, Ano XVII, Santo Ângelo. Caderno Especial. 10 nov.1983.

Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. Fazenda Santa Helena desapropriada pelo governo em Santo Ângelo. Tribuna Regional, Ano XXII, Santo Ângelo, 21 abr. 1988. Extra.

Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. Há 232 anos morria o grande SEPÉ TIARAJU. Tribuna Regional, Ano XXII, Santo Ângelo, 9 fev. 1988.

Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. Joao Costa concorre pelo PDT em São Miguel. Tribuna Regional, Ano XXII, Santo Ângelo, 11 ago. 1988. p. 02.

Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. Marchesan: Andres é o melhor, sem dúvida. Tribuna Regional, Ano XXII, Santo Ângelo. 11 nov. 1988.

Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. Novos municípios e os encargos das emancipações. Tribuna Regional, Ano XXII, Santo Ângelo, 26 jul. 1988. p. 03.

Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. Os cinco anos da administração Mauro-Andres. Tribuna Regional, Ano XII, Santo Ângelo, 13 fev. 1988.

Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. PDT elege comissões provisórias nos novos municípios. Tribuna Regional, Ano XXII, Santo Ângelo. 23 jan. 1988.

Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. Pedro Everling e José Marciano concorrem pelo PDS à prefeitura de São Miguel. Tribuna Regional, Ano XXII, Santo Ângelo, 13 ago. 1988. p. 13.

Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. Prefeito Azeredo acredita em novo fluxo turístico. Tribuna Regional, Ano XVII Santo Ângelo/RS. 10 dez. 1983.

Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. RGS já tem 322 Municípios. Tribuna Regional, Ano XXII, Santo Ângelo, 10 maio 1988. p. 08.

Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. Ruínas patrimônio da humanidade: o que isto significa para Santo Ângelo? Tribuna Regional, Ano XVII, Santo Ângelo/RS, 29 fev. 1983.

Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. SANTO ÂNGELO continua polo regional. Tribuna Regional, Ano XVII, Santo Ângelo/RS. 29 abr. 1983.

Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. São Miguel é testemunho do nascimento de um novo mundo. Tribuna Regional, Ano XVII, Santo Ângelo. 20 dez. 1983.

Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. São Miguel já pertence à humanidade. Tribuna Regional, Ano XVII, Santo Ângelo. Caderno Especial. 10 dez. de 1983.

Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. São Miguel Patrimônio da Humanidade: Já influi na economia de Santo Ângelo. Tribuna Regional, Ano XVII, Santo Ângelo, 15 dez. 1983. Caderno especial.

Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. São Miguel patrimônio da humanidade: região fará comemorações. Tribuna Regional, Ano XVI, Santo Ângelo. 19 nov. 1983.

Arquivo particular do jornal Tribuna Regional. Tombamento de São Miguel deverá ser anunciado ainda esse mês. Tribuna Regional, Ano XVI, Santo Ângelo, 5 nov. 1983

Ofício 497-D/2. Ministério do Exército, Gabinete do Ministro de 1969. Meio digital, salvo-guardado em Arquivo Nacional. Fundo: BR DFANBSB AAJ, Série: 0.IPM, Dossiê 307.

Ofício 580-D/2. Ministério do Exército, Gabinete do Ministro de 1969. Meio digital, salvo-guardado em Arquivo Nacional, Rio de Janeiro/RJ. Fundo: BR DFANBSB AAJ, Série: 0.IPM, Dossiê 307.

Questão fundiária no Rio Grande do Sul. Meio digital, salvo-guardado em Arquivo Nacional, Rio de Janeiro/RJ. Fundo: BR DFANBSB N8. Série:0.PSN, Sub-série: EST, Dossiê 404.